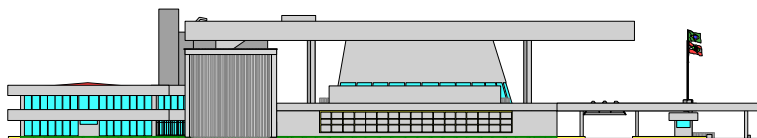


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 05 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.166

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2166 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 034ª Sessão Ordinária realizada em 29/04/2010.....2 Ata da 008ª Sessão Especial realizada em 03/05/2010, às 19h13</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....16</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....16 Ata da Procuradoria.....20 Ata de Comissão Permanente...21 Edital.....21 Extratos.....21 Medidas Provisórias.....22 Ofícios.....24 Portarias.....33 Projetos de Conversão em Lei...35 Projeto de Lei36</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Elizeu Mattos - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Manifesta-se a respeito do caso Celesc.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Lício Mauro da Silveira e várias lideranças do município de Pinheiro Preto.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Destaca o município de Lontras.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos servidores da Saúde; à PEC 0004 da Celesc; aborda o PL 0612/2009.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito da retirada das MPs da Saúde; aborda o assunto Celesc.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Solidariza-se com a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta lideranças de vários municípios presentes na Casa.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Reporta-se ao evento em Criciúma em comemoração aos 44 anos do PMDB.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Registra exposição agropecuária de Xanxerê.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Renato Hinnig.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca visitas que fez aos municípios catarinenses; destaca iniciativas do governo estadual.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Crítica governo estadual.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Aborda sua meta na Alesc.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Destaca o empenho do governo federal, do PT.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra o lucro do banco Santander.

DEPUTADO MANOEL MOTTA - Fala sobre a festa da Nossa Senhora Mãe dos Homens; cumprimenta os trabalhadores pelo 1º de maio.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à Ocesc; cumprimenta lideranças do município de Frei Rogério.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Parabeniza os trabalhadores pelo seu dia; faz convite para o encontro dos Gideões Missionários, em Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sr. secretário, sras. deputadas, srs. deputados e amigos da Celesc, acredito que logo estarão aqui mais companheiros para que possamos fazer a promulgação da proposta de emenda constitucional de autoria do deputado Gelson Merísio. Ontem os srs. deputados se

comprometeram permitir que o representante da categoria dos eletricitários assomasse à tribuna por até dez minutos.

Deputado Sílvio Dreveck, em reportagem de DC, intitulada "Mudanças na Celesc só poderão ser feitas por decisão da Assembleia Legislativa", o sr. Lírio Parisotto diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Eu não defendo a privatização. O que defendo é gestão profissional e o maior investimento em geração de energia. Parece que os deputados estão satisfeitos com a empresa do jeito que ela está — avalia."[sic]

Nós, deputados, é bom esclarecer à sociedade catarinense, aos celesquianos e às outras pessoas que nos ouvem que não estamos satisfeitos com a gestão da empresa. O que nós queremos aqui é transparência.

A única medida que encontramos para que houvesse essa transparência, neste momento, seria a aprovação da PEC n. 0004/2010, de autoria do deputado Gelson Merisio, o que significa mudar a Constituição Estadual.

O jornal fala em 37 deputados, mas na verdade 34 deputados estavam aqui naquele momento da votação, nos dois turnos.

Ora, nós queremos gestão profissional, sim. Nós queremos que a Celesc seja uma empresa voltada para o desenvolvimento econômico e social. Nós sabemos que a empresa atravessa uma série de problemas, principalmente quando vivemos momentos de enchentes e os momentos difíceis que a economia do estado atravessa.

Só a empresa, somente ela, socorre a sociedade catarinense no que toca à questão de rede caída, de parcelamento das faturas. Enfim, é a empresa que trabalha na eletrificação rural, que faz o atendimento social de baixa renda. É uma empresa que nos orgulha muito, porque efetivamente atende aos interesses de Santa Catarina e não do investidor, como o que o governador colocou agora no conselho de administração, que já se intitula como presidente do conselho de administração. E agora vem dizer isso aqui? Assim vemos o caráter dele.

Eu disse e repito, temos que respeitar os investidores, pois são eles que aportam o dinheiro. É lógico que eles querem retorno, mas não dessa forma.

Agora, quero dizer à sociedade e aos srs. deputados que ele tinha ciência de todos os atos praticados nas Centrais Elétricas de Santa Catarina! Tanto é verdade que criticou, por diversas vezes, através dos jornais. E agora, depois das críticas, ainda desqualificou o empresariado de Santa Catarina, dizendo que tinha mordomias na Celesc relativas ao pagamento das faturas. Ora, isso a Celesc só faz quando as empresas atravessam momentos difíceis, a fim de assegurar os empregos. Assim foi feito na enchente de 1982, nas demais enchentes, inclusive na enchente do ano passado.

Na verdade o que o sr. Lírio Parisotto quer nesse controle é mudar o quadro acionário, é transformar as ações ordinárias que o governo tem, que é a

maioria, em produtos de mercado. E a empresa simplesmente cai na mão do capital privado, sem o estado ganhar um tostão, quando é dono dos 50% e passa a ter 23%, em detrimento dos outros, que ficam com em torno de 30% das ações. Esses que vão ter o controle. E o estado não recebe nenhum tostão.

Isso é crime, não é crime eleitoral, porque a mania agora é falar da MP e que nós estamos cometendo crime eleitoral. Mas isso é crime contra o patrimônio público de Santa Catarina.

Por incrível que pareça estava lembrando ontem à noite quando mandei uma mensagem de Natal a todos os celesquianos, casanrianos, amigos e assim por diante, que dizia o seguinte: Que as luzes da festa de Natal e Ano Novo iluminem os seus sonhos, revigorem a sua saúde e sinalizem a direção de ações transformadoras. São os votos desse amigo e companheiro celesquiano Lício Mauro da Silveira.

Embaixo coloquei uma mensagem especial de Ano Novo que diz assim: Devemos ficar atentos aos interesses dos celesquianos e peço a todos que se engajem em vigília constante, junto com os sindicatos, com a Abecelesc, com este deputado, logicamente com todos os outros deputados, para manter a Celesc sempre pública.

Lá prenunciávamos que alguma coisa realmente está acontecendo. E o governador infelizmente designa esse cidadão para o conselho de administração. Um cara que criticou a Celesc de tal forma que desmoralizou a empresa perante a sociedade.

Até hoje temos dificuldades para mostrar o papel da Celesc, em função desse cidadão que agora quer presidir o conselho. Para quê? Para moralizar? Não, ele quer achar um mecanismo que venha em benefício dele e também daqueles da Previ que o apóiam. Da mesma forma eles querem retirar o deles. Retirem, mas não de forma a prejudicar a sociedade catarinense.

Isso não vai acontecer, porque os celesquianos, quer queiram ou não, são ativos, sabem o que querem e constroem a empresa desde 1955. Era um aglomerado de empresas pelo estado, até que o governador Irineu Bornhausen fundou a Celesc, que depois foi tocada por Celso Ramos, e por lá passaram muitos outros. E nós carregamos no lombo dessa empresa o desenvolvimento socioeconômico para todo estado.

Quero elogiar o nosso presidente, que diz que o projeto tem tudo a ver com a situação da Celesc. O representante da empresa pode ser o sr. Lírio Parisotto, mas para este deputado é um equívoco. O nosso presidente tem razão no que fala, mas para mim é um equívoco porque ele tem interesses conflitantes. É lógico que tem, quer defender o seu. Como vão deixar um cara que quer defender os seus interesses presidindo o conselho da maior *holding* do estado? É brincadeira, sr. Lírio Parisotto.

Por isso, quero parabenizar o sr. presidente. Acredito que teremos mais celesquianos aqui, no ato de promulgação dessa PEC, que foi aprovada em dois turnos. No primeiro turno foi aprovada por

34 votos a zero. Isso significa unanimidade, significa que os deputados são responsáveis com relação ao setor econômico-social da Celesc e que qualquer mudança estatutária daquela empresa tem que passar primeiramente nesta Casa.

No papel eles podem fazer uma série de mudanças, e essas mudanças podem ser direcionadas, como está sendo direcionada agora para uma minoria, que quer o dinheiro apenas para si, que quer um retorno, que acho até certo. E terão o retorno, mas que aguardem o momento certo, a hora em que as nossas ações subirem e que a gestão da nossa empresa seja altamente profissionalizada.

Isso é que os deputados querem. Querem resultado, querem que a empresa no momento certo atenda aos interesses da sociedade. Nada mais do que isso, srs. deputados, nada mais do que isso.

Por isso, estamos atentos e vamos resistir. E peço a todos vocês que transmitam isso aos colegas que chegaram há pouco aqui, porque, se eu tiver oportunidade, usarei da tribuna novamente. Mas transmitam que vamos resistir e atender às reivindicações da Intercel, da Abecelesc, da Celos, para ficarmos unidos em nossos propósitos, principalmente na defesa dos interesses do nosso estado. Nós ajudamos a construir aquela empresa e temos a responsabilidade de dar continuidade a essa defesa.

Todos os srs. deputados presentes, sr. presidente, estão satisfeitos, porque hoje será promulgado um instrumento que os obriga a ouvir esta Casa. Não será uma mordada e muitos dizem que não é bom, mas eu acho adequado.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Lício Mauro da Silveira, eu estava aqui para pedir uma questão de ordem, mas quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo, eis que queremos que a Celesc tenha qualidade de trabalho, mas que seja um empresa pública.

Eu quero, sr. presidente, cumprimentar o vereador Odair Vailatti, de Pinheiro Preto, que está-nos visitando, e desejar-lhe uma boa estada neste Parlamento. Parabéns ao vereador que faz um grande trabalho no município de Pinheiro Preto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo inscrito é o sr. deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, quero aproveitar este momento, deputado Jailson Lima, para fazer uma saudação especial às minhas conterrâneas e aos meus conterrâneos do município de Lontras, que nos estão visitando nesta manhã, nesta Casa Legislativa.

Lontras é um município situado no alto vale do Itajaí, um município próspero, um município de gente que trabalha, que luta pelos seus objetivos, um município onde eu sempre tive uma votação muito expressiva em todas as eleições, o que me fez chegar a esta Casa Legislativa. Para terem uma ideia, no ano de 2002 eu obtive, no município de Lontras, 881 votos e na última eleição eu obtive 1.026 votos.

Sempre tive o apoio dos eleitores de Lontras e o deputado João Matos da mesma forma. Por isso o carinho que tenho por todos, a alegria em recebê-los nesta Casa e estar com vocês durante todo o dia. Estarei acompanhando-os na parte da manhã e na parte da tarde o meu chefe-de-gabinete, o Elias, estará com vocês.

Se me permitem, quero saudar o vereador Raymundo e sua esposa. O vereador Raymundo Splitter obteve 302 votos na última eleição. Ele está aqui conosco, é um grande lutador e um grande companheiro. O vereador Jason Kiefer também está aqui e veio acompanhado de sua esposa; é um vereador que está no quarto mandato e que fez 295 votos na última eleição. É um dos históricos do PMDB do município e quase poderíamos chamá-lo de nosso Ulysses Guimarães. Também está aqui o José Carlos Cardoso, o Manguinho, que fez 272 votos, e o Sérgio Maggio, o Serginho, que fez 264 votos. Temos a presença ainda do Aldo Schneider, nosso candidato a vice-prefeito, nosso grande amigo, também nascido em Ituporanga. E poderia citar o nome de quase todos os que aqui estão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Gostaria de conceder um aparte ao deputado Sargento Amauri Soares. Talvez muitos de vocês não o conheçam, mas ele também é lá do alto vale, nasceu no município de Imbuia, a nossa princesinha do alto vale. É um deputado muito aguerrido, muito atuante, e teve o privilégio de ter feito amizade com ele. Aprendi a admirá-lo neste período legislativo, juntamente com o deputado Jailson Lima, que também é da nossa região e que neste momento preside esta sessão.

A nossa região do alto vale pode dizer que temos aqui quatro deputados, eu, os deputados Jailson Lima, Sargento Amauri Soares e Joares Ponticelli, que é nascido no município de Pouso Redondo. Portanto, a nossa representatividade é grande, sem contar outros deputados que também brigam pela nossa região, como é o caso da deputada Ana Paula Lima, do líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar, e de tantos outros que também, quando precisamos, estão conosco nas nossas lutas pelo alto vale.

Ouçõ o deputado Sargento Amauri Soares, que com certeza também quer saudar os seus conterrâneos do nosso querido alto vale do Itajaí.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Peninha, pelo aparte e pela deferência ao nosso nome, à nossa pessoa. Queria justamente isso, saudar essas pessoas, os vereadores e demais lideranças da cidade de Lontras aqui presentes hoje.

Nós, como v.exa. falou, somos natural de Imbuia. E o meu padrinho de batismo morou muito tempo na cidade de Lontras. Quando eu era menino, claro que isso não faz tanto tempo assim, ele morava em Lontras e agora mora em Rio do Sul, felizmente ainda firme e forte morando naquele município. Por isso sempre tive um carinho pela cidade de Lontras.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Qual é o nome dele, deputado?

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sebastião Laurentino é o meu padrinho de batismo que mora na cidade de Rio do Sul.

Mas quero ressaltar aqui na presença dessas lideranças da cidade de Lontras o empenho que v.exa. tem pelo alto vale. Indistintamente, sempre que a demanda é o alto vale, o deputado Peninha está sempre junto, correndo atrás. Se precisar sair agora, correndo, para ir até o palácio, para ir a um órgão federal, para ir a Brasília ou a qualquer lugar que seja necessário para fortalecer o alto vale do Itajaí, o deputado Peninha, assim como outros que ele mesmo citou, está sempre pronto e disposto, conhece todas as dificuldades e faz todo esforço para encontrar atalhos para resolver os problemas da nossa região.

Queria fazer esse registro e dizer que por essas características - não tenho dúvidas em dizer isso diante de vocês são da cidade de Lontras -, por esse empenho, com certeza o deputado Peninha está muito apto a desempenhar funções maiores do que a de deputado estadual. Com certeza em Brasília seria a voz do alto vale no planalto central defendendo a população da nossa região, defendendo o vale do Itajaí como um todo. A forma de ele se expressar aqui, pluripartidariamente, além dos interesses partidários e eleitorais, citando toda a representação da região na Assembleia, mostra que na Câmara Federal será um excelente representante do alto vale do Itajaí.

Agradeço o seu aparte e quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, de público, para ficar registrado e não ficar a menor dúvida do que pensamos e sentimos a respeito do seu trabalho e da sua perspectiva como liderança e dirigente político.

Muito obrigado, deputado Peninha,

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado pelas palavras, deputado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Da mesma forma vou dar um aparte ao nosso líder do PMDB, o médico deputado Antônio Aguiar, que também é um deputado muito aguerrido que tem defendido as causas de Santa Catarina, do planalto norte e sempre que preciso também me ajuda nas questões relativas ao alto vale.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo pela sua atuação na Assembleia Legislativa, dizendo que v.exa. faz um trabalho diferenciado nesta Casa, com mandatos que fazem a repre-

sentatividade não só do alto vale, mas do estado de Santa Catarina, fazendo com que v.exa. se torne o pré-candidato a deputado federal, ocupando o espaço de João Matos. Acreditamos que a comunidade catarinense vai sem dúvida nenhuma fazer justiça no dia 3 de outubro.

Mas quero aproveitar a oportunidade para dizer que hoje, às 19h30, realiza-se em Canoinhas um grande encontro do PMDB, juntamente com o nosso pré-candidato a governador do estado, Eduardo Pinho Moreira, no sentido de que o planalto norte engaje-se cada vez mais na campanha do pré-candidato ao governo do estado, Eduardo Pinho Moreira.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, deputado.

Eu teria muito mais para falar, mas vou concluir dizendo palavras que os gregos sempre diziam, ou seja, que a política é a amizade entre os vizinhos. E o Trancredo Neves sempre dizia que há muito mais alegria em chegar a um entendimento do que em derrotar um adversário. Ser político é uma das mais nobres funções que um cidadão pode ter.

Precisamos lutar em Brasília, e eu terei de lutar por isso, por reformas políticas que tornem a atividade política mais digna para as pessoas de bem, aquelas pessoas que gostam de fazer política, pensando na comunidade. Infelizmente, hoje, quando se fala em política, quando se fala em políticos, fala-se pejorativamente, tendo em vista muita coisa que se ouve, principalmente lá de Brasília. Mas nós queremos lutar para transformar a política, assim como eu sei que vocês fazem a política visando ao bem da sua comunidade, assim como também nós lembramos com saudades da administração do nosso ex-prefeito, o Valmor. Assim como nós lembramos tantas obras que foram construídas na região pelo nosso governador Luiz Henrique. É dessa forma que se faz política, com amizade, construindo pontes e não abrindo distâncias entre as pessoas.

Então, quero parabenizá-los pela vinda de vocês aqui. É uma alegria recebê-los nesta Casa, porque foram vocês que me ajudaram a vir para cá. Estou no terceiro mandato. Na minha primeira eleição fiz 25 mil votos; na segunda, 35 mil; na última, 55 mil votos. Então, devo muito a vocês de Lontras e a todo o alto do vale de Itajaí.

Um grande abraço e é uma alegria muito grande recebê-los nesta Casa.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos, vereadores e comitiva da bela cidade de Lontras.

É importante também registrar, deputado Peninha, que depois das audiências públicas que fizemos sobre os trevos e as rótulas com relação à entrada da cidade de Lontras, já fizemos a licitação e já saiu a empresa vencedora. Agora só se aguarda o prazo de recurso. E provavelmente em maio estaremos entregando no município a ordem de serviço para iniciar a obra da entrada da cidade e finalmente acabar com os acidentes.

Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta manhã, principalmente a comunidade de Lontras e as que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Depois da avalanche das últimas semanas, dos levantes nesta Assembleia Legislativa, preciso registrar que o sentimento majoritário da maioria dos trabalhadores da Saúde pública do estado não é de derrota. Esses servidores farão uma assembleia geral no dia 5 de maio, e até lá espero uma interlocução com o governo do estado, para que possamos procurar caminhos para sair do impasse e poder manter a harmonia no serviço público de Saúde do nosso estado, que é uma necessidade, e para que se possa garantir o mínimo de qualidade no atendimento à nossa população, aliás, está muito difícil e muito precária a situação da saúde, com várias emergências fechadas na Grande Florianópolis, o que prejudica o conjunto da nossa população.

Então, estaremos junto com os trabalhadores da Saúde, acompanhando as decisões que tomarem a partir da assembleia no dia 5 de maio. Na Segurança Pública, o sentimento da maioria dos trabalhadores, especialmente dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, vai no mesmo rumo.

Se o governo tiver um milhão para gastar, que dê um tostão para cada um. Essa é a lógica que mantém a dignidade, é a lógica que mantém a possibilidade de harmonia interna nas instituições. Lá na Polícia e nos Bombeiros nós já estamos há 18 anos, como eu falava ontem, e foi muito ruim ter começado essa distorção, mas até hoje nós não conseguimos resolver problemas dos mais diversos, inclusive temos gente expulsa, excluída, presa, manifestações, enfim, coisas desnecessárias, se nunca tivesse ocorrido discriminação salarial.

Na Celesc, o deputado Lício Mauro da Silveira falava, alguns celesquianos, especialmente a direção do sindicato, estão vindo para cá, para a Assembleia Legislativa, para acompanhar a promulgação da PEC n. 0004, que aprovamos aqui nesta semana.

Essa mudança na Constituição vai submeter o voto do representante do estado no conselho de administração, à deliberação anterior desta Assembleia Legislativa, sempre que se tratar de mudança no estatuto da Celesc, ou seja, segurando a privatização via Poder Legislativo. E os servidores estão vindo para cá, para aplaudir essa iniciativa do Poder Legislativo do nosso estado. Inclusive, amanhã, às 9h, vai haver uma grande manifestação de servidores celesquianos na frente da empresa, no bairro Itacorubi, para receber o mega investidor Lirio Parisotto. E esperamos que ele não precise, no primeiro dia de trabalho, chegar de helicóptero ou entrar pelos fundos.

Vejam a situação como está. Esperamos também, e até faço um pedido de segurança ao comandante da Polícia

Militar, porque amanhã os celesquianos que estarão lá são os trabalhadores que construíram a Celesc. E o Lirio Parisotto é quem quer levar de forma mais ou menos fácil, ou muito fácil, o produto desse trabalho daqueles trabalhadores.

Portanto, temos que ter essa baliza para a realização e dar segurança naquela região da nossa Capital no dia de amanhã. Esse é um pedido que faço ao comandante da Polícia Militar, para que tenhamos essa baliza, porque os trabalhadores construíram a Celesc, e o Lirio Parisotto está querendo levar uma parte, de forma fácil, do esforço desse trabalho do povo catarinense.

Estivemos em uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Balneário de Camboriú, nesta semana, audiência realizada pela nossa comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Títon. E foi deliberada lá a discussão do Projeto de Lei n. 0612/2009, que dispõe sobre a criação do Parque Estadual de Taquarinhas, em Balneário Camboriú. Inclusive, a TVAL esteve lá e fez uma matéria que eu gostaria de exibir neste plenário, pedindo a atenção das sras. deputadas e dos srs. deputados, justamente para entendermos a importância desse projeto, a importância desse processo e o quanto significa para a população de Balneário Camboriú e do estado de Santa Catarina. Peço, portanto, a assessoria técnica do plenário que rode a matéria que foi produzida pela equipe da TVAL da Assembleia Legislativa.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Então, eu queria chamar a atenção dos deputados aqui presentes, especialmente do deputado Marcos Vieira, que é relator. Aliás, o relator era o deputado Cesar Souza Júnior, que já disse que é favorável à aprovação na CCJ pela participação do deputado Darci de Matos. E o deputado Marcos Vieira pediu vista ao projeto.

Noventa e cinco por cento da população de Balneário Camboriú é a favor da criação do parque. Quem é contra? Algumas imagens da praia para sabermos e vermos exatamente a situação. Menos de 5% são contra.

Essa praia, em tese, pertence a dois empresários de Curitiba que, é evidente, não querem que seja criado esse parque, porque desejam ganhar muito dinheiro com essa área que, aliás, a maior parte é patrimônio da União. Mas eles querem ganhar muito dinheiro com a possibilidade de venda de 50 apartamentos superluxuosos naquela área.

Então, o que a população lá defende, as ONGs e todas as organizações que participaram da audiência pública, é que Taquarinhas pertença à população no seu conjunto, pertença à humanidade e não sirva para lucro de um ou dois empresários e para o desfrute de 50 endinheirados.

Dezenas de organizações populares e sociais, procuradores de Justiça Federal, OAB, Univali, um conjunto de organizações, ou seja, mais de mil pessoas participaram dessa audiência. É unânime isso na cidade.

Portanto, é preciso que todos nós, deputados, pensemos com bastante carinho

a respeito disso, para não cometermos mais uma rabeada na política, errando feio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputado do Democratas que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputado do PMDB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e pessoas que nos dão a honra de prestigiar esta sessão ordinária, na Casa do Povo, na tarde de ontem tivemos uma sessão tumultuada, uma sessão constrangedora, uma sessão inclusive de muitas decepções. Decepções porque, falando com os meus pares da Assembleia Legislativa, um governo que não tem planejamento, um governo que não pensa e não planeja as suas ações começa a cometer injustiças, começa a errar nos encaminhamentos, inclusive de projetos para esta Casa, e começa a iludir a nossa população.

Falei isso, srs. deputados, devido à retirada, na tarde de ontem, da MP n. 0178 e da MP n. 0174. Durante quatro semanas passamos estudando, debatendo, até porque, quando as medidas provisórias vieram para esta Casa, vieram foi de forma muito estranha, numa véspera de feriado, sem nenhum período para discussão. Então, elas já vieram de forma equivocada.

Na segunda-feira, o governador mandou para cá mais algumas medidas provisórias também duvidosas, e mesmo assim a comissão de Justiça, a comissão de Finanças e as comissões de mérito debateram com lideranças sindicais, com líderes partidários, com o líder do governo e com o secretário de estado responsáveis por essas áreas, tanto na área da Saúde quanto na área da Agricultura, na área da Administração e, principalmente, na área da Fazenda.

Por isso que houve muito debate, muita discussão e muitas ideias para melhorar essa medida provisória, no sentido de corrigir uma injustiça, principalmente com os trabalhadores da área da Saúde. É o que consta na MP n. 0174 e na MP n. 0178. Esta última iria dar gratificação apenas para quem trabalha no prédio central da secretaria de estado da Saúde. Excelentes trabalhadores. E a MP n. 0174 iria dar gratificação apenas para os funcionários de nível superior.

Srs. deputados, injustiça seria se nós não fizéssemos o encaminhamento da emenda proporcionando essa gratificação a todos os funcionários, aqueles funcionários de nível médio que trabalham nos hospitais da rede estadual de Santa Catarina; aqueles

que estavam na tarde de ontem e que fazem um excelente trabalho. Esses não iriam ganhar nada, assim também como os professores estaduais do nosso estado.

Por isso que debatemos e corrigimos, mas na tarde de ontem tivemos a surpresa da retirada das medidas provisórias. O governo conseguiu dividir as categorias, o governo conseguiu iludir esses trabalhadores, mas eu não sei qual será o fim disso tudo.

Esperamos que haja uma correção a essa injustiça feita com esses trabalhadores, que são mercedores, sim, desse tipo de gratificação. Tanto os profissionais de nível médio quanto os profissionais de nível superior, porque há um trabalho conjunto, deputado Décio Góes, fazem um trabalho de excelência ao povo catarinense.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputada Ana Paula Lima, acho que não é de hoje que a Saúde catarinense está sendo desvalorizada, perseguida pelo próprio governo do estado, que é o gestor e que devia, ao contrário disso, valorizá-la, porque é a maior demanda que o povo catarinense possui. As pessoas mais simples deste estado precisam de uma saúde eficiente e o governo tem desvalorizado o serviço, não há uma descentralização dos serviços em todas as regiões do estado, obrigando todos a transitar pelo estado para vir à capital buscar o serviço de saúde. Enfim, há uma desvalorização da saúde, complementada ainda com a desvalorização salarial. O governo nem tinha intenção de mandar a MP para a Saúde, mandou depois, por pressão, e foi a primeira que retirou, empurrando os servidores para uma solução mais radical, ou seja, para uma greve.

Então, falta sensibilidade deste governo em relação a questões que mexem com a vida do povo catarinense, seja na saúde, na educação, na segurança pública, na assistência social. No entanto, nós vemos uma facilidade quando se trata dos grandes negócios internacionais que pagam *royalties*, das escolas internacionais, das grandes empresas que este ano vão receber mais de R\$ 4 bilhões no próximo Orçamento de benefícios fiscais. Nota-se que o Orçamento gira em torno de R\$ 12, R\$ 13 bilhões. É uma proporção gigantesca que dava para resolver todos os problemas de Santa Catarina.

Então, lamentamos demais, demais mesmo, essa atitude do governo. E eu não sei se ele vai manter as outras medidas provisórias. Já virou uma bagunça a orientação do governo aos deputados desta Casa e à própria base do governo.

Obrigada, sra. deputada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - O que nós verificamos também, deputado Décio Góes, é que os deputados da base governista, deputado Silvío Dreveck, também estão divididos, estão confusos, que não entenderam o que aconteceu. Falo isso porque os Democratas, que fizeram parte deste governo durante todos esses anos, também fizeram as emendas e vieram para esta tribuna fazer discurso contra o

governo. Os deputados do PMDB, da mesma forma, ficaram desorientados com as ações deste governo. É o caso agora das nossas merendeiras, das nossas serventes, que vão ser descartadas, mulheres estas que trabalharam mais de 20 anos fazendo a alimentação para as nossas crianças, para os nossos adolescentes.

É o caso, deputado Reno Caramori, da nossa Celesc, esse sistema que querem privatizar! Nós verificamos que a privatização, em alguns setores públicos, deu errado em nosso país, foi uma forma de alguns ganharem dinheiro e de as pessoas ficarem sem esse benefício. Falo isso, deputado Jailson Lima, porque no alto vale os agricultores, os fumicultores, estão sofrendo com a queda da energia constantemente, pois eles precisam dela para dar continuidade ao seu trabalho.

E pasmem, srs. deputados: também nessa confusão aqui de Democratas, PSDB, PMDB, não sabemos mais quem é governo, quem não é, mas nós, do Partido dos Trabalhadores, desde o início, tivemos linha, fizemos as emendas necessárias para melhorar todas as medidas provisórias que chegaram a esta Casa, mas o governo conseguiu novamente enganar o servidor público do estado de Santa Catarina.

Nós verificamos ainda, srs. parlamentares, que a maioria dos profissionais da área da Saúde é mulher. São essas mulheres que trabalham diuturnamente para garantir a saúde, a prevenção da saúde do povo catarinense. São essas mulheres que às vezes têm uma, duas, três jornadas de trabalho. Elas que estavam aqui junto com outros companheiros; elas, que ganham menos, também foram enganadas. Mas acredito que isso não vai ficar assim. Este ano é um ano decisivo, um ano de verificar quem só faz discurso e quem tem uma prática diferente.

Por isso nós vamos escutar, deputado Jailson Lima, neste momento que faço uso do horário do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, um representante da Celesc dizer que a empresa também tem que ter outro rumo, que não pode ser conduzida dessa forma. Também quero dizer que não há investimentos na Celesc, nós verificamos isso, porque em qualquer local onde há uma regional da Celesc faltam investimentos, faltam equipamentos.

Mas pasmem, sr. presidente e srs. deputados: no mês de janeiro o presidente da Celesc alugou um jatinho a quase R\$ 50 mil para ir a Brasília negociar e agora quer privatizar a empresa?

Esta é a nossa indignação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - V.Exa. dispõe de mais 30 segundos para concluir o seu pronunciamento, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente.

Srs. deputados e povo catarinense, são sete anos que nós estamos aqui dizendo para este governo que o caminho não é este, que tem que haver planejamento, que temos que valorizar o servidor público estadual que há sete anos também vem, de uma forma fragilizada, ganhando gratificações e outros não.

Estamos dizendo isso há sete anos e quatro meses.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu queria, mais uma vez, cumprimentar e registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Ivo Bruckmann, do município de Itá, do Nilso Martello, do mesmo município, e do secretário da Saúde, do município de Jaborá, Deoclécio Parizotto.

Cumprimento os vereadores e o secretário, desejando-lhes uma boa estada no nosso Parlamento.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sr. deputado Renato Hinnig, antes que v.exa. comece o seu pronunciamento, eu gostaria de registrar que amanhã será a abertura da exposição agropecuária, da exposição industrial do município de Xanxerê. É um dos maiores eventos realizados no estado de Santa Catarina, que vai ao encontro da agropecuária, da agricultura, do agronegócio, da indústria e do comércio. E eu quero aproveitar a oportunidade para convidar todos os srs. deputados e toda a população de Santa Catarina para participarem desse grande evento que Xanxerê realizará.

O prefeito daquele município, Bruno Bortoluzzi, tem uma grande visão de desenvolvimento, como também todos aqueles que estão organizando essa exposição.

Agradeço a v.exa. pela oportunidade de me ter concedido este aparte e deixo, mais uma vez, o registro e o convite a todos os srs. deputados e às sras. deputadas para participarem desse evento.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Obrigada, deputado Moacir Sopelsa. Na verdade, o aparteante aqui sou eu. Foi v.exa. que iniciou a preleção, mas agradeço pela manifestação. Realmente é um evento importante e tenho certeza de que v.exa. estará lá representando todos que não puderem se fazer presentes nesse evento significativo para a agricultura catarinense e para o extremo oeste, na cidade de Xanxerê.

Mas, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, ocupo a tribuna, no horário do meu partido, para comentar sobre o grande evento que o PMDB realizou na cidade de Criciúma, no último sábado, para comemorar os 44 anos do nosso partido.

Foi um evento que reuniu lideranças de todo o estado, em que estiveram presentes mais de duas mil pessoas mostrando a força do PMDB e a motivação da militância em comemorar o aniversário do partido. Isso se deve a todo trabalho que foi feito ao longo da história do nosso partido.

Lá também foram homenageadas pessoas que em Criciúma completaram 44 anos de filiação ao nosso partido. Essas lideranças, naquele início, demonstraram muita coragem e ousadia, já que fundar o PMDB e começar a militar nas hostes desse partido que era de Oposição ao regime militar naquela oportunidade era uma grande dificuldade e um grande desafio. Portanto, as nossas homenagens a todas aquelas pessoas!

Temos aqui na Assembleia Legislativa o deputado Edison Andrino que foi um dos fundadores do partido aqui em Florianópolis, tendo sido membro da Executiva do Diretório Estadual naquela oportunidade. E, como candidato a vereador pelo nosso partido, acabou sendo o primeiro suplente. E de lá para cá Edison Andrino marcou a sua trajetória no partido, especialmente na Grande Florianópolis, tendo sido, inclusive, prefeito desta cidade.

Portanto, ficamos muito contentes por estarmos lá participando do evento, juntamente com os ex-governadores Luiz Henrique, Casildo Maldaner e Paulo Afonso, com o pré-candidato Eduardo Pinho Moreira, que foi ovacionado pelos militantes. E assim percebemos que o partido está pronto, mobilizado e, certamente, vai fazer a sua parte nessa eleição que se avizinha, que acontecerá no próximo dia 3 de outubro, para, mais uma vez, ficar registrado em Santa Catarina o desempenho do nosso partido. Temos a esperança e a convicção de que teremos um resultado alentador.

Também gostaria de ressaltar que, a partir de amanhã, a Fundação Ulysses Guimarães, que coordena a elaboração do plano de governo do nosso partido, iniciará a realização de seminários regionais para debater com a militância, os vereadores, os prefeitos e a sociedade em geral o que deve fazer constar do plano de governo para o próximo período de governo, cujas eleições ocorrem agora em outubro.

Iniciaremos por São Lourenço do Oeste, Quilombo, Maravilha e Palmitos, amanhã. E no sábado estaremos reunidos em Chapecó, onde estamos com muita expectativa de uma participação volumosa de companheiros para que deem a sua contribuição. Nós queremos ouvir a sociedade de Santa Catarina para que possamos saber quais são as vocações regionais locais e também quais são as dificuldades que preocupam a sociedade catarinense nos diversos locais.

Dessa forma, iremos iniciar desenhando o plano de governo que vai ser defendido pelo nosso candidato e submetido à aprovação da sociedade catarinense nas urnas no próximo dia 3 de outubro.

Também gostaria de comunicar e, mais uma vez, reforçar o convite a todos os peemedebistas para que participem amanhã, a partir das 9h, no plenarinho desta Casa, do Encontro Regional da Fundação Ulysses Guimarães, que vai reunir aqui os representantes da fundação dos es-

tados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina para debaterem e ouvirem o que pensam e o que dizem todos os estados sobre o trabalho desenvolvido pela fundação nos cursos de formação política que estão sendo elaborados pelo nosso partido.

No programa consta, como título, "Estradas e bandeiras, a Fundação Ulysses Guimarães quer ouvir seu estado". E nesse evento estaremos reunindo os integrantes da Fundação Ulysses Guimarães e os membros do partido para fazer um balanço da atuação da fundação aqui no nosso estado, e que atualmente eu tenho a honra de presidir.

E pretendemos, como estamos fazendo, prosseguir nos cursos de formação política, e que estão sendo muito bem-vindos. Só no ano de 2009 passaram por esses cursos 4.500 pessoas. E esse trabalho continuará agora no ano de 2010 e, certamente, é uma ferramenta muito adequada e importante para que as pessoas que simpatizam com o nosso partido, e até mesmo aquelas que não fazem parte do nosso partido, mas querem conhecer um pouco mais sobre política, tenham a condição de participar. É um material bem elaborado, com apostilas muito bem concebidas por professores da Universidade de Brasília, da Universidade do Rio Grande do Sul e de outras universidades do Brasil.

Os cursos contam com teleaulas em que o professor se apresenta na televisão com aquele tema que está sendo debatido. Uma vez por semana as pessoas se reúnem para participar dessas aulas que têm uma carga horária de 60 horas/aula. E com a frequência de 75% das aulas o participante recebe um certificado. Temos participado de formaturas e visto a grande empolgação daqueles que participam desses cursos.

Portanto, queremos, com muita honra, divulgar e continuar esse trabalho em Santa Catarina. E no evento de amanhã esse é um assunto que será debatido, assim como também a questão de elaboração do plano de governo.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não! Concedo, com muita honra, um aparte ao deputado e colega Valdir Cobalchini.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado Renato Hinnig, quero aqui cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho que faz como deputado e como secretário-geral do nosso partido. Inclusive, o partido nunca esteve tão organizado, tão bem informado, tão bem estruturado, com o número de filiações que se amplia a cada dia.

Eu recebi, hoje pela manhã, uma breve história do nosso partido, fruto, por certo, do seu trabalho, pois está aqui a sua assinatura. Recebi também o jornal informativo do nosso partido.

O momento atual que vivemos nós devemos muito, deputado Renato Hinnig, à sua atuação. O nosso é um partido de tantas histórias e de tantas glórias; é um partido que é do município e que teve, e tem, em cada um dos 293 municípios alguém que nasceu com o PMDB. Se forem visitar cada rua do bairro ou da cidade... Quando nós não tivemos um prefeito,

tivemos candidatos, tivemos vereadores. É um partido organicamente organizado e enraizado, que tem contribuído muito para Santa Catarina e o país.

Eu me sinto muito orgulhoso de fazer parte desse partido desde os meus 19 anos. E vivemos um momento muito especial. Há poucos dias realizamos um encontro na cidade de Caçador em que centenas de militantes da nossa cidade e da região estiveram presentes recebendo a visita do nosso candidato a governador Eduardo Pinho Moreira, do nosso candidato ao Senado e ex-governador Luiz Henrique, do prefeito da capital Dário Berger, dos deputados federais Mauro Mariani e Celso Maldaner. E todos puderam perceber e sentir a empolgação do nosso partido que se agiganta sempre que é provocado.

Deputado Renato Hinnig, eu não tenho nenhuma dúvida de que o PMDB, mais uma vez, levará o seu candidato ao segundo turno. E aí, numa grande composição, o nosso partido, que é o maior deste estado, vai continuar comandando os destinos de Santa Catarina.

Portanto, quero cumprimentá-lo e, por extensão, o presidente do partido, Eduardo Pinho Moreira, a executiva, a bancada estadual, a bancada federal, o senador Neuto De Conto e todos aqueles que têm contribuído lá no seu município.

Os vereadores que hoje estão aqui participando de um encontro de vereadores têm engrandecido a história, desfraldado as nossas bandeiras, orgulhado e honrado as nossas fileiras e tem-nos feito muito felizes por pertencer a uma grande agremiação partidária que tem passado, presente e, certamente, terá futuro e dará ainda muitas alegrias ao povo brasileiro, ao povo catarinense, por tudo que faz e pela mobilização constante que tem o nosso grande PMDB.

Parabéns, deputado Renato Hinnig!
O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Obrigado, deputado Valdir Cobalchini. Agradeço a sua manifestação elogiosa.

Quero dizer que, realmente, exige muito e dá muito trabalho ser secretário de um partido grande como é o PMDB. E agora também na presidência da Fundação Ulysses Guimarães.

Mas queremos dizer, deputado Valdir Cobalchini, que nos dá muita satisfação fazer esse trabalho, quando percebemos o resultado que ele traz e o sorriso de satisfação, de alegria e de contentamento de cada companheiro que, como v.exa. constatou aqui, recebe a informação de um breve histórico do nosso partido.

E nós fizemos esse trabalho e encaminhamos para todos os vereadores, prefeitos, vice-prefeitos e diretores municipais para que eles pudessem ter esse instrumento na mão e manifestar-se na imprensa falada, escrita, televisada e nas próprias Câmaras de Vereadores para registrar a importante data de comemoração do aniversário do nosso partido que orgulha todos nós que militamos nesse bravo e honroso partido que muitas alegrias tem trazido para Santa Catarina e para o povo brasileiro.

Muito obrigado e um forte abraço!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu queria destacar, no meu pronunciamento de hoje, um grande contentamento, uma alegria que tive ao visitar algumas cidades do oeste de Santa Catarina.

O oeste de Santa Catarina, graças ao trabalho dos catarinenses, graças ao grande número de empreendedores que temos espalhados pelo estado, graças à organização da nossa estrutura político-social... E agora, especialmente nos últimos anos, com essa política descentralizada, com a presença constante do governo estadual, através dos seus representantes e das secretarias Regionais, Santa Catarina leva constantemente uma sacudida. E a presença constante do governo tem promovido esse desenvolvimento.

Mas na região do extremo oeste, por exemplo, lá em Dionísio Cerqueira, o secretário Regional Flávio Berté - e eu o cumprimento daqui - tem desenvolvido um projeto chamado Projeto Líder, que busca o desenvolvimento da região da fronteira entre Brasil, representado por Santa Catarina e ao norte o Paraná, e a Argentina.

A região norte da Argentina é uma região economicamente deprimida que precisa receber investimentos. A região de Santa Catarina, representada por Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Princesa, Guaraciaba, enfim, por cidades que fazem limite com o rio Peperi-Guaçu que faz a divisa entre o Brasil e a Argentina, precisa receber um apoio especial do governo, especialmente em infraestrutura.

Presenciei lá, por exemplo, o lançamento de um programa cultural que é, talvez, um programa simples e mais barato. Mas é também um programa em que, através do envolvimento social das pessoas, podemos estimulá-las para que haja investimentos em conjunto. E começa, primeiramente, pela recuperação da fonte do rio Peperi-Guaçu que começa em Dionísio Cerqueira e vai até Itapiranga onde o rio Peperi-Guaçu entra no rio Uruguai e forma a fronteira com a Argentina.

Presenciei lá lideranças, como o vigário da igreja, o coronel da guarnição da Polícia Militar - e, aproveitando essa questão da fronteira, quero dizer que lá é preciso uma guarnição especial -, o prefeito Altair Cardoso Rittes, do PT. E não importa a sigla partidária. Todos eles estão envolvidos em querer desenvolver Santa Catarina. E esse desenvolvimento vem sendo estimulado justamente pelo nosso governo, agora pelo governador Pavan. E amanhã, sexta-feira, ele estará em Dionísio Cerqueira e São Miguel d'Oeste assinando diversos convênios e fazendo a entrega de algumas obras. E essa será mais uma oportunidade para estimular lá as nossas lideranças.

Desejo cumprimentar aqui o secretário Regional de Dionísio Cerqueira, Flávio Berté, assim como também os secretários Regionais de São Miguel d'Oeste e do extremo sul da região oeste. E saúdo o

nosso sistema descentralizado que tem estimulado toda essa grande região.

Mas, juntamente com esses líderes do governo, quero destacar aqui centenas de iniciativas privadas. Quem faz o desenvolvimento de um estado e de uma nação é o governo, ele é o motivador. O governo é quem entusiasma e viabiliza o desenvolvimento, através de incentivos fiscais e econômicos. Isso motiva aqueles que já têm a sua iniciativa.

Santa Catarina tem destaque porque em todos os lugares há inúmeros empreendedores. Mas eu acredito que a região oeste deva ter um percentual maior de empreendedores, de pessoas com vontade de investir. Vi, por exemplo, em Santa Terezinha do Oeste, inúmeros deles. Lá, conheci, por exemplo, um empresário que está colocando uma fábrica de ração para atender à suinocultura, aos aviários. Trata-se uma região em que a característica básica é, justamente, a pequena propriedade, agricultores com 15ha, 20ha, alguns apenas com 10ha, mas que tiram dali o sustento com dignidade para toda a sua família.

Conheci um grupo de empresários em Ipuacu, alguns oriundos de São Lourenço do Oeste, de São Domingos, de Xanxerê, enfim, daquela região. São pessoas de inúmeros municípios ali próximos, municípios que, de certa maneira, estão passando por uma depressão econômica, e entre eles cito: São Domingos, Ipuacu, Entre Rios, Bom Jesus, Ouro Verde, Coronel Martins, Jupia, Galvão, Santiago e Marema. São pessoas que trabalham.

Agora existem as rodovias estaduais, mas antes não havia. Agora há energia elétrica, mas antes era muito precária. Agora há telefone em alguns lugares, mas é preciso melhorar ainda mais os serviços de telefonia, especialmente de telefonia celular, para que se possa atender melhor à região rural.

Eu conheci ali um grupo de empresários, representados pelos srs. Mário lesbik e Jandir Presoto, e outros sete, oito empresários que estão implantando em Ipuacu um frigorífico que tem uma capacidade de abate de 200 mil frangos por dia. Os deputados do oeste certamente fazem ideia do significado e da importância disso, pois vai atender a mais de 200, 300 pequenos produtores que crescem nesses municípios em torno de Ipuacu, uma região abandonada por muitos anos, que por isso economicamente foi-se deprimindo, mas que agora está recebendo investimentos, principalmente por parte da iniciativa privada.

Mas o governo tem estado presente. Houve uma audiência com o governador Leonel Pavan, e crescem todos os dias as suas expectativas como um bom governador. Tenho certeza de que os investimentos e o apoio dado a toda aquela região estará estimulando a iniciativa privada e será uma grande alavanca para desenvolver melhor Santa Catarina por inteiro, especialmente o oeste, que precisa e vai receber um carinho especial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, meu líder deputado Silvio Dreveck. Saúdo também os deputados que comandam a Mesa.

Ainda tratando da ressaca de quatro semanas difíceis que esta Assembleia viveu em função de toda a expectativa que tanto o governador que saiu quanto o que entrou geraram com os servidores públicos de Santa Catarina e analisando a repercussão da imprensa hoje, constatamos que verdadeiramente o governo encontra-se mais perdido do que todos possam imaginar ou do que bordamos aqui esta semana, deputado Reno Caramori. Há uma verdadeira torre de Babel instalada e uma frustração generalizada no âmbito dos servidores de Santa Catarina.

O que me preocupa ainda mais é que há um desencontro jamais visto entre aquilo que foi feito pelo governador que saiu e pelo governador que entrou. A impressão que temos, deputado Reno Caramori, é que entrou um governador que não fazia parte daquele governo! É como se tivesse entrado outro projeto, outro governante que não fazia parte do governo anterior e que não tem compromissos.

Isso ocorreu na reta final, eu não diria da administração, mas da campanha de Luiz Henrique ao Senado, porque nos últimos tempos ele não fez outra coisa a não ser cuidar da sua campanha ao Senado e usar a máquina para isso. Isso aconteceu em todas as regiões. Vimos nas últimas três semanas, e a *Folha de S.Paulo* divulgou, inclusive, o governador Luiz Henrique inaugurando obra já inaugurada, inaugurando obra não acabada e inaugurando intenção de obra. Ele chegou a lançar aviso de edital de licitação. Ou seja, assinou um papel avisando que o estado queria lançar um edital. Houve solenidade de lançamento de intenção de obra. Os cheques sem fundos assinados pelo Luiz Henrique, antes de sair deste governo, agora é que estão começando a aparecer! E o que é pior, Leonel Pavan está reclamando disso agora. Vejam o que está na coluna do Cristino Carrador, do *jornal NotiSul*, de Tubarão, no dia de hoje.

O deputado Reno Caramori sabe do pleito de mais de 30 anos da pavimentação asfáltica de Pedras Grandes a Orleans, do Projeto Serramar, que faz a integração da serra com o litoral catarinense. O deputado Reno Caramori participa das reuniões do conselho político-empresarial lá na base, no sul, deputado Lício Mauro da Silveira, v.exa. que também tem base forte na região de Laguna e adjacências.

O deputado Reno Caramori está sempre lá - é muito bem-vindo - e sabe que a pavimentação dos 18km que ligam Pedras Grandes a Orleans é uma obra prioritária elencada pelo conselho político empresarial. O projeto está pronto desde o governo passado, o governo de Esperidião Amin. Estava no BID IV e não foi feita a obra; depois veio a promessa do BID V e horas antes da renúncia-fuga de Luiz Henrique ele

foi lá assinar o edital para a pavimentação Pedras Grandes/Orleans. Vejam o que está no jornal de hoje:

(Passa a ler.)

"Em visita no fim de semana no sul, o governador Leonel Pavan (PSDB) disse que desconhecia o projeto de pavimentação da rodovia entre Pedras Grandes e Orleans, parte da Rodovia Serramar. Não sabia que os recursos já estão incluídos no BID V, novo financiamento internacional.

A declaração de Pavan deixou líderes de Orleans e de Pedras Grandes chateados. É natural que governador não saiba de tudo. Resta agora aos secretários regionais, em Tubarão e em Braço do Norte, dois tucanos, informarem ao governador que o ex-governador lançou a ordem de serviço."

Ou seja, isso seria cômico se não fosse trágico. Eles estão brincando de governar. Luiz Henrique esteve lá, fez festa, lançou o edital e Leonel Pavan diz que não sabe, que desconhece. Mais uma prova dos cheques sem fundos de Luiz Henrique que Leonel Pavan parece não querer cobrir. Não sei se não tem dinheiro, se não tem BID, porque estão terminando os oito anos de governo e o tal de BID V ainda não chegou. Nós, em dois anos, fizemos o BID IV, depois de pagar as cotas dele com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em dois anos nós fizemos o BID IV, deputado Dagomar Carneiro. Faz oito anos que eles estão falando em BID V, e o dinheiro ainda não chegou. Luiz Henrique foi lá, assinou a ordem de serviço, e Leonel Pavan diz que não conhece.

O mesmo problema, deputado Décio Góes, está acontecendo com a ligação entre Camacho e Laguna. Luiz Henrique foi lá, lançou a ordem de serviço e a informação agora é que não há licença, mas o projeto não está concluído, não há absolutamente nada. Tanto que a festa que Luiz Henrique fez para lançar o papel da intenção de fazer a obra não foi sequer publicada no Diário Oficial ainda, deputado Lício Mauro da Silveira. Faz 40, 60 dias que Luiz Henrique fez a festa e o edital não foi lançado nem publicado. E as vacas agora estão mais tranquilas, porque, nas últimas semanas do governo de campanha de Luiz Henrique muitas vacas morreram para festejar esses papéis frios, sem fundos. Era as vacas ouvirem o barulho do helicóptero ou do avião de rosca, como se chama lá minha terra, que se atiravam matagal adentro, atiravam-se para o capão com medo de serem assassinadas para a churrascada dos cheques sem fundos de Luiz Henrique.

É a casa da mãe Joana. Enquanto isso o prefeito foragido de Camboriú, Edson Olegário, continuava nomeado num governo e numa função que tem tudo a ver com as denúncias que recaí sobre o próprio - nomeado desde janeiro de 2009, o prefeito foragido.

Meu Deus do céu! Eu não perdi a minha capacidade de indignação. Eu não perdi. Santa Catarina está muito mal conduzida. Para completar, ontem, à noite, no *Jornal Nacional*, da Globo, um tal de vereador Latinha, deputado Décio Góes, do PMDB, apareceu como vendedor de carteira de motorista, denegrindo a população de Treviso e Siderópolis. Vendedor de carteira de motorista!

Eu vou dizer na terça-feira de quem o tal do vereador Latinha é cabo eleitoral. E aí vamos ver que a sua ligação com venda de carteiras e com o candidato para quem trabalha tem tudo a ver.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

O deputado Lício Mauro da Silveira trouxe um requerimento à mesa assinado por vários srs. deputados para que possamos suspender a sessão por dez minutos a fim de ouvir o representante do sindicato da categoria eletricitária.

Portanto, convido o representante do sindicato, Arno Veiga Cugner, para que faça uso da palavra, por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Muito obrigado ao representante do sindicato, sr. Arno Veiga Cugner.

Quero ressaltar, como foi colocado, que a emenda constitucional tem um rito regimental, é difícil de ser cumprido. Existem prerrogativas regimentais e legais que só permitem tramitação rápida quando há consenso pleno entre todos os deputados, e foi o que ocorreu agora. Por isso, se houver concordância dos srs. líderes, eu vou suspender a sessão, por mais dez minutos, para que possamos, na sala de imprensa, junto com todos os srs. deputados que quiserem acompanhar, promulgar a PEC, torná-la lei, para que possa ser publicada ainda hoje e para que amanhã, um dia importante para a Celesc, possa estar vigorando na sua plenitude.

Se houver concordância dos srs. líderes, a sessão será suspensa por mais dez minutos, enquanto, na sala de imprensa, nós promulgamos a PEC.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0228/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0229/2010, de autoria do deputado Ronaldo Benedet; 0230/2010, de autoria da deputada Angela Albino; 0231/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0232/2010, 0233/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0541/2010, 0543/2010, 0544/2010, 0545/2010, 0546/2010, 0547/2010, 0548/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0549/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon.

Requerimento n. 0540/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Banco do Brasil, solicitando a instalação de caixa eletrônico na Churrascaria e Lancheria Caxias, no Distrito de Residência Fuck, no município de Monte Castelo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0542/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Claro, solicitando a instalação de rede de telefonia móvel, que atenda à região do Distrito de Residência Fuck, no município de Monte Castelo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0550/2010, de autoria do deputado Edison Andriano, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis e ao presidente da Comcap, solicitando medidas administrativas no sentido de promover a capina da área conhecida como Praça Nossa Senhora de Guadalupe, em Canasvieiras, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0026/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao governador do estado, ao corregedor geral de Justiça de Santa Catarina e aos secretários da Segurança Pública e do Executivo da Justiça e Cidadania, manifestando repúdio pela forma de abordagem feita aos agricultores familiares do município de São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0032/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao superintendente regional do DNIT, solicitando a construção de trevo na Rodovia BR-470, que dá acesso ao município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente e srs. deputados, aos presentes, aos que nos assistem pela TV Assembleia, aos que nos ouvem pela Rádio

Alesc Digital, gostaria de, rapidamente, cumprimentar o ex-prefeito de Guaramirim, Evaldo João Junkes, o Pupo, que está em Florianópolis visitando esta Casa.

O que nos traz à tribuna na data de hoje é um dos assuntos que vamos abordar nesses dois meses em que estaremos nesta Casa, como deputado estadual, representando a nossa região, o vale do Itapocu. E já frisamos que vamos trabalhar mais a questão da saúde, a questão da segurança e a questão da infraestrutura.

O assunto de hoje refere-se à infraestrutura. Já falamos aqui, na terça-feira, com relação à segurança, ao reaparelhamento da Polícia Civil em toda a nossa região, à quantidade do efetivo, ou seja, de pessoas que possam trabalhar no combate ao uso e ao tráfico de crack, que é uma preocupação nossa bastante grande. Presenciamos diariamente, em nossa região, o problema do consumo de crack, e nessa bandeira vamos trabalhar.

Dentro da problemática da infraestrutura, também foi colocada a questão da energia, que atinge as nossas cidades, a nossa microrregião. Mas na data de hoje vamos abordar o anseio da nossa Jaraguá do Sul com relação ao melhoramento do acostamento da BR-416, mais especificamente entre a região da Malwee, que é a barra do rio Cerro, e o bairro Rio Cerro.

Como vereador em nossa cidade já trabalhávamos muito a questão do transporte público, a questão dos meios de transporte para os funcionários, para todos os trabalhadores de Jaraguá do Sul, seja do setor alimentício, seja do setor metalúrgico, seja na área de confecções.

Todos sabem que a nossa cidade é uma cidade industrial e que, assim como as cidades vizinhas, tem um nível de desenvolvimento bastante grande. Nossa região é cercada por morros, por rios, por córregos, o que dificulta sobremaneira fazermos a abertura de novas vias, de novos acessos aos bairros.

Sempre, como vereador, brigamos muito em relação à questão do transporte público, dos ônibus. Tivemos discussões bastante grandes com relação a novos pontos de ônibus, com relação à instalação de um novo terminal que proporcionasse um atendimento de maior qualidade para os jaraguenses, para as pessoas que vivem no entorno de Jaraguá do Sul e que se deslocam para lá. Outra briga nossa foi com relação à necessidade de veículos novos, que propiciassem um transporte coletivo de qualidade.

E dentro de toda essa problemática, acho que o mais importante é o passe único. Sabemos o quanto pesa o transporte coletivo no bolso do nosso trabalhador. Sendo assim, brigamos muito durante o nosso mandato no sentido da implantação do passe único, para que as pessoas não tivessem, no decorrer do ano, uma despesa tão alta no que tange ao deslocamento para o trabalho.

Então, em determinadas situações tivemos muitas situações críticas, situações pesadas, com a empresa que explora o transporte coletivo em nossa cidade. Mas temos certeza de que estávamos no

caminho correto, no caminho de fazer com que a população usasse cada vez menos o seu automóvel - ainda mais agora que, com a facilidade do acesso ao crédito, as pessoas têm mais facilidade de adquirir o carro próprio -, pois a nossa região tem certa dificuldade com relação à infraestrutura. Nesse sentido, batemos muito nesta tecla, ou seja, na importância da qualidade do transporte público.

Na mesma linha, debruçamo-nos bastante sobre a questão do ciclismo, trabalhamos fortemente na questão das cicloviárias, das ciclo-faixas, dos acessos às ruas, às principais empresas da nossa região, a fim de que o ciclista tivesse condições de se deslocar ao trabalho com sua bicicleta.

Sabemos que a onda leva nesse sentido; sabemos que dentro do conceito de desenvolvimento sustentável é importante promover o crescimento das cidades, das regiões sem agredir o meio ambiente, sem destruí-lo. Portanto, não tenho dúvida de que a bicicleta, o ônibus e, futuramente, o metrô, serão os meios de transporte mais utilizados. Logo, temos que trabalhar sempre nesse sentido.

Por isso, venho a esta tribuna, na data de hoje, reforçar a importância de ciclo-faixas ou de acostamentos com melhores condições, mais largos, iluminados, a fim de que os trabalhadores do bairro Rio Cerro, que é um bairro que foi transferido para uma zona industrial e fica numa região plana, onde havia bastante produção agrícola, tenham mais segurança durante sua locomoção. Trata-se de umas das áreas alteradas recentemente pelo Plano Diretor de Jaraguá do Sul, onde a vocação industrial foi reforçada.

Semanalmente passamos por aquela região, onde, inclusive, teremos uma festa típica alemã, que é a Winterfest, que já está na sua 21ª edição. Na festa do ano passado tivemos um acidente, uma pessoa veio a falecer, em função da insegurança para se trafegar na área. Quando passamos à noite por aquela região vemos os ciclistas tendo que dividir a pista com os automóveis. Inclusive, o então vereador Lica reclamava muito porque o mato tomava conta dos acostamentos, fazendo com que os ciclistas tivessem que, muitas vezes, deslocar-se para o centro da via para conseguirem fazer o seu trajeto. E ali trafegam mulheres, crianças, que vão e vem da escola, e também os trabalhadores em direção às fábricas.

A Malwee, sr. presidente, que é uma empresa em grande desenvolvimento, está abrindo um novo parque fabril naquela região, um belíssimo parque fabril, por sinal, que já estará em funcionamento nos próximos dias. Temos também a Chocoleite Indústria de Alimentos Ltda., muito conhecida por todos, que também tem o seu parque fabril naquele bairro. Temos ainda a Metalúrgica Lombardi Ltda. e a Nanete Têxtil Ltda. Além disso, a Duas Rodas Industrial Ltda. tem um belíssimo terreno naquele bairro, onde futuramente poderá fazer a expansão da sua empresa.

Então, fica aqui registrada a nossa preocupação e é por isso que elaboramos uma indicação a ser encaminhada ao Deinfra e ao secretário Rubens Spornau, da

Infraestrutura, que substituiu o nosso deputado Mauro Mariani, a fim de que realmente se dê uma atenção toda especial à região de Jaraguá do Sul, para que tenhamos um acostamento de melhor qualidade. Essa é uma briga nossa de alguns anos.

Repito, srs. deputados, já estou há dois anos fora da Câmara de Vereadores, mas durante todo o meu mandato cobrei a solução dessa situação. Então, há seis anos, no mínimo, vimos reivindicando junto à então secretária de Desenvolvimento Regional, Niura Demarchi, no sentido de melhorar aquele acostamento, para que o nosso trabalhador se desloque com mais segurança, com mais tranquilidade, já que não temos dúvidas de que a bicicleta vai ser o transporte do futuro.

Queremos, sr. presidente, após os 60 dias que ficaremos nesta Casa, sair com algumas realizações. E queremos levar para Jaraguá do Sul, com relação a essa questão, pelo menos um prazo! Devemos ir, nos próximos dias, pessoalmente conversar com o secretário, a fim de levar essa reivindicação, para fazer com que nossa cidade dê melhores condições de trafegabilidade aos seus trabalhadores e moradores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrito o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, presidente Moacir Sopelsa, meus cumprimentos aos parlamentares desta Casa, aos funcionários, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, quero fazer o registro, deputado Pedro Uczai, da presença da prefeita Ivonete Zager Felisbino, da cidade de Frei Rogério, juntamente com seu grande companheiro José Aleixo Felisbino, o Zezo. A Ivonete é a única mulher agricultora prefeita do Brasil, no momento, em Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa, e faz lá uma brilhante administração, estando aqui sempre presente nas reivindicações, nas ações. Inclusive, à tarde, estaremos na secretaria estadual da Saúde resolvendo algumas pendências.

Ao mesmo tempo, quando 1º de maio é o Dia do Trabalho, deputado Pedro Uczai, temos a grata satisfação e a honra, como membro do PT, esse partido que muda a fisionomia do Brasil, de ler nos jornais de hoje que um peão trabalhador, metalúrgico, um operário é um dos homens mais influentes do mundo. A Oposição dizia que ele não tinha condições de governar o Brasil, que ele não tinha governado sequer um boteco, que tinha sido um dirigente sindical, preso, inclusive, na ditadura, como iria governar este Brasil? Que experiência administrativa tinha Lula para governar o Brasil? Deputado Lício Mauro da Silveira, esse cidadão entrou na escola com 13 anos, no Senai, para ser torneiro mecânico.

Agora também estão querendo questionar que a ministra Dilma Rousseff não tem experiência para governar o Brasil! Que também foi presa, deputado Kennedy Nunes! Até colocaram na *Folha de S. Paulo* uma ficha fictícia de terrorista!

Esse operário inoperante e incapacitado pela sua falta de experiência,

como dizia a Oposição, encabeça a lista das 100 figuras mais importantes do mundo. A revista americana *Time* anualmente elenca as 100 figuras mais importantes, mais influentes do mundo, não do seu país, mas do mundo.

Esse operário que dizem que vive viajando e que foi questionado porque tinha comprado um aviãozinho, que o presidente de Angola, na África, já possuía, é um orgulho para o povo brasileiro! Inclusive, deputado Lício Mauro da Silveira, quanto a esse avião, como diz o presidente Lula, no próximo expediente terá que comprar outro, porque ele não tem autonomia suficiente para fazer voos de maior amplitude.

Então, o presidente Lula encabeça a lista da revista *Time* das 100 figuras mais importantes que ajudaram a mudar o mundo. E também vemos nos jornais diversos presidentes dizendo que aonde o Lula vai, fala em nome da maior parte das nações subdesenvolvidas ou emergentes e é ouvido.

Por isso, o G-20 passou a ter uma posição política importante nos debates das questões nacionais e internacionais. Questionam o fato de o presidente ir ao Irã. Mas ele vai, porque lá estão desenvolvendo tecnologia para usina nuclear e não para bomba. Também diziam que no Iraque havia armas químicas, mas não encontraram nada quando os Estados Unidos invadiram o Iraque.

O nosso governo tem muito claro o que a Constituição diz é proibido à nação desenvolver arma nuclear. É essa a mensagem que o nosso presidente está levando ao presidente daquela nação. Agora, são nações que precisam de energia para o seu desenvolvimento. E no Brasil teremos que fazer mais usinas nucleares para podermos manter o crescimento do Brasil com fornecimento de energia, além de todas as renováveis, e por aí afora.

Então, como parlamentar do Partido dos Trabalhadores, nossa prefeita Ivonete, Evaldo João Junckes, o Pupo, que também está aqui, foi prefeito em Guaramirim e voltará a ser, eu me sinto extremamente orgulhoso e honrado de fazer parte dessa agremiação política e ter sido prefeito pelo PT.

Principalmente quero parabenizar também, deputado Pedro Uczai, todos os trabalhadores deste país e do mundo pelo 1º de maio, que é o Dia dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Jailson Lima, fico feliz em ouvir o seu pronunciamento, porque é a consolidação de toda a experiência democrática no país e a consolidação de uma das maiores lideranças do mundo.

Quando nós fazíamos discurso, era apenas um discurso, porque tínhamos relação direta com o presidente Lula. Mas quando o mundo o reconhece como uma das maiores e mais expoentes figuras do mundo, vem o reconhecimento do próprio mundo.

Em segundo lugar, os trabalhadores melhoraram as suas condições de vida; por isso, no 1º de maio

têm muito a comemorar, com o poder de compra 50% acima de inflação para o salário mínimo no país.

Eu quero destacar aqui uma luta neste 1º de maio: além do salário mínimo nacional, aqui em Santa Catarina, depois de três anos de luta, de mobilização das centrais sindicais, das federações dos trabalhadores e dos sindicatos, conquistamos, a partir da votação nesta Casa, o salário mínimo estadual superior ao salário mínimo nacional.

Por isso, os trabalhadores de Santa Catarina podem comemorar o 1º de maio porque conquistaram um mínimo estadual melhor, com mais alimento no prato dos seus filhos, com mais dignidade. Por isso, eu comemoro o 1º de maio parabenizando todos os lutadores, todos os trabalhadores, que vão conquistando mais dignidade.

Faço esse registro do salário mínimo de Santa Catarina, que ainda precisa ser consolidado, que ainda precisa ser efetivado para várias das categorias em Santa Catarina, para que nenhum trabalhador receba menos de R\$ 58700, em outras categorias, R\$ 616,00, em outras categorias, R\$ 647,00, em outras, R\$ 679,00. É assim que vamos construindo distribuição de renda, distribuição de vida, dignidade humana.

Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Nós somos testemunha do seu trabalho importante na luta do projeto de lei do salário mínimo regional. E o povo de Santa Catarina tem que estar ciente desse seu papel, tendo em vista que v.exa., na próxima eleição, é pré-candidato a deputado federal e, com certeza, em Brasília continuará essas lutas magníficas pelo povo catarinense, pelo povo brasileiro.

Por isso, como deputado do Partido dos Trabalhadores, vemos esse operário ser reconhecido mundialmente, eis que depois de ter começado os seus estudos, teve que sair da escola para poder trabalhar, para ser engraxate. Como diz um cineasta americano, 1% dos bilionários americanos tem mais riqueza do que 95% dos mais pobres que moram na América. Isso é um disparate!

Mas no Brasil a situação é diferente, pois o governo Lula conseguiu fazer desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, com inclusão social e com distribuição de renda, fruto de uma política baseada na sua experiência de vida, que serviu de mote, de cerne, para a sua administração.

Então, o que estamos fazendo é totalmente diferente do que fez FHC. O que FHC fez foi feito nos Estados Unidos também.

Sr. presidente, como membro do Partido dos Trabalhadores, deputado Moacir Sopelsa, a partir da semana que vem estarei 60 dias fora desta tribuna, mas teremos o deputado Dentinho, nosso companheiro, assumindo esta Casa e também fazendo a defesa das nossas ações.

No mais, um forte abraço a todo o povo catarinense, ao povo do alto vale;

estaremos, nos próximos 60 dias, rodando o estado de Santa Catarina e a nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Esta Presidência também cumprimenta a prefeita Ivonete e deseja que tenha uma boa estada nesta Casa.

Da mesma forma, deputados Pedro Uczai e Jailson Lima, quero me associar a v.exas. e cumprimentar os trabalhadores pelo seu dia, 1º de maio, sábado. Quero desejar a todos os trabalhadores, seja do campo ou da cidade, aquele que trabalha em todos os setores do nosso estado e que ajuda a fazer o nosso progresso, os nossos parabéns, com certeza, dos 40 deputados desta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, antes do nobre deputado Manoel Mota falar, gostaria de dizer que acabei de ver uma informação que vale a pena falar para todos que estão aqui e também para que os catarinenses reflitam sobre isso, principalmente nessa data, pela proximidade do Dia do Trabalhador.

O Banco Santander, banco espanhol, acaba de divulgar o lucro que teve, deputado Jailson Lima, entre janeiro e março deste ano, 90 dias, três meses, um lucro de apenas 2 bilhões e 250 milhões de euros. E os dois países que encabeçaram esse lucro foram o Brasil e a Inglaterra. Estamos nas mãos dos banqueiros! Só para refletirmos um pouco.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Agora, sim, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero registrar a presença, nesta Casa, com muito orgulho e com muita honra, de dois vereadores líderes de Urussanga, na manhã de hoje, o vereador Sangaletti e o vereador João Batista, acompanhados dos seus líderes, que vieram aqui fazer um trabalho em benefício de Urussanga.

Quando ouvi o deputado Kennedy Nunes falar aqui eu pensei que se tratava do Banco Santos que levou 17 milhões da prefeitura de Florianópolis, mas não é o Banco Santos, então não dá para devolver o dinheiro que carregaram daqui.

Quero, neste instante, falar um pouquinho sobre aquilo que vivi e vivo ao longo da minha vida.

Quando tinha apenas cinco anos de idade fui desenganado pelos médicos para morrer em casa, mas no dia da festa da Nossa Senhora Mãe dos Homens, na hora da procissão, eu consegui me levantar. Com certeza foi Deus que olhou por mim naquele instante, porque eu, que não conseguia mais me levantar, naquele instante consegui, para ver a procissão que passava. Naquele dia eu estava com uma febre de 40,5 graus, 41 graus, ela começou a baixar, e hoje estou aqui e já tenho um bocadinho de anos na minha vida.

Então, não posso esquecer-me da maior festa religiosa do sul de Santa Catarina,

que é a festa da minha padroeira, Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Naquele instante fiquei com aquela obra de Deus na cabeça e nunca mais deixei de estar presente nessa festa. E no dia 4 de maio, se eu estiver na China, voltarei para o Brasil. Onde quer que eu esteja, eu voltarei para o Brasil, em Araranguá, para a maior festa do estado.

A procissão acontecerá às 16h e deverá contar com mais de 50 mil pessoas. Será na terça-feira que vem e quero convidar os parlamentares e todos que nos estão assistindo, porque a TVAL tem um grande alcance no estado, para poderem vivenciar esse dia tão importante, em Araranguá, na festa da Nossa Senhora Mãe dos Homens.

O dia 1º de maio é um dia importante, é o dia dos trabalhadores, que devemos lembrar, e aproveito o momento para cumprimentar todos os trabalhadores. Mas depois, nos dias 2, 3 e 4 de maio, teremos essa grande festa da nossa padroeira, com visitantes do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo e do Brasil inteiro, para comemorar esse momento da festa da nossa Senhora Mãe dos Homens. Então, vocês têm uma ideia do número de pessoas que lá estará.

Teremos, também, uma exposição em Araranguá, a 2ª Expoararanguá, de todo o potencial empresarial do vale do Araranguá, que irão expor de hoje, quinta-feira, até terça-feira. Então, além de a pessoa viver esse momento religioso, também poderá conhecer o potencial dessa feira. Basta dar uma olhada no número de pessoas que ali aparecem, que chama a atenção de todos e é muito forte.

Os nossos empresários estarão lá mostrando todo o potencial de Araranguá, que é uma cidade com quase 70 mil habitantes e 45 mil eleitores. E agora ficará ainda maior, com as duas empresas que irão ser instaladas lá, gerando mil empregos e R\$ 200 milhões de faturamento. A outra empresa colocará nove ha de telhado, a maior empresa física de Santa Catarina, e no final do ano gerará mais três mil empregos e mais de R\$ 500 milhões de faturamento.

Então, todo esse potencial está no sul de Santa Catarina, fruto de um trabalho dedicado de muitos anos. Primeiro, tivemos a questão da BR-101, que foi um trabalho conjunto, em que muitas pessoas ajudaram, e eu respondo a quatro processos na Polícia Federal por isso, mas valeu a pena porque a BR-101 está sendo quase que uma realidade.

Depois foi feito um trabalho de investimento no porto de Imbituba para transformá-lo num dos melhores portos de Santa Catarina. Hoje, está havendo um investimento de R\$ 400 milhões.

No aeroporto de Jaguaruna estão também investindo. Ele terá a melhor e a maior pista do sul do Brasil, melhor do que a de Porto Alegre e a de Florianópolis. Então, teremos um aeroporto internacional para voos para o Brasil e para o mundo inteiro.

Agora começamos a colher os frutos com as empresas que estão sendo instaladas em toda a região, principalmente com essas duas que irão se instalar em Araranguá, uma delas já está gerando mil empregos e R\$ 200 milhões de faturamento e a outra já está em construção. A obra está adiantadíssima, com nove ha de telhado, e gerará dois mil empregos e R\$ 500 milhões de faturamento. Isso mudará o faturamento e o orçamento da prefeitura, pois ela arrecadará R\$ 1 milhão a mais do que arrecada.

Isso é importante não só para Araranguá, como para toda a região, porque a maior fumageira do mundo, que é a Alliance One, distribui renda para aquela região inteira

do vale do Araranguá, no sul de Santa Catarina, na região da Amurel, em Braço do Norte.

Será uma festa linda a da Nossa Senhora Mãe dos Homens, a nossa padroeira. Eu sou festeiro. E em agosto do ano passado já começamos a trabalhar. Inclusive, todas as segundas-feiras há reunião à noite para tratar dessa festa que é muito grande. Cada bairro tem os seus festeiros; é uma festa em cada bairro. E depois o encerramento será nos dias 2, 3 e 4, no centro da cidade.

Então, nós vamos receber visitantes de toda a região; o governador do estado de Santa Catarina almoçará conosco, vai dar a honra de nos prestigiar e evidentemente vai assinar alguns convênios na região.

Nessa festa nós iremos contar com a presença de todos os prefeitos do vale do Araranguá, pois lá temos duas prefeitas, duas mulheres que estão ocupando o espaço com muita competência. Elas estão mostrando para que vieram, e os homens que se cuidem.

Por isso quero aqui, com muita emoção, fazer um convite aos parlamentares, à população que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, para comemorar essa emoção religiosa da região do extremo sul de Santa Catarina.

Esse momento é um momento que marca muito fundo. Portanto, não estarei aqui na terça-feira, porque sou festeiro e irei nessa festa, mas passarei a reunião da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para quarta-feira, para conduzir as medidas provisórias, a fim de atender à sociedade catarinense.

Aguardo os que puderem lá comparecer, porque é muito importante a presença de todos vocês e porque vamos nos sentir orgulhosos.

Deixo um abraço muito especial a todos que nos estão assistindo pela TVAL e ouvindo pela Rádio Alesc Digital, mas aguardamos os parlamentares, com certeza, no dia 4, em Araranguá, para comemorar a grande festa que Santa Catarina e o Brasil vivem, porque recebemos gente de todo o país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Aproveitamos a oportunidade para reforçar o convite, deputado Manoel Mota, para todos participarem dessa procissão. Mas como nem todos os deputados poderão estar presentes, v.exa. poderá nos representar lá, orando bastante pelo povo de Santa Catarina e por nós.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado RENO CARAMORI, que também estará na procissão.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu vejo, srs. parlamentares, como a bancada do PP é solidária a essa festa de Araranguá, aliás, a única bancada presente aqui na sua totalidade que está prestigiando o deputado Manoel Mota.

Sr. presidente e srs. deputados, nós participamos, na semana próxima passada, mais especificamente no dia 23 de abril, da assembleia geral ordinária da Ocesc, que é presidida pelo sr. Marcos Antônio Zordan, entidade esta que representa o cooperativismo de Santa Catarina. Estivemos lá com mais de 200 cooperativas filiadas à Ocesc participando daquele evento.

Nós representamos a Assembleia como vice-presidente da Frencoop - Frente Parlamentar do Cooperativismo -, e lá foram discutidos vários assuntos, como a proposta para redução do impacto das mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global, sobre a produção agropecuária do agronegócio

cooperativo de Santa Catarina, o que preocupa o mundo todo.

As cooperativas têm adotado medidas de redução do impacto ambiental resultantes de suas próprias atividades. Entretanto, uma nova circunstância, de igual ou maior gravidade, pode colocar em risco a continuidade do agronegócio cooperativo a curto, médio e longo prazo. Trata-se das mudanças climáticas que vêm sendo causadas pelo aquecimento global. Resultado de emissões de gases pelo uso de combustíveis fósseis no suprimento de energia em indústrias, atividade florestal, agricultura, transportes, comércio e residências.

Entre tantos assuntos, alguns de suma importância, temos a discussão do meio ambiente, o impacto das mudanças climáticas sobre as atividades agrícolas, o agronegócio, a oportunidade da criação pela perspectiva de mudanças climáticas para o agronegócio e cooperativismo, as estratégias de adaptação, mitigação do impacto das mudanças climáticas, continuidade do trabalho com as mudanças climáticas e assim por diante.

A Ocesc registrou, através do seu presidente Marcos Zordan, ações realizadas em conjunto com a OCB, com a Frencoop nacional, estadual e órgãos auxiliares, que resultaram em benefícios consideráveis com o ramo do agronegócio, destacando o Código Ambiental que foi discutido amplamente neste Parlamento e que teve um papel importantíssimo da Ocesc no setor cooperativista, através do seu representante Décio Sonaglio, que com muita propriedade acompanhou *pari passu* todo o desenvolvimento até a sua aprovação neste plenário.

O Sescoop, irmanado com a Ocesc, vinculado à OCB, em âmbito nacional, tem por objetivo organizar, administrar e executar o ensino e a formação profissional, bem como acompanhar a gestão das cooperativas e realizar a promoção social dos empregados, sócios e familiares das cooperativas brasileiras.

Entre tantos itens, temos o monitoramento e desenvolvimento das cooperativas e promoção social. E aqui cabe fazer um destaque: um dos principais objetivos institucionais do Sescoop é o desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida no ambiente cooperativo. As ações se estendem às comunidades em que as cooperativas estão inseridas e compreendem programas, atividades e campanhas nas áreas da educação, saúde, cultura, integração comunitária, geração de renda e meio ambiente.

Três programas são referências em promoção social. E aqui cabe, aquilo que tanto temos discutido, destacar o programa de formação de jovens lideranças cooperativistas.

O Sescoop reconhece o papel do líder como responsável pelo estímulo, desenvolvimento e integração de indivíduos e equipes na conquista de objetivos. Por isso criou um programa de formação de jovens lideranças para fomentar o crescimento do movimento cooperativista brasileiro.

Lá tivemos a honra de participar representando a frente parlamentar do cooperativismo, e quero aqui aproveitar para cumprimentar a diretoria, com o seu conselho fiscal, a equipe das gerências e todos aqueles que participam da direção da Ocesc, com o objetivo de incrementar, divulgar e fiscalizar o sistema cooperativo de Santa Catarina, que serve de exemplo para o Brasil e para tantos países que visitamos, para entender também o sistema do cooperativismo internacional.

Lá o cooperativismo de Santa Catarina recebeu elogios dos dirigentes,

dizendo que o nosso estado serve de exemplo para o mundo.

Por isso, eu quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o trabalhador do campo, o trabalhador cooperado, o trabalhador do agronegócio e o trabalhador dos grandes conglomerados urbanos - das empresas, do transporte e da prestação de serviços - pelo Dia do Trabalhador que vamos comemorar, com muito orgulho, sim, porque também somos trabalhadores no dia 1º de maio.

Assim, queremos também prestar a nossa homenagem à prefeita de Frei Rogério que, com o seu dinamismo e a sua equipe de trabalho, conduz aquela nossa querida cidade, pequena, sim, mas de um coração muito grande. E daqui a alguns dias vamos inaugurar lá o monumento da paz em que o nosso então governador Esperidião Amin teve uma participação muito grande, assim como a prefeita também.

Então, queremos deixar registrado, nesse momento, o nosso orgulho de pertencer a este Parlamento e poder transmitir os nossos votos de felicidade, saúde e alegria às famílias dos trabalhadores catarinenses e brasileiros.

Entendemos as dificuldades por que passam o trabalhador mais humilde e também o grande diretor de empresa, e que não deixa de ser um grande trabalhador também porque exerce a sua atividade na labuta do dia-a-dia, na condução dos destinos do seu negócio. E pode ser pequeno, médio e grande, mas ele não deixa de ser um grande trabalhador, juntamente com os seus companheiros de trabalho, desde o mais humilde até o mais categorizado dentro da sua empresa, do seu negócio, da sua instituição, da sua cooperativa. E certamente ele presta um trabalho pela sobrevivência da sua família, primeiro, e também pelo desenvolvimento desta grande nação brasileira e do nosso querido estado de Santa Catarina.

Parabéns aos trabalhadores e às famílias catarinenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que estão aqui presentes

e público que nos acompanha pela TVAL, eu venho à tribuna, neste momento, para fazer dois registros somente.

O primeiro, em nome da nossa bancada, em nome dos deputados Dieter Janssen, Lício Mauro da Silveira, Reno Caramori, Sílvio Dreveck, Joares Ponticelli e Valmir Comin, que está de licença, é para parabenizar os trabalhadores e as trabalhadoras que estarão comemorando o seu dia.

O segundo registro é para fazer um convite, sr. presidente. A partir de hoje, oficialmente, até segunda-feira estará acontecendo, na cidade de Camboriú, a festa dos Gideões Missionários da Última Hora, a maior organização missionária do Brasil.

A partir de hoje Camboriú respira missões. E no sábado o governador Leonel Pavan estará fazendo a sanção da lei aprovada por esta Assembleia, por todos os deputados. Trata-se de um projeto de lei de minha autoria que transforma Camboriú na Capital Catarinense de Missões.

Portanto, este Parlamento participou disso e fico muito feliz porque esse é um título que a cidade merece, tendo em vista que a festa dos Gideões Missionários transformou-se na principal renda do município. Para os senhores terem uma ideia, são esperadas em Camboriú quase 200 mil pessoas de todo o Brasil, nesses próximos dias.

Quero aqui agradecer, em nome do pastor Cesino Bernardino, presidente dos Gideões Missionários da Última Hora, em nome do pastor Reuel Bernardino, vice-presidente, e em nome de toda a diretoria dos Gideões Missionários da Última Hora, o grande apoio que, principalmente, a Polícia Militar dá à festa nesses dias.

Mas fica aqui o registro que a festividade acontece na maior normalidade possível, sem haver nenhum tipo de outro evento criminoso, a não ser aqueles que, quando vai muita gente para um lugar só, vão também as pessoas que gostam de criar problemas. Mas, dentro do ginásio Irineu Bornhausen, dentro do outro ginásio que existe ao lado do templo e dentro das outras lonas que são colocadas tudo acontece dentro da maior normalidade.

Portanto, estou aqui convidando os nobres deputados, os catarinenses que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela

Rádio Alesc digital para participarem. Hoje estarei na abertura e na sexta-feira, no sábado e no domingo participarei do grande evento que vai acontecer, e já está acontecendo, na cidade de Camboriú.

As pessoas que quiserem participar e acompanhar pela internet esse grande evento podem fazê-lo pelo Será transmitido pela internet e mais de 100 países acompanharão a festividade durante os dias de evento. Eu tive a grata satisfação de participar de todas as festas. Comecei a participar quando era bem pequenininho e ainda hoje estou participando.

Portanto, fica aqui o registro e o convite a todos os catarinenses para participarem dessa grande festa de missões que está acontecendo na cidade de Camboriú, no vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O deputado Kennedy Nunes, além de participar, com certeza v.exa. também deverá tocar harpa lá no evento. Se não sabe, o povo catarinense deve saber que o deputado é um grande músico e um grande tocador de harpa.

Parabéns pelo evento na cidade de Balneário Camboriú!

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, parabeniza todos os trabalhadores do estado catarinense e do Brasil pelo dia 1º de maio.

Mais uma vez, queremos registrar os nossos parabéns ao presidente Lula por ter sido eleito, neste dia 29, a figura mais influente do mundo, sendo que Barack Obama foi eleito a quarta personalidade. Isso para os brasileiros é um orgulho.

Bom final de semana e que Deus abençoe a todos!

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao dr. Daisaku Ikeda.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2010, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍCIO

HOMENAGEM AO DR. DAISAKU IKEDA

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

SUMÁRIO

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Destaca o trabalho realizado no estado pela Soka Gakkai Internacional e a importância de Daisaku Ikeda na disseminação da cultura da paz e da alegria.

ERON PINTER PIZZOLATTI - Agradece a homenagem e aos pioneiros da Soka Gakkai no estado e anuncia que a meta é ampliar a criação de núcleos da entidade nas cidades catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Invocando a proteção de

Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades, que serão nominadas a seguir, para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Eron Pizzolatti, juiz de Tubarão que neste ato está representando o presidente da Soka Gakkai Internacional, doutor Daisaku Ikeda;

Excelentíssimo doutor Jorge Teixeira, neste ato representando o prefeito municipal de Rio do Sul;

Excelentíssima senhora Inês Vitória,

representando a Divisão Feminina da Região Estadual/Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Marcos Bueno de Camargo, representando a região estadual de Santa Catarina da Brasil Soka Gakkai;

Excelentíssimo senhor Arnaldo Santos Júnior, assessor parlamentar, que neste ato secretaria a presente sessão.

Senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado, com a aprovação unânime dos demais deputados com assento nesta Casa, em homenagem ao sr. Daisaku Ikeda, pela

passagem dos seus 50 anos à frente da Soka Gakkai Internacional.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

Teremos agora a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Desejamos cumprimentar, ainda, as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Eron Pizzolatti, neste ato representando o presidente Internacional da SGI, Daisaku Ikeda;

Excelentíssimo senhor Jorge Teixeira, neste ato representando o prefeito municipal de Rio do Sul, e esposa da vereadora Márcia Teixeira, autora do requerimento em homenagem àquele município;

Senhor Marcos Bueno de Camargo, representando a região estadual de Santa Catarina da Brasil Soka Gakkai;

Excelentíssima senhora Inês Vitória, representando a Divisão Feminina da Região Estadual de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Arnaldo Santos Junior, assessor parlamentar;

Excelentíssimo senhor ex-deputado Dionei Walter da Silva. É um prazer muito grande recebê-lo aqui.

(Passa a ler.)

"A sessão desta noite tem por finalidade reconhecer o valor das ações sociais desenvolvidas pela organização não-governamental Soka Gakkai Internacional, em razão de seus principais focos de ação, a paz, a cultura e a educação. A entidade divulga a cultura budista e reúne mais de 13 milhões de associados em 192 países e territórios.

A SGI é presidida por Daisaku Ikeda, nascido em Tóquio, em 1928. Filósofo, poeta e escritor, com obras traduzidas para mais de 20 idiomas, ele também é graduado em Economia na Escola Superior Fuji, do Japão. Defende a atuação da SGI como um movimento popular centralizado nas Nações Unidas, registrado no Conselho Econômico e Social, no Alto Comissariado da ONU para Refugiados, no Departamento de Informações Públicas, na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e na Federação Mundial das Associações das Nações Unidas.

Todos os anos, o presidente da SGI, Daisaku Ikeda, encaminha à ONU proposta para o desarmamento e não-proliferação de armas nucleares.

Na alma do movimento Soka Gakkai encontra-se o ideal da educação pela cidadania global. Por meio de uma ampla variedade de atividades, a SGI tem por meta a conscientização das responsabilidades com a sociedade, com o meio ambiente e com o futuro do planeta. Trata-se de educação no sentido mais amplo e mais holístico da palavra, não se limitando às salas de aula, nem a um grupo em particular.

A SGI promove intercâmbios culturais e busca desenvolver valores, tais como a tolerância e a coexistência, que estão presentes de formas diversas em todas as culturas e tradições. Essas atividades têm por essência e premissa que o senso comum do humanismo se fortalece por meio de interações diretas com pessoas de diferentes culturas, mesmo que suas experiências e convicções sejam de matizes totalmente opostas.

Os programas da SGI têm inspiração na filosofia humanístico-budista, cujos conceitos são: a dignidade e a igualdade inerentes a todos os seres humanos; a unidade da vida e de seu meio ambiente; o inter-relacionamento das pessoas que fazem do altruísmo o caminho viável para a felicidade pessoal; o potencial ilimitado de cada pessoa para a criatividade e o direito fundamental de cultivar o autodesenvolvimento por meio de um processo de reforma automatizada, denominada 'revolução humana'.

A SGI prega o 'caminho do meio', indicando uma transcendência e uma conciliação para visões opostas. É o caminho da ponderação que defende o diálogo sincero entre pessoas como chave—mestra para se estabelecer o convívio harmônico do ser humano.

A SGI advoga um caminho conciliador em busca da paz, que não é um conceito abstrato e remoto da vida diária. É uma questão de como cada qual planta e cultiva as sementes da paz em seu mundo real, em seu cotidiano, nas profundezas de seu ser e por toda a vida.

A paz não se concretiza com uma espera passiva. Deve ser trabalhada com energia e concentração. Com efeito, a 'arma' mais poderosa para aqueles que desejam criar a paz é o diálogo. O diálogo e a comunicação — seja qual for o resultado imediato — são em si um ato de fé em nossa humanidade. É por essa fé que devemos empenhar-nos incessantemente.

A SGI está fazendo no dia de hoje cinco décadas no Brasil, e em Santa Catarina vai completar 23 anos de fundação. Nesse período de existência tem atuado de forma intensa, veemente e obstinada, trazendo os seus valores e suas ações para o país. No ano de 1999, a cidade de São José foi agraciada com uma exposição denominada 'Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo', a qual se realizou no Shopping Itaguaçu.

Em sua luta pela realização da paz, o dr. Daisaku Ikeda foi condecorado com inúmeros títulos. Destaca-se a maior honraria do país, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e o título de Educador Emérito da Escola Pública de São Paulo. Além dos mais de 285 títulos acadêmicos, foi homenageado como membro efetivo e perpétuo da Academia Brasileira de Filosofia, sócio honorário estrangeiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é o único oriental sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.

Esses foram os fundamentos do requerimento à Mesa Diretora, para que, na forma do Regimento Interno, fosse realizada a presente sessão especial, para que seja inserida nos anais do Poder Legislativo.

Estamos hoje, aqui e agora, representando o povo catarinense, na posição de deputado estadual do estado de Santa Catarina, para reconhecermos a transcendência e a relevância do trabalho do dr. Daisaku Ikeda para dizer, em nome dos catarinenses, o nosso muito obrigado!"

Dito isso, quero fazer esse registro com muita alegria, dr. Eron Pizzolatti, porque sabemos o trabalho extraordinário que a Soka Gakkai faz neste estado. Eu posso dizer isso com muito carinho e com muito respeito, pois tenho participado de muitas reuniões. E nas vezes em que compareceram na sala do secretário de estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, no gabinete da Presidência desta Casa quando exercia as funções de presidente ou mesmo no gabinete pessoal deste deputado, a dona Rosa e o meu amigo Hélio, com certeza, levavam muita paz no coração e faziam-nos oxigenar para o bem.

Faço questão de fazer esse registro aqui, porque, todas as vezes em que sou visitado por essas figuras, podem ter certeza absoluta de que o oxigênio que vem do além nos dá força e ânimo para continuar ajudando a minimizar o sofrimento do povo. E há pouco no meu gabinete, eu conversava com o dr. Eron Pizzolatti sobre a humanidade estar caminhando para um rumo às vezes sem volta, principalmente no que se refere a esse grave problema que enfrentamos, o uso de drogas. A droga está tomando conta da humanidade. E só com uma organização forte como essa poderemos, quem sabe, evitar os problemas maiores que afligem a nossa sociedade.

Por isso, o Poder Legislativo, através deste deputado, quer agradecer a todos pelo trabalho extraordinário que fazem para minimizar o sofrimento da sociedade tão desiludida que vemos hoje.

Dr. Pizzolatti, v.exa., como juiz, sabe o que estou dizendo. Se ligarmos a televisão para assistir o noticiário *Bom Dia Brasil*, veremos que as 10 primeiras notícias tratam de violência ou corrupção. Somente através de organizações como a Soka Gakkai se poderá minimizar esse sofrimento do povo brasileiro.

Quero, por uma questão de justiça, também citar a participação do ilustre dr. Jorge Teixeira, que é médico. Foi vice-prefeito, prefeito de Rio do Sul, e é um entusiasta defensor, também, desta organização, porque entende, como eu, que é uma organização que efetivamente vem defender os interesses da sociedade e do povo.

Encerro aqui este meu pronunciamento, mas quero, do fundo do meu coração, agradecer a Soka Gakkai. E viva o Brasil, viva Santa Catarina, viva a Soka Gakkai!

Muito obrigado!

(Palmas)

Convido Tatiana de Souza para fazer a apresentação do núcleo musical da Associação Brasil Soka Gakkai, de Joinville.

A SRA. TATIANA DE SOUZA - Boa noite a todos!

Neste momento, os senhores assistirão a uma apresentação de membros da Associação Brasil Soka Gakkai, que representam a cultura, incentivada por esta organização, como mais um meio de proporcionar a paz para toda a humanidade.

É um grupo de jovens fundado por Daisaku Ikeda, composto por leigos, treinados por profissionais da área que atuam como voluntários na transmissão de sua especialidade, levando para o coração e a vida das pessoas o correto caminho para a felicidade absoluta.

O Grupo musical da ABSGI tem como lema: Ao som da minha luta eu busco a paz. E também busca transmitir paz e esperança a todas as pessoas através da música.

Apresentando o núcleo musical de Joinville, vamos ouvir as canções da associação: A Canção do Imponente Avanço, A canção da Paz Mundial e Praia de Morigasaki, canção escrita por Daisaku Ikeda.

(Palmas)

(Procede-se à apresentação das peças musicais.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Poder Legislativo quer e deseja prestar homenagem ao dr. Daisaku Ikeda, presidente da Soka Gakkai Internacional, que há 50 anos presta relevantes serviços não só à filosofia budista, mas à promoção da paz.

Já recebemos a justificativa da impossibilidade da presença do dr. Daisaku Ikeda, em função de outros compromissos assumidos neste dia histórico. Entretanto, solicitou ao dr. Eron Pizzolatti que o representasse.

Convidamos, então, o dr. Eron Pizzolatti para receber uma placa comemorativa desta data tão importante não só para a Soka Gakkai Internacional, mas principalmente para Santa Catarina.

Convido o dr. Jorge Teixeira e o ex-deputado Dionei Walter da Silva para que, juntamente conosco, façamos a entrega dessa justa homenagem que Santa Catarina faz à Soka Gakkai, através do dr. Daisaku Ikeda.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Mais uma vez convidamos a Tatiana de Souza para fazer a apresentação do grupo de dança da Associação Brasil Soka Gakkai, de Florianópolis.

A SRA. TATIANA DE SOUZA - Senhoras e senhores, com o intuito de conquistar a paz também através da educação e da cultura, a Associação Brasil Soka Gakkai fundou grupos de treinamento que engrandecem o ser humano na sua habilidade de ser feliz, para, assim, transmitir de forma altruística a alegria e a esperança ao coração das pessoas.

Hoje, nesta significativa data, pela arte da dança teremos a apresentação de jovens mulheres que não são profissionais da área, mas que demonstram que o equilíbrio conquistado por meio da prática do budismo cria em suas integrantes o senso comum de cidadãs do mundo, capazes de construir uma sociedade justa, permeada pela cultura de paz.

Elas são treinadas por uma coreógrafa bailarina, que é membro do budismo e voluntária no ensinamento de sua arte. O grupo de dança da Associação Brasil Soka Gakkai, de Florianópolis, através do balé contemporâneo, tem por objetivo neste 3 de maio, unir a arte e a missão com a sinceridade e a humildade, para transmitir a todos ideais da cultura humanística com a leveza dos movimentos, a beleza da mulher e a força de um discípulo de Daisaku Ikeda.

Convido todos a prestigiar a apresentação e a interpretação da música *Samba a Dois*.

(Procede-se à apresentação da dança.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Poder Legislativo, através do Coral da Assembleia Legislativa, presta homenagem a todos os presentes com a música *Deus de um Deus Maior*, com arranjo de José Acácio Santana, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução da música.)

(Palmas)

Agradecemos ao coral, sempre gentil e pronto em ajudar e apresentar belezas do canto.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Eron Pinter Pizzolatti, neste ato representando o sr. Daisaku Ikeda, presidente da Soka Gakkai Internacional.

O SR. ERON PINTER PIZZOLATTI - Excelentíssimo senhor deputado Onofre Santo Agostini, autor do requerimento que ensejou a presente sessão;

Senhor Jorge Teixeira, que neste ato representa o prefeito de Rio do Sul;

Senhor Marcos Bueno de Camargo, representando a Região Estadual de Santa Catarina da Brasil Soka Gakkai Internacional;

Senhora Inês Vitória, representando a Divisão Feminina da Região Estadual de Santa Catarina;

Senhor Arnaldo Santos Júnior, assessor parlamentar do deputado Onofre Santo Agostini;

Prezados companheiros, autoridades e associados da Brasil Soka Gakkai Internacional.

Neste dia 3 de maio o dr. Daisaku Ikeda está recebendo da Casa Legislativa de Santa Catarina a presente homenagem e uma placa em comemoração aos 50 anos de sua posse como presidente da Soka Gakkai Internacional.

(Passa a ler.)

"Os associados da BSGI — Brasil Soka Gakkai Internacional -, sentem-se profundamente honrados em participar desta sessão especial, que tem como objetivo a concessão, por esta augusta Casa Legislativa de Santa Catarina, da presente homenagem em comemoração aos 50 anos de posse do dr. Daisaku Ikeda como presidente da Soka Gakkai Internacional.

O dia 3 de maio ficou conhecido como o 'Dia de Mestre e Discípulo', por ter o presidente da Soka Gakkai Internacional, dr. Daisaku Ikeda, assumido a organização com a determinação de avançar e alicerçar as bases do *kossen-rufu* (paz mundial).

Assim, desde que assumiu a presidência da Soka Gakkai, o presidente Ikeda ampliou o movimento pelo *kossen-rufu* em todo o mundo e protegeu a organização contra as injustiças daqueles que tentaram desestruturá-la. Portanto, neste dia 3 de maio não se deve celebrar apenas o aniversário da posse presidencial, mas também o 50º ano desde que o presidente Ikeda assumiu efetivamente a liderança do movimento pelo *kossen-rufu* mundial, vencendo todas as dificuldades e desbravando um brilhante caminho de realizações, que com certeza ficarão gravadas para sempre na história da Soka Gakkai.

Como disse o presidente Ikeda, 'é o dia em que nós, defensores da nobre causa do *kossen-rufu*, levantamo-nos para uma nova partida em nossa jornada ao longo do indestrutível caminho dourado do budismo que se estende para toda a eternidade.

Como será o futuro? Ninguém sabe a resposta para a questão. Tudo o que sabemos é que os efeitos que surgirão no futuro estão todos contidos nas causas que estão sendo feitas no presente. Por isso, o importante é levantarmos e agirmos, a fim de concretizarmos grandes objetivos, não permitindo que as dificuldades imediatas nos atrapalhem nem nos enfraqueçam.'

Portanto, somente aqueles que possuem o espírito de vencer as adversidades é que podem construir uma fortaleza interior e conquistar a vitória final. A organização consolidou-se até os dias atuais devido a esse sentimento e disposição de seus associados e ao relacionamento de mestre e discípulo manifestado pelos sucessivos presidentes e eternizado no dia 3 de maio pelo presidente Ikeda.

No Brasil, seus primeiros associados enfrentaram uma série de dificuldades, que foram superadas gradativamente, graças à dedicação e à determinação de transformar a BSGI num palco de criação de valores humanos. Atualmente sob a liderança do sr. Julio Kosaka, a BSGI vem liderando ativamente o movimento de ampliação da rede de paz e humanismo da Soka Gakkai Internacional no Brasil.

Essa rede humanística encontra-se presente em Santa Catarina há cerca de 22 anos, graças à dedicação dos veteranos e das pessoas que atuaram como desbravadores do caminho da paz, cultura e educação.

Muito nos orgulha, srs. deputados, receber a homenagem desta augusta Casa Legislativa de Santa Catarina, eis que é, reconhecidamente, uma das mais sérias e atuantes deste Brasil e possuidora de uma convivência pacífica e harmoniosa com o povo catarinense", onde raríssimas vezes se verifica

alguma denúncia de má atuação dos deputados, particularmente do deputado Onofre Santo Agostini, cuja carreira é muito grande na Assembleia. Eu o conheço de perto e tenho orgulho dos deputados que temos em Santa Catarina, especialmente de v.exa. e do seu filho, que é promotor, com quem já trabalhei e nutro uma relação de amizade e respeito.

Por isso receber esta homenagem de suas mãos é, para mim e para todos os associados que estão aqui presentes, tenho certeza, motivo de muito orgulho.

(Continua lendo.)

Segundo o dr. Daisaku Ikeda, 'aqueles que evitam esforçar-se e preocupam-se apenas com sua tranquilidade e seu conforto não conquistarão nenhuma grandiosidade. As pessoas que lutam arduamente e vencem em meio às adversidades são aquelas que, no final, tornam-se seres humanos grandiosos. Sejam pessoas úteis e boas. Criem os incansáveis, os úteis e os justos'.

Ao ensejo desta solenidade, em que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina distingue o dr. Ikeda com esta homenagem, desejamos manifestar, em nome de todos os associados desta organização, em nome do homenageado, o nosso mais profundo reconhecimento e imensurável alegria por essa consideração.

Por isso agradecemos profundamente a realização desta solenidade especial em homenagem aos 50 anos de posse do dr. Daisaku Ikeda à frente da Soka Gakkai Internacional, externando a nossa mais elevada consideração ao deputado Onofre Santo Agostini, autor da presente homenagem, ao deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e a todos os digníssimos representantes desta Casa Legislativa.

Agradecemos também a presença das demais autoridades, aos distintos convidados e aos estimados associados da Soka Gakkai Internacional de Santa Catarina.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso de atuar ativamente na propagação dos ideais da paz, da cultura e da educação e prestar nossa contribuição para estreitar os laços de amizade com a população catarinense.

Reiterando os profundos agradecimentos pela realização desta solenidade, formulamos os sinceros votos de boa saúde e de prosperidade de todos os presentes, como também pelo crescente e ilimitado progresso do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado a todos os senhores."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Vamos ler a placa de homenagem apresentada ao dr. Daisaku Ikeda.

(Passa a ler.)

"Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

O Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem ao sr. Daisaku Ikeda, presidente da Soka Gakkai Internacional.

Há 50 anos na divulgação da filosofia budista, na promoção da paz, da educação e da cultura, na busca da compreensão e respeito mútuo, embasado no verdadeiro humanismo.

(aa) Deputado Gelson Merisio - presidente

Deputado Onofre Santo Agostini - proponente

Florianópolis, 3 de maio de 2010."

A Presidência agradece a presença de todos aqui presentes, das autoridades que

compõem a mesa e do nosso querido coral, que sempre está prestando a sua colaboração.

Quero, de modo especial e carinhoso, agradecer a d. Rosa e ao Hélio. Dr. Pizollatti, eu não sei quantas vezes a Rosa e o Hélio foram me visitar, mas um belo dia - posso contar isso porque desfruto de um grande carinho e respeito por todos - a minha funcionária chegou e disse: "Está aí aquela senhora. Será que veio pedir alguma coisa ao senhor?" Ela disse isso pela insistência da d. Rosa e do Hélio, que lá comparecerem.

Quero aqui fazer um depoimento, já que esta sessão está sendo transmitida ao vivo e todos os que nos honram, neste momento, com essa audiência, e Santa Catarina precisam saber. A Rosa e o Hélio, não sei se foram me fazer uma visita umas dez ou 20 vezes, mas em nenhuma vez, absolutamente em nenhuma vez, foram pedir

alguma coisa para si e para os seus. Foram, sim, prestar uma homenagem de solidariedade.

Parece-me, dr. Pizollatti, que a força vem do além, porque quanto mais angustiados estamos no trabalho cotidiano do Legislativo, quanto mais estamos atarefados e psicologicamente preocupados, lá vem a santa Rosa e o santo Hélio trazerem a sua solidariedade. Eu olho para os dois e pergunto: "Alguma coisa?" Eles, então, respondem: "Não, só viemos cumprimentá-lo e desejar-lhe um bom trabalho e um abraço fraterno."

Essas são as pessoas nas quais nós e toda a organização podemos nos espelhar. Por isso faço esse depoimento de forma pública e solene, para que aqueles que me estão ouvindo saibam dessa organização extraordinária que faz bem para o nosso coração e para a nossa alma. Podem ter

certeza disso. Se houvesse mais adeptos, mais organizações, não precisaríamos construir cadeias públicas, mas, sim, a solidariedade para evitar que irmãos nossos sejam agredidos da forma violenta como a sociedade faz.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 299, de 05 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010 (Gabinete do Deputado Valdir Cobalchini).

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 300, de 05 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS**, matrícula nº 1912, da função de Assessoria Técnica

Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2010 (Deputado Moacir Sopelsa).

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 301, de 05 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **ADEMIR GASSTMANN**, matrícula nº 1796, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2010 (Deputado Moacir Sopelsa).

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELAS COMISSÕES DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL E DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 071/2009, QUE CRIA A FUNDAÇÃO ESTADUAL DE METEOROLOGIA, PESQUISA E CLIMA DE SANTA CATARINA (CLIMESC), REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2010, ÀS 10H, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dez, às dez horas, realizou-se no Plenarinho Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar nº 071/2009, que cria a Fundação Estadual de Meteorologia, Pesquisa e Clima de Santa Catarina (Climesc). A audiência foi proposta pelo Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; pelo Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia e pelos membros Deputado Estadual Dirceu Dresch e Pedro Uczai. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, abriu a audiência pública dando boas-vindas a todos e convidando para tomar assento à mesa as seguintes autoridades: Senhor Deputado Estadual

Dirceu Dresch; Senhor Deputado Estadual Pedro Uczai; Senhor Luiz Ademir Hessmann, Presidente da Epagri e representante do Secretário de Estado da Agricultura, Enori Barbieri; Senhor Hugo José Braga, coordenador técnico da Fapesc/Epagri; Professor Antônio Diomário de Queiroz, Presidente da Fapesc; Deputados Estaduais Antônio Ceron, Décio Góes e Reno Caramori. Iniciando a audiência pública, registrou que o projeto de lei foi apresentado a todos os Deputados que compõem a base do Governo do Estado, quando o Governador Luiz Henrique da Silveira ainda estava no cargo e que naquele momento deixou clara a sua posição contrária ao projeto, lembrando que foi Presidente da Epagri quando o Ciram foi criado. Lembrou que naquela oportunidade havia uma pressão em razão do elevado número de funcionários que existia na sede da Epagri, em Florianópolis, declarando que, na verdade, existia um corpo técnico que não tinha nada a ver com a parte administrativa e que os números previamente apresentados não condiziam com a realidade. Explicou que foi criado o Ciram para separar o que era administrativo, técnico e atividade fim. Esclareceu que o objetivo da audiência pública é para sentir o que pensa a sociedade catarinense, vinculada a esse setor, a fim de que se possa tomar uma posição definitiva. Falou que essa é uma concepção antecipada que ele e outros Deputados têm, mas o posicionamento será fruto da audiência pública que está acontecendo. Na sequência, o Senhor Presidente expôs o desenvolvimento da audiência pública e passou a palavra ao Senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, que cumprimentou os membros da mesa e todos os presentes. Falou que a

discussão do tema é pela urgência da tramitação do projeto na Assembleia Legislativa. Reportou-se ao papel importante que a Epagri desenvolve nos municípios catarinenses e, principalmente, nas pequenas propriedades que precisam desse acompanhamento técnico. Declarou que tem grandes desafios em Santa Catarina dentro do modelo agroindustrial, como o conflito da transgenia, a produção agroecológica, destacando o espaço que Santa Catarina tem na agregação de valores, que é um papel da Epagri e da Cidasc. Destacou a defesa da bancada do PT pelo serviço público de qualidade prestado para a sociedade catarinense nas mais diversas áreas, e que a extensão da Epagri cumpre uma função estrategicamente importante e que precisa ser fortalecida, citando que na medida provisória havia uma parte do funcionalismo da agricultura, regida pelo estatuto, que estava fora das gratificações, mas foi feita uma proposta de inclusão. Reportou-se à polêmica dos funcionários da Saúde, da Educação e de outras categorias. Registrou que a função do Deputado é de cuidar, de preservar e discutir o serviço público de qualidade. Falou que é contra a terceirização da merenda escolar nas cozinhas das escolas, porque poderia ser um trabalho de fortalecimento da agricultura familiar e uma oportunidade de os laboratórios conhecerem melhor a função da alimentação na vida das crianças, do ser humano. Disse que a proposta da audiência pública não é diferente, pois já tem posições muito claras de que o Ciram precisa ser fortalecido com uma melhor estrutura e mais contratações para poder prestar um serviço de qualidade para Santa Catarina. Avaliou que não é necessário criar uma nova instituição, indagando se não seria melhor discutir isso no futuro Governo, já que esse está terminando e esse projeto é muito polêmico. Propõe que seja tomada a decisão de retirar esse projeto no momento e discuti-lo Governo que assumirá em dois mil e onze, inclusive sugerindo que essa discussão seja feita em outros municípios com toda a sociedade catarinense. Finalizou, agradecendo a presença de todos. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, agradeceu o Deputado Dirceu Dresch pela participação; registrou a presença do Diretor-Presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, Jorge Dotti Cesa, e convidou-o a fazer parte da mesa como representante dos trabalhadores. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Luiz Ademir Hessmann, Presidente da Epagri e representante do Secretário de Estado da Agricultura, que cumprimentou os membros da mesa e todos os presentes. Justificou a ausência do Secretário de Estado da Agricultura, Enori Barbieri, que está em Brasília cumprindo agenda anteriormente assumida. Deixou claro que o Secretário Barbieri falou da importância dessa audiência pública, que tem como objetivo discutir a Climesc e o Ciram, registrando que o Ciram é um dos centros especializados da Epagri. afirmou que o Secretário Enori Barbieri deixou bem claro que é favorável, enquanto Secretário de Estado da Agricultura, às decisões que forem tomadas na Assembleia, exemplificando que se o encaminhamento da audiência pública for pela retirada do projeto ele será favorável e irá pleitear, junto ao Governo do Estado, pela retirada. Ressaltou que a Epagri/Ciram hoje tem uma estrutura muito boa, um corpo funcional muito interessante e que trabalha com projetos de pesquisas, apta à apresentação de projetos seja no Ministério da Ciência e Tecnologia, no Mapa, no MDA, numa Finep, na Fapesc ou em qualquer instituição, enfim, que a Epagri/Ciram tem hoje uma estrutura de técnicos, de profissionais, com condições de buscar grandes projetos. Registrou a presença do Chefe da Epagri/Ciram, Sérgio Zampieri, e disse que na Epagri/Ciram hoje tem nove doutores, vinte e seis mestres e seis especialistas, salientando que hoje ela está presente em duzentos e noventa e dois municípios com escritórios municipais. Comentou que, além do Ciram, tem mais quatro centros especializados que são: o da pesca, o da agricultura familiar, o da apicultura e também um centro especializado em informações que é o do Instituto Cepa, vinculado à Epagri. Esclareceu a importância do Ciram na Epagri, dizendo que lá se trata de zoneamento agrícola, da questão do geoprocessamento e a questão dos recursos hídricos naturais são delineados, estudados e desenvolvidos pela Epagri/Ciram. Registrou que a gestão dos recursos hídricos não deveria estar sediada só na Secretaria de Estado da Agricultura, mas capitaneada e trabalhada pela Epagri/Ciram, além de geoprocessamento, de áreas de meteorologia. Declarou, ainda, que o Governo, dada a catástrofe que aconteceu em 2008, defendeu maior comprometimento com a meteorologia, ressaltando que é necessário um aporte maior de orçamento financeiro para que se otimize cada vez mais a questão da Epagri/Ciram. Registrou que na Epagri/Ciram tem estrutura e competência intelectual, mas é preciso buscar meios para dar sustentabilidade a essa estrutura, exemplificando que na época em que o Deputado Ceron era Secretário de Estado da Agricultura foi falado com o Ministro da Ciência e Tecnologia quanto à questão dos radares, enfatizando que essa discussão é intensa, porque todos querem ter a informação dos radares, mas, por trás disso, tem toda uma questão de manutenção a ser discutida. Ressaltou que é muito fácil a Defesa Civil pegar um meteorologista da Epagri e levar para a Defesa Civil para que entre com sua senha no banco de dados do Epagri/Ciram e fazer a

disponibilização de dados, mas esse funcionário é da Epagri/Ciram, é da Secretaria da Agricultura, reiterando que é preciso cada vez mais otimizar e buscar uma melhor estruturação. Registrou, por determinação e solicitação do Secretário Enori Barbieri, que o Secretário não só gostaria de acatar o resultado dessa audiência pública como faz questão, com o aval de todos os Deputados presentes, de levar isso ao Governo no intuito da retirada do projeto. Agradeceu a todos e encerrou a sua manifestação. (*Taquígrafo-revisor: Ione Terezinha Reis de Melo.*) Prosseguindo, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, passou a palavra ao Senhor Hugo José Braga, coordenador-técnico da Fapesc/Epagri, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e disse quealaria um pouco da história da meteorologia de Santa Catarina. Contou que começou a trabalhar há trinta e poucos anos na antiga Empasc, hoje Epagri, e em certa ocasião no ano de mil novecentos e setenta e oito, o diretor da época, Carlos Pieta Filho, disse-lhe que havia uma missão enorme referente a uma atividade que precisaria ser desenvolvida com relação à de agrometeorologia e à questão do zoneamento agrícola, e que essa atividade demandaria uma pessoa para coordená-la. Continuou explicando que na oportunidade recebeu o convite para essa coordenação e teve vinte e quatro horas para decidir a respeito, tendo assumido a missão no dia seguinte. Disse que falar em meteorologia à época era motivo de gozação, mas que nesses trinta e dois anos trabalhou com o apoio da Secretaria da Cultura, da junção de pessoas, de competências, e que hoje são mais de cem pessoas da área, de áreas científicas ou de áreas relacionadas. Falou também que o serviço já passou por diversas denominações como setores, departamentos, e que depois se fortaleceu na constituição do Ciram como proposta de reestruturação da própria Epagri do Estado. Segundo ele, tudo funcionou adequadamente nesses anos todos, mas hoje a área se encontra em um novo patamar, com um novo desafio, que se chama mudanças climáticas, cujos fatores decorrentes estão presentes em nosso cotidiano, como as enchentes e os deslizamentos. afirmou que as premissas constatadas pelo mundo afora, pelo IPCC e pelos estudos da própria Epagri demonstram que as mudanças estão em nossas portas e que, portanto, é urgente estruturar mais a área em Santa Catarina, até mesmo pela necessidade de dar resposta à população e às comunidades que necessitam de um apoio maior, de um alerta, de orientações quanto a esses fenômenos que estão chegando com uma intensidade tão forte. Disse que praticamente não se passa um mês em que não haja algum recorde, como agora que em cinco dias choveu o equivalente a três meses. Nesse sentido, destacou que o Estado deve estar presente não apenas na questão do alerta à população, mas também na questão de informações a serem fornecidas com antecedência para que as comunidades e as autoridades locais se preparem. Quanto à questão da orientação, mencionou sobre a ocupação do espaço físico rural e principalmente urbano, considerando-a como um desafio para os próximos anos, já que o tema vem gerando desastres cotidianamente. No que se refere à proposta de criação do Climesc encaminhada à Alesc como um processo complementar, afirmou que ela partiu de uma ideia interessante, com uma boa intenção, porém se posicionou contrário à forma de seu encaminhamento, pois não conhece nenhuma instituição no Brasil e no mundo com a personalidade jurídica apresentada, qual seja a de uma fundação pública de direito público, que conseguiu funcionar adequadamente, com flexibilidade, com agilidade, e com capacidade para atender catástrofes como as que estão ocorrendo. Para ele, Santa Catarina, na condição de Estado, ainda precisa caminhar muito a respeito. Lembrou que a Epagri e a Secretaria de Agricultura deram muita contribuição no passado e continuam dando, mas, contudo, ainda é preciso esforços para instrumentalizar o Estado com equipamentos, com radares, com estações telemétricas, com boias oceânicas na parte oceanográfica, para se ter um alerta e informações adequadas para a população catarinense. Percebeu que, segundo a sua vivência, essa área carece de um investimento muito mais intenso, e que não se trata de uma simples transformação do centro ligado à Epagri para uma nova instituição amarrada a parques recursos e à forma arcaica de gestão que há dentro de uma fundação pública de direito público, pois não é dessa forma que se dará as respostas que a sociedade precisa. Reiterou que embora a intenção tenha sido interessante, a forma foi mal conduzida e que, portanto, segundo ele, o tema merece amadurecimento pela sociedade, pelos técnicos para dar respostas necessárias às ansiedades da população catarinense. Ao final, complementou dizendo que discutir a questão com mais tempo dará a oportunidade de se analisar mais elementos e assim trazer a esta Casa uma proposta mais condensada, que possa dar suporte, agilidade e flexibilidade necessários a essa área. Na sequência, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, passou a palavra ao Senhor Antônio Diomário Queiroz, presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc), que iniciou dizendo que já se sente contemplado pelas falas já realizadas, pois concorda que foi uma ideia excelente, porém mal conduzida. Explicou que a criação da

fundação, em vez de levar ao fortalecimento do Ciram em função desses fenômenos naturais que se intensificam, era a ideia do governador, do Hesmman e do Ceron, mas veio em prejuízo de todo o funcionamento. Para ele, há a necessidade de ampliar o conceito de meteorologia para o de mudanças climáticas, incorporando, além da meteorologia, toda a questão de solo, do clima, da gestão territorial e toda a questão de mitigação e prevenção dos desastres naturais. Para isso, entende que é preciso ampliar toda a questão de infraestrutura, dos radares, das estações meteorológicas, de bacias hidrográficas e toda a questão de formação e de informação que são indispensáveis para que o Ciram seja fortalecido. Acrescentou ainda que deixar uma estrutura com a flexibilidade de uma sociedade anônima, que já tem a Epagri, para entrar numa fundação pública é uma loucura, afirmando que ele, enquanto presidente da fundação, sabe como é difícil escapar das amarras da Administração Direta. A esse respeito, desabafou falando que não sabe como as coisas se perderam a ponto de se transformarem nessa proposta. Por fim, pediu licença para se retirar da audiência agradecendo pela oportunidade. Continuando, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, explicou que as próximas manifestações seriam dos deputados presentes. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Senhor Deputado Estadual Reno Caramori, que depois de saudar os presentes lembrou a primeira Festa da Maçã que aconteceu em São Joaquim, ocasião em que conversou com o senhor Olinger, o qual disse a ele que era preciso incrementar um processo de acompanhamento de meteorologia em Santa Catarina, pois a safra da maçã iria precisar de um controle mais efetivo. O senhor Olinger ainda teria dito que no Estado existem órgãos competentes para desenvolver um trabalho em cima desse processo. Em seguida, falou que de boas intenções o mundo está cheio, mas quer ver operacionalização. Afirmou que aonde ele vai, defende a Epagri/Ciram e que elas devem ser cuidadas por todos. Por isso, para ele, não há necessidade de se criar mais uma entidade, mas reforçar a que já se tem e os técnicos já preparados, ainda que se tenham deficiências com radares, com a Defesa Civil. Deixando clara sua posição em defesa da permanência da Epagri/Ciram, falou que é preciso mobilizar a classe, sensibilizar os órgãos competentes dos governos em prol de uma incrementação, mas mantendo a mesma equipe, melhorando e buscando acompanhar os acontecimentos. Disse que é preciso dar condições para que a Epagri cuide do solo, da floresta, das vocações regionais, porque a Epagri está morrendo e os responsáveis por isso são os governos. Mostrou preocupação com os PHDs e técnicos que, não sua opinião, não podem acabar indo para iniciativa privada ou se aposentando. Ademais, para ele, a Epagri já foi um exemplo que precisa ser perpetuado. Por fim, anunciou a sua retirada da audiência dizendo que depois iria se inteirar do seu andamento. O Senhor Deputado Estadual Décio Góes iniciou sua fala mostrando-se surpreso que o projeto em questão tenha sido enviado para esta Casa sem a precedência do devido debate. Falou que a intenção em relação ao projeto parece mais um jogo de *marketing* do que a busca de uma efetiva solução para a questão. Afirmou que se estava discutindo o tema na Comissão de Meio Ambiente desta Casa com a participação de várias pessoas do governo e chegou-se à conclusão que mesmo que se crie o Climesc, a Epagri provavelmente terá que continuar, porque a função específica do Ciram é muito ligada à questão da agricultura, e o Climesc, com uma visão mais ampla, talvez não consiga atender a questões mais miúdas do dia a dia. Nas discussões da Comissão de Meio Ambiente, disse que inicialmente se tinha a ideia de um órgão centralizador de informações meteorológicas e de mudanças climáticas, mas depois evoluiu para a criação de uma rede catarinense de meteorologia a partir de uma forte articulação entre Epagri/Ciram e Universidade Federal de Santa Catarina, que tem os seus estudos em meteorologia, Instituto Federal de Santa Catarina, e Sistema Acafe, que no futuro até poderia vir a ser o Climesc, mas com base em experiências concretas e articuladas, dividindo radares e estrutura. Em seguida, propôs como encaminhamento o seguinte: a retirada do projeto desta Casa, pois acha que não está na hora de discuti-lo dessa forma, até porque, segundo ele, essa é uma questão de Estado, não de governo, e esse governo já está finalizando. No entanto, manifestou não ser contra que se continue a discussão do projeto, podendo até mesmo deixar uma fórmula pronta para o novo governo, o que inclusive pouparia tempo. Nesse caso, propôs então que se retire o projeto do regime de urgência e se continue o debate, mas já na discussão de articular uma rede catarinense de meteorologia, fortalecendo as instituições que já existem. A partir disso, pensa que se conseguiria um avanço, e que se houver necessidade de criar o Climesc, a própria experiência irá ditar a melhor solução. Afirmou que não tem dúvidas de que é preciso ter dados para influenciar o uso do solo, pois a maioria dos problemas se refere ao seu uso inadequado. Para isso, acha que é preciso fomentar um convencimento tanto no meio rural como no meio urbano. Denominou a situação como extremamente complexa e acha que não é o Climesc que irá resolvê-la. Reiterou a proposta de retirar, no mínimo, a urgência do projeto, continuando o debate na direção da rede catarinense de meteorologia. O Senhor Presidente, Deputado

Estadual Rogério Peninha Mendonça, retomou a palavra, mas antes de passá-la ao Deputado Antônio Ceron, disse que queria testemunhar a sua atuação enquanto secretário da Agricultura em defesa da própria Secretaria, já que a ideia inicial era que essa fundação estivesse desvinculada da Secretaria da Agricultura e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Falou que o Deputado não conseguiu evitar a vinda do projeto, mas conseguiu com grande esforço manter a Secretaria da Agricultura vinculada ao projeto. O Senhor Deputado Estadual Antônio Ceron cumprimentou os presentes e disse que o assunto é importante demais para se ter uma discussão setorializada, retirando a importância da discussão desse projeto. Explicou que quando tomou conhecimento do projeto, a proposta estava pronta e, inclusive, a Secretaria da Agricultura teria perdido o contato com esse projeto que estava vinculado à SDS. Segundo ele, não houve a participação da Secretaria da Agricultura na sua elaboração, tampouco da Epagri/Ciram. Continuando, explicou que a partir da sua intervenção a Secretaria da Agricultura foi incluída no projeto da fundação. Em seguida, falou que defende o Governador Luiz Henrique pelas conversas que teve com ele a respeito, pois ele gostaria que Santa Catarina tivesse um mecanismo de excelência para dar resposta à própria sociedade de tudo que vem acontecendo em relação às questões climáticas, não só sobre agricultura. Por isso, falou que a importância do assunto transcende a Epagri/Ciram e a Secretaria da Agricultura, ou seja, o interesse é maior. Também concordou que há necessidade de o Parlamento discutir bem o projeto e disse que tem dúvidas se a melhor solução é a retirada do projeto se a discussão continuar. Disse, ainda, que acha também que discutir o projeto no final de governo não é a melhor saída, mas não discuti-lo, para ele, é pior ainda. Acha que se o Executivo não retirá-lo, a Assembleia tem que continuar discutindo-o com muita sobriedade e com muita seriedade, dada a importância do assunto para o presente e para o futuro. (*Taquigrafo-revisor: Sibelli D'Agostini.*) O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, na sequência, abriu a palavra para os inscritos da plenária. O primeiro deles a se manifestar foi o senhor Álvaro Afonso Simon, coordenador-geral da Federação das Associações dos Funcionários da Pesquisa e Extensão Rural (Faper), que após fazer cumprimentos, disse que representa a Federação dos Trabalhadores da Pesquisa e da Extensão Rural de Santa Catarina e, dessa forma, reforçando as palavras anteriores, encaminhou a não votação dessa temática e a continuação dessa discussão, mas de forma mais sensata, mais calma, chamando mais setores, instituições, formações. Salientou que, quanto a indicação, o mérito e a ideia, nenhum dos trabalhadores é contra, mas que o Estado estabeleça ou crie alguma instituição, alguma rede, que deverá prestar melhores serviços para a sociedade, defendendo vidas, o que é muito importante, como o Deputado Ceron mencionou. Com isso, ponderou que, em se tirando o projeto do regime de urgência e havendo uma discussão mais ampla, deve-se atentar para um ponto interessante levantado na audiência, que é a discussão de recursos para investimento na estrutura do Ciram, que representa bem a sociedade catarinense, mas que está frágil. Contou que em mil novecentos e oitenta e sete a entidade se mobilizou para impedir que o programa de Microbacias fosse retirado da Secretaria da Agricultura e levado para o Seduma (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente), na época do governo Pedro Ivo, projeto esse defendido pela capilaridade, pela experiência, pela quantidade de profissionais capazes que a Epagri tem, e ele ficou lá e existe até hoje. Comentou que o Ciram, na Epagri, faz de uma das melhores empresas que o Estado tem e deve ser cuidado. Agradeceu, em nome dos trabalhadores, a sensatez dos Deputados em segurar esse projeto e reafirmou que a discussão deve continuar para que o próximo governo, seja ele qual for, tenha alguma ideia do que está sendo discutido. O Senhor Everton Vieira, geógrafo da Epagri/Ciram, cumprimentou todos e fez algumas considerações no sentido de provocar uma reflexão, comentando que no seu local de trabalho estão sempre discutindo essa temática e surgem alguns questionamentos. Referindo-se ao que já foi comentado pelo Hugo Braga, mencionou que houve uma demanda da sociedade para a criação de um local que atendesse a catástrofes e eventos extremos, questionando que se existe esse anseio na sociedade, então por que essa discussão não foi feita antes; será que a comunidade, por esse anseio, não tem nada a contribuir com esse projeto de lei; será que a criação de uma fundação, com nove cargos comissionados - conforme o projeto de lei - e nenhum quadro técnico, vai atender a necessidade da sociedade; com a remoção de profissionais da Epagri/Ciram, que estão em perfeita sintonia com a missão da empresa, que é atender a agricultura e a sociedade catarinense, para a entrada de novos profissionais, será que esses novos profissionais terão o perfil que essa nova fundação necessita; será que existe algum profissional dentro da entidade que trabalhe com geotecnia, que trabalhe com estabilidade de encostas e seja especialista em enchentes e inundações. Comentou que esteve em Navegantes, no centro de operações da Defesa Civil e do Comando Aéreo, assim como foi em Ilhota e Gaspar durante os eventos passados, e pode constatar aquilo que o Deputado Décio Góes

colocou, de que existe total desarticulação entre as instituições do Estado. Questionou por que não aproveitar o que cada instituição tem de bom, o perfil de cada profissional, trabalhando de forma articulada, deixando bem claro as competências de cada um, e observou que esse seria um caminho mais justo, do ponto de vista de qual seria o ônus para a sociedade se fosse criada uma nova fundação, que pelos moldes propostos no projeto de lei não atenderá as necessidades da sociedade. Sugeriu a ampliação dessa discussão e informou que não se opõe à criação dessa fundação, mas que se defina as competências e o perfil de cada profissional. Parabenizou a Alesc pela discussão desse tema e por oportunizar o debate, reforçando que se deve ampliar a discussão, defende a retirada do projeto do regime de urgência e o fortalecimento da Epagri e do Ciram, investindo na estrutura toda. O Senhor Jorge Dotti Cesa, Diretor-Presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, cumprimentou todos e disse estar surpreso por não ver nenhum defensor do projeto de lei presente na audiência, mas que estava feliz por ver deputados da situação e da oposição defendendo a retirada, a suspensão ou a mudança desse projeto, o que aponta para um grande amadurecimento. Alertou que se existe essa intenção, essa ideia que se consolida na proposta que está tramitando na Alesc, é porque existem pessoas que têm aquele entendimento. Explicou a sua preocupação sobre dois pontos colocados na audiência: o fortalecimento do Ciram, no sentido da retirada do projeto e o encaminhamento de outro que fortaleça a Epagri/Ciram; e, como disse o Deputado Ceron, sendo a ideia superior ao colocado devido à preocupação com a sociedade, surge a necessidade da criação de um órgão maior que atenderá, talvez, demandas que a Epagri/Ciram não possam atender, sugerindo novamente a retirada do projeto e o encaminhamento de outro que não envolva a Epagri/Ciram da forma como está e nenhum outro órgão de excelência do Estado. Concluiu que existem pontos conflitantes e reforçou a proposta da retirada do projeto e a consequente criação de dois novos projetos - um de maior abrangência, estadual, talvez, que atenda as necessidades do Estado todo; e outro de fortalecimento da Epagri/Ciram - reconheceu que o Ciram dentro da Epagri é um órgão de excelência, cuja retirada destruirá a entidade. O Senhor Deputado Estadual Pedro Uczai cumprimentou todos e disse que é consenso de que essa proposta não pode prosperar na Alesc, divertindo que o mérito do projeto não serve, pois não se aperfeiçoa um projeto que nasce ruim, portanto que se retire e mantenha a Epagri/Ciram como instituição fundamental que é; que se fortaleça toda a rede catarinense de meteorologia. Observou que se há algum problema na instituição Epagri/Ciram, que se resolva, mas que não se crie outro problema. Salientou que a decisão política a ser tomada na audiência é a de confecção de um requerimento para a retirada desse projeto, encaminhado à Alesc e ao governo do Estado. Parabenizou a Epagri/Ciram, aqueles que participam delas e reforçou o fortalecimento das empresas estatais. O Senhor Nauro José Velho, coordenador estadual do Sindaspi/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina), cumprimentou os presentes e observou que já se chegou ao consenso de que o projeto é inviável, mas enfatizou que esse debate não deve ser encerrado. Questionou como os trabalhadores de uma empresa, os técnicos, o secretário da Agricultura e o próprio presidente da empresa não sabem da confecção de um projeto de mudanças e divisão da empresa. Advertiu: é muito raro dividir para somar, geralmente é para dividir mesmo, o que enfraquece a empresa. Opinou que a Epagri deve partir para um planejamento, para um debate com a sociedade referente ao seu papel enquanto empresa pública, porque a empresa pública tem que ter serviço público de qualidade e não somente ser empresa pública, como pensam esses que inventam projetos tipo Climesc, ou melhor, um projeto para a criação de cargos comissionados, coordenadores e nenhum técnico. Alertou sobre a responsabilidade com o dinheiro público, enquanto trabalhadores e sociedade civil, e frisou a cobrança junto aos administradores sobre a responsabilidade do planejamento e do amplo debate. Contou que o sindicato em dois mil e seis realizou debates em todo o Estado sobre a situação da Epagri, chegando a um diagnóstico e uma proposição de qual era o pensamento dos agricultores, que foi entregue ao governador, ao presidente da empresa e ao secretário da Agricultura, mas não obtiveram resposta. Complementou que as coisas são feitas conforme o interesse político do governo de plantão e não do papel do Estado, conforme dito por alguns Deputados, e que ultimamente só se ouve falar em papel de mandato e papel de governo. Frisou a necessidade do debate, enquanto empresa pública, sobre o papel da Epagri, sobre o papel do Ciram, e lembrou que o Ciram foi criado através de terceirizações, mas que atualmente tem um quadro técnico formado através de uma política correta. Registrou a sua posição sobre a retirada do projeto e que estava falando em nome do Sintec-SC, Sintagri e Saesc, salientando a necessidade de definição das competências de cada entidade e de um debate amplo com a sociedade, com os trabalhadores envolvidos e com quem conhece o assunto. Comentou outro debate realizado, no qual se discutiu o papel da Defesa Civil, cuja

análise foi a de que existe uma defesa militar e não civil. Falou sobre a situação dos moradores de Blumenau, que estão vivendo em barracos feitos pelo prefeito e que não receberam nenhum recurso do Estado, questionando onde foram parar as doações que circularam pelo Estado e como essas doações foram organizadas. Enfatizou que é necessário um órgão que coordene essa situação, mas que também se faz urgente um órgão que coordene um trabalho técnico e científico de prevenção de catástrofes. Destacou que a atual sociedade materializa as coisas e não humaniza. Observou que a ciência deve estar a serviço do homem e não da acumulação do capital. Enfatizou: vamos pensar num Ciram trabalhando na prevenção, vamos construir uma empresa de meteorologia que realmente pense as pessoas e os possíveis desastres. Também questionou qual é a política pública que permite às pessoas condições dignas para viver, chamando à reflexão o modelo de sociedade no qual se vive e formas para mudar essa sociedade. Realçou que o debate é Epagri/Ciram, discutindo com os agricultores, e que se esqueça o Climesc. O Senhor Clóvis Corrêa, meteorologista da Epagri, cumprimentou todos e comentou que os meteorologistas catarinenses, com toda a experiência que têm, não foram consultados em nenhum momento e foram pegos de surpresa com esse projeto que cria o Climesc, salientando que os profissionais de qualquer centro, de qualquer atividade, devem ser consultados por serem qualificados e por serem eles, de fato, que levam adiante esse centro. (*Taquigrafo-revisor: Sabrina Roberta Schmitz.*) Colocou como uma falha o setor administrativo, porque as pessoas vão e voltam, enquanto que os profissionais permanecem e continuam o seu trabalho com dedicação. Afirmou que o Ciram trabalha a parte da meteorologia não apenas para a agricultura como também para toda a sociedade. Sugeriu que a discussão do projeto seja mais ampla, já que há a necessidade de se contratar mais técnicos, mais pesquisadores e mais meteorologistas, afirmando que fica difícil atender toda uma sociedade com apenas cinco profissionais, além dos vários fenômenos meteorológicos que vêm acontecendo. Esclareceu que para se fazer uma boa pesquisa e um bom atendimento à sociedade é necessário ter um meteorologista com formação acadêmica. Alertou sobre os vários fenômenos meteorológicos que aconteceram, citando como exemplo as chuvas de mil novecentos e noventa e cinco e o furacão Catarina. Frisou que o Ciram tem um trabalho reconhecido nacionalmente e um nome e uma credibilidade a zelar, mas que em sua opinião a credibilidade não foi respeitada ao tentarem passar um projeto desse. Finalizando, disse que não culpava ninguém e que o objetivo naquele momento era a discussão. Dando continuidade, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, concedeu a palavra ao senhor Sérgio Luiz Zampieri, chefe da Epagri/Ciram, que iniciou a sua fala cumprimentando e desejando um bom-dia a todos. Disse que era uma satisfação estar ali discutindo um tema tão importante. Ressaltou que a Epagri/Ciram era competente, frisando que se assim não fosse não estariam ali discutindo. Falou que o debate sobre o encaminhamento do projeto, da lei completar, não foi realizado da melhor forma. Declarou que o debate deveria ter uma discussão política - devido ao ano político -, que deveriam dar subsídios para todas as correntes políticas dos vários partidos e aos candidatos ao governo. Contou que ele também conheceu, a convite do governo de Bavária, na Alemanha, a sala de comando, e que esta era um lugar onde vários profissionais da área se reuniam para discutir e tentar resolver o problema que estava acontecendo no momento. Disse que quando o Governador pensou em criar o Climesc, estava pensando em levar toda a estrutura da Epagri/Ciram para lá, mas afirmou que o Ciram não possuía todos os profissionais, como, por exemplo, geólogos, mas que as universidades e outros órgãos do Estado tinham. Como encaminhamento, sugeriu a criação de uma sala de comando onde profissionais de vários órgãos possam se reunir num momento de urgência a fim de solucionar o problema. Comunicou ao Deputado Décio Góes que em Santa Catarina já existe a integração da meteorologia entre Epagri/Ciram, Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto Federal. Afirmou que em breve Santa Catarina terá um radar meteorológico e que haverá um curso mestrado e doutorado em eventos extremos, e que foram convidados para serem professores os colaboradores nesse processo, já que se tratava de um corpo qualificado de doutores. Finalizando, ressaltou que a Epagri/Ciram não fazia só meteorologia, pois lá trabalham vários profissionais de outras áreas que os enchem de orgulho. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, concedeu a palavra a senhora Laura Rodrigues, meteorologista da Epagri, que cumprimentou a todos e falou que a discussão não poderia parar por ali. Considerou ser muito bom ver o Governador do Estado fortalecendo a meteorologia e o Ciram. Falou que a discussão deveria ser ampliada, pois da forma como estava sendo a proposta, o Climesc não era o melhor caminho. Comentou que já havia uma estrutura de equipamentos e uma grande bagagem meteorológica dentro da Epagri/Ciram. Citou como exemplo o Tornado de Guaraciaba e o deslizamento de terras em novembro de dois mil e oito. Comentou que a partir daquilo passou-se a pensar que não bastava o meteorologista falar à defesa civil sobre a previsão de chuva, que era

necessário, sim, profissionais treinados e capacitados dentro de suas áreas específicas e de outras áreas como hidrologia e geotecnia. Finalizou dizendo que a meteorologia, assim como a saúde, também era uma responsabilidade do Estado, que tem um custo, e se o estado não bancasse os custos a sociedade é que iria sofrer. Dando continuidade, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, comunicou que iria passar às propostas de encaminhamentos para serem discutidas e elencou os encaminhamentos que conseguiu abstrair da audiência: 1. A permanência do Ciram na estrutura funcional da Epagri; 2. Imediata retirada do PLC 071/2009, que cria a Fundação Estadual de Meteorologia e Pesquisa em Santa Catarina. Comentou que havia outro encaminhado no sentido de retirar a urgência e deixar o debate, mas que ficou em segundo plano pela grande maioria nas manifestações no sentido da retirada imediata. 3. A retirada radical e imediata e a não continuidade do projeto na questão do regime; 4. O Fortalecimento da estrutura Epagri/Ciram; 5. Continuidade do debate na Alesc, mesmo com a retirada, e na Epagri para aprofundar os debates. Esclareceu que este era um ano de eleições e que qualquer projeto que venha a ser debatido, que tenha continuidade, iria estar mais sob o calor das propostas políticas e ideológicas do que do interesse da sociedade. Disse, ainda, que o próximo Governador de Santa Catarina deverá fazer a discussão das melhorias e encaminhar as propostas. Também disse que deveriam elaborar uma proposta na audiência para ser encaminhada ao Governador, ao secretário e ao presidente da Epagri. Expos que poderia haver uma antecipação de proposta a todos os candidatos a governador para que eles pudessem assumir a proposta em palanque. O senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, depois de ouvir tantas pessoas com o mesmo consenso, analisou que há necessidade de um aprofundamento do debate, de um maior fortalecimento em relação à Epagri/Ciram e a construção de uma rede de articulação entre as entidades, a defesa civil, o Ciram e outras que por ventura tenham ligação com o tema. Disse também ter dúvidas se deveriam retirar o projeto imediatamente ou somente retirar o pedido de urgência e criar um grupo de trabalho para continuar a discussão. Afirmou que enquanto o projeto tramitar na Assembleia outros projetos não poderia entrar. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, explicou, dirigindo-se ao deputado Dirceu, que se retirasse somente o pedido de urgência o processo continuaria tramitando e correria o risco de até ser aprovado e que estariam dando o aval de que uma fundação poderia ser criada. Colocou que deveriam radicalizar a retirada desse "cadáver" para que não ficasse fedendo e incomodando. O Senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch advertiu que deveriam ficar atentos porque o projeto não foi para lá por acaso, por isso deveriam criar um grupo de trabalho. Sugeriu que fosse feito um documento e que todos os deputados, sindicatos e entidades assinassem solicitando a retirada do projeto. Colocou que a Comissão de Agricultura poderia ajudar a coordenar, juntamente com as entidades, reuniões periódicas para debater. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, explanou que o último item se referia à continuidade do debate. Comunicou que o momento político está em apresentar uma proposta a todos os candidatos para quem sabe eles assumam isso. Em seguida, avisou que os pronunciamentos seriam apenas para discutir os encaminhamentos. Na sequência, concedeu a palavra ao senhor Nelson Figueiró, que votou pela retirada total do projeto e pelo fortalecimento da rede de meteorologia. Sugeriu uma nova discussão dentro da Alesc com todos os interessados. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, concedeu a palavra ao Senhor Álvaro Afonso Simon, que afirmou ser a favor de todos os encaminhamentos, mas gostaria de saber quando e quem seria o responsável pela continuação do debate. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, passou a palavra à Senhora Suely Lewenthal Carrião, que falou ser a favor da retirada do projeto, mas que houvesse a continuidade da discussão dentro da rede. Alegou que o projeto tem muitas falhas e colocou o Centro do Ciram em Informação no que seria uma proposta futura de crescimento dentro da área. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, sugeriu como proposta a criação de um grupo de trabalho, entre a Epagri e as entidades, para discutir e elaborar uma proposta, e somente depois disso marcar uma audiência para discussão e aperfeiçoamento. Disse que seria até possível, através de todos os deputados, apresentar a proposta a todos os possíveis candidatos a governador. Questionou quem ficaria encarregado de organizar a comissão e obteve como resposta que seria a Faper, juntamente com a diretoria da Epagri, que formaria o grupo para apresentar uma proposta. Continuando, perguntou se alguém mais queria discutir sobre o encaminhamento. Prosseguindo, passou a palavra ao senhor Marcelo Martins, que falou que deveria estar claro que a discussão seria em cima da meteorologia do Estado de Santa Catarina. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, explicou que o grupo iria estudar e debater a proposta, somente depois decidiria o que vai ser debatido aqui, explicando que caberia ao grupo definir o que iria acontecer. O senhor

Álvaro Afonso Simon comentou que no item quatro dos encaminhamentos deveria ser não só o fortalecimento da Epagri/Ciram, mas, sim, a Epagri como um todo. O Senhor Presidente acrescentou como encaminhamento o fortalecimento da Epagri/Ciram como um todo. Agradeceu todos pela presença e salientou que se não conseguissem retirar imediatamente o projeto teriam que fazer outras mobilizações para alcançarem o seu objetivo. Elogiou o trabalho do Ciram e da Epagri e encerrou a audiência pública.

Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça
Presidente
*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1726ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1726ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Secon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 28/04/10. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0693/10, de Maria Aparecida de Brittos Molgato; Processo nº 0694/10, de José Edson Bosa e Processo nº 0630/10, de Nivaldo Maurício Erckmann. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0696/10, de Israel Demski Bittencourt; Processo nº 0697/10; de Fabiano Schmitt; Consulta - Ofício CL nº 0193/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Inexigibilidade de Licitação - FALESC fornecimento de alimentos" e o Ofício nº 172/2010 de 19/04/2010, Notificação Extra Judicial nº 224/2010 - Interessado: IPESC "regularização de débitos junto ao IPESC". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Secon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0639/10, de Maria Mendes do Nascimento; Processo nº 0640/10, de Raquel Helena de Borja Ramalho; Processo nº 0698/10, de Euclides Mangoni; Processo nº 0699/10, de Domingos Antonio Boff; Processo nº 0701/10, de Carmem Lucia Correa Zattar; Processo nº 0490/10, de Maria Edinara Bertolin, e retirado de pauta pelo relator a Consulta - Of. CL nº 0219/2010 de 19/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - contratação de empresa para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva de portas automáticas da ALESC". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0692/10, de Neresi Leal Fronza; Processo nº 0702/10, de José Maurício Cordeiro e o Ofício nº 0165/2010/27ª/TJ/CAP de 12/04/2010, Defesa da Moralidade Administrativa - MP/SC - Interessado: Promotor de Justiça - Durval da Silva Amorim "Inquérito Civil Público nº 06.2008.001030-2 - promoção de arquivamento". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0703/10, de Paulo Cesar Cavilha; Processo nº 0704/10, de Renata Ferracini Rodrigues; Processo nº 0658/10, de Maria Celeste Ferreira Monteiro; Processo nº 0660/10, de Dirce Lucia Piano; Processo nº 0574/10, de Maria da Graça Cardoso; Consulta - Ofício CL nº 0223/2010 de 22/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2006-00, celebrado com a Empresa COTRANS Locação de Veículos Ltda", e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0549/10, de Aurélio Paladini. 6) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0705/10, de Vinicius Souza Larrosa da Silva; Processo nº 0706/10; de Viviane Kurtz de Aguiar, e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior o Processo nº 0652/10, de Elias Amaral dos Santos. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0691/10, de Nikolas Stefanovich; Processo nº 0695/10, de João Oneides Lira; Processo nº 0707/10, de Heloisa Sônego de Luca Moreira; Processo nº 0657/10, de Leila Mary Paludo Gomes e Processo nº 0531/10, Dorli Felippi Montovani. 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0708/10, de Albanês Bonotto Toledo dos Santos; Processo nº 0709/10, de Paulovick Pizzolatti Debiasi; Processo nº 0633/10, de Sérgio Ney Sant'Ana de Oliveira; Consulta - Ofício CL nº 0228/2010 de 22/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - aquisição de cota de participação do X

Congresso Brasileiro do direito do Consumidor nos dias 18 a 21 de maio de 2010 em Florianópolis"; Ofício CI nº 055/2010 de 20/04/2010, Interessado: Dep. Estadual Rogério "Peninha" Mendonça "Consulta - questionamento legislação eleitoral ...", e retirados de pauta com pedido de vista ao Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior o Processo nº 0643/10, de Maria Helena Saris e Processo nº 0650/10, de Rossana Maria Borges Espesin. 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, retirados de pauta com pedido de vista ao Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior os processos: Processo nº 0665/10, de Cláudio Henrique Schons e Processo nº 0667/10, de Alexandre José Back. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 0662/10, de Dejair de Oliveira e a Consulta - Ofício CL nº 0216/2010 de 16/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - locação de 50 (cinquenta) máquinas automáticas de auto-serviço para bebidas quentes". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia cinco (05) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 28 de abril de 2010.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Renato Hinnig, Darci de Matos, Lício Mauro da Silveira, Sílvio Dreveck, Gilmar Knaesel, Manoel Mota e Pedro Uczai. Ato continuum, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 6ª reunião ordinária, que, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Marcos Vieira passou a palavra ao deputado Lício Mauro da Silveira, que relatou a MPV/00166/2010, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade, também relatou o PL./0081.7/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou o PL./0086.1/2010 e o PL./0088.3/2010, em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O deputado Renato Hinnig relatou o PL./0530.0/2009, em discussão, foi solicitado vista em gabinete aos deputados Pedro Uczai e ao deputado Sílvio Dreveck. Com a palavra, o deputado Manoel Mota relatou a MPV/00168/2010, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Seguindo, o deputado Darci de Matos relatou o PL./0085.0/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Sílvio Dreveck relatou a MPV/00171/2010, seu relatório foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade, também relatou o OF./0013.2/2010, em discussão, foi solicitado vista em gabinete para o deputado Gilmar Knaesel. O deputado Sílvio Dreveck relatou o PLC./0017.5/2010, seu relato foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O deputado Gilmar Knaesel relatou o PL./0082.8/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o deputado Pedro Uczai relatou o OF./0532.7/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, também relatou o PL./0080.6/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Marcos Vieira Presidente da Comissão acima epigrafada registrou a presença do Magnífico Heitor da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, o Senhor Sebastião Iberes Lopes Melo. Ato continuum, passou a relatar MPV.00175/2010, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade, relatou também a MPV/00177/2010, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, em vinte e oito dias de abril do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EDITAL

AFIPOSESC - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO DE SC EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC - Afipolesec, no uso de suas atribuições de acordo com Art. 15, do Estatuto da Afipolesec, convoca todos os associados para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no

dia 19 de maio de (**quarta-feira**), tendo como local o Plenarinho da Assembleia Legislativa, às **14:00hs** em primeira convocação com a presença de no mínimo 2/3 dos associados, em segunda chamada com a metade mais um e, em terceira chamada com qualquer número de associados, fixado o espaço de quinze minutos entre uma e outra convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

● Apresentação da prestação de contas da AFIPOSESC do exercício de 2009.

Florianópolis, 04 de Maio de 2010.

Lezir Maria Carpes
Presidente da AFIPOSESC

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 075/2010

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 002/2010, que tem por objeto o fornecimento de leite para a ALESC.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: TAF Distribuidora Ltda.

OBJETO: Conceder o reequilíbrio econômico-financeiro no preço do leite, aumentando o valor unitário de R\$1,48 (hum real e quarenta e oito centavos) para R\$1,88 (hum real e oitenta e oito centavos), representando um acréscimo de R\$0,40 (quarenta centavos por litro).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da lei 8.666; item 3.4, da Cláusula Terceira do Contrato Original; item 15.3 do Edital e Autorização administrativa.

VALOR MENSAL: R\$586,66 (quinhentos e oitenta e seis reais)

Florianópolis, 04 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Tarciso Vidal Lohn - TAF

*** X X X ***

Extrato Nº 076/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 011/2010 celebrado em 30/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Xanxerê-FEMI

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico, incluindo a construção de stand com m² na 15ª Feira Estadual do Milho (FEMI), de 30 de abril até 09 de maio deste ano, espaço para fixação de banner; utilização de símbolo/logomarca d ALESC; divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR: R\$ 52.440,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, Lei 8.666/93 e autorização administrativa n.º 018/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 04 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato CL Nº 077/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 025/2010, celebrado em 26/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Weikan Tecnologia Ltda.

OBJETO: Aquisição de 09 (nove) Nobreaks Senoidais para Racks de 1500 VA, da marca NHS e modelo Premium PDV com vistas a atender a Diretoria de Informática.

VALOR GLOBAL: R\$ 9.970,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial n.º 008/2010; Autorização para Processo Licitatório n.º 0087/2009 LIC parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 26 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

Mônica Chimendes- Sócia- Administradora

*** X X X ***

Extrato CL Nº 078/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 026/2010, celebrado em 27/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Absoluto Divisórias e Pisos Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, com mão de obra qualificada e materiais necessários, para remodelação de Estande com 40m²(4x10) na 23ª Feira da Esperança - Centro Sul, no período compreendido entre 29 de abril a 02 de maio de 2010.

VALOR GLOBAL: R\$ 17.200,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 015/2010;

Autorização para o Processo Licitatório n.º 024/2010, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 27 de abril de 2010.
Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC
Vânio Inácio Junckes- Procurador

*** X X X ***

Extrato Nº 079/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 028/2010 celebrado em 30/04/2010 oriundo da Inexigibilidade de Licitação CL n.º 009/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- AFALESC.

OBJETO: Contrato o fornecimento de produtos tais como "coffee breaks", "coquetéis" e outros tipos de alimentação para atender os deputados em seminários, audiências públicas, fóruns, exposições, recepção de delegações, reuniões de bancadas, dentre outras atividades para satisfazer as necessidades em eventos no âmbito do Poder Legislativo.

VALOR: Variável, de acordo com a demanda.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação CL n.º 009/2010; e Autorização Administrativa e Processo Licitatório n.º 009/2010.

Florianópolis, 30 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC
Zulmar Hermógenes Saibro- Presidente da AFALESC

*** X X X ***

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 180/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1610

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos, que "Revoga a Medida Provisória nº 174, de 2010, que institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências".

Florianópolis, 28 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Florianópolis, 28 de abril de 2010

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossas Excelências a Medida Provisória que "Revoga a Medida Provisória nº 174, de 2010, que institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências".

A presente Medida Provisória é apresentada em decorrência da aprovação nas comissões temáticas que se vislumbram inconstitucionais e induzem os servidores de forma errônea ao entendimento de que terão benefícios incorporados, quando na verdade é de conhecimento que tais modificações representariam a inconstitucionalidade do feito, visto que contrariam a legislação eleitoral.

Em consonância com os motivos descritos, o Sindicato dos trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde privado e público estadual - SINDSAÚDE, por meio do ofício anexo, também apresenta manifestação que corrobora com a edição desta Medida Provisória.

Estes são os motivos justificadores e que legitimam a Medida Provisória ora apresentada, a qual submeto à deliberação da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

SINDSAÚDE - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis

Ilmo. Sr. Deputado Estadual

Dado Cherem

O Sindsaúde SC, entidade sindical de primeiro grau que representa todos os servidores estaduais da Saúde, vem através deste apresentar proposta para que seja possível corrigir as distorções dentro a categoria da saúde pelas MP's 174 e 178.

Queremos aproveitar a oportunidade e informar que a Assembleia Geral dos servidores realizada no dia 12 de abril decidiu pelo pedido de **retirada de todas as MP's da saúde** pela

construção de um projeto que contemple de modo igualitário a todos os servidores.

Informamos ainda, que os servidores da saúde estão a partir de hoje em estado de greve, com nova assembleia marcada para o dia 20 de abril, momento durante o qual, aguardamos um retorno do Governo do Estado.

O presente documento foi fruto de consulta à legislação federal e fruto de exaustivo estudo da diretoria do Sindsaúde SC e sua assessoria jurídica, sendo como objetivo principal o clareamento de proposta para que o impasse que está colocado entre o Governo do Estado e servidores da saúde não culmine em movimento paredista, com sérios desgastes para ambos os lados e prejuízo para a população.

Portanto, segue algumas particularidades que o Sindsaúde SC e sua assessoria jurídica encontraram nas legislações e pareceres do Tribunal Superior Eleitoral.

Consta por exemplo, na Consulta ao TSE n 772, de 2002, o conceito do Prof. Celso Ribeiro Bastos, acerca de revisão geral, transcrita abaixo:

"Por revisão geral deve-se entender aquele aumento que é concedido em razão de perda do poder aquisitivo da moeda. Não visa a corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de determinadas carreiras mercê de alterações ocorridas no próprio mercado de trabalho, nem objetiva contrapesar pecuniamente níveis superiores de responsabilidades advindas de reestruturação ou reclassificações funcionais. Restam portanto, abertas as portas para esse tipo de aumento restrito aos cargos e carreiras especificamente atingidos por estas medidas"

Ainda, outra consulta ao TSE, a de número 782, de 2006 consta o seguinte parecer do Ministro Relator Fernando Neves: "a aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração, e portanto, não encontra obstáculo na proibição contida no art. 73, inciso VIII, da Lei n. 9.504, de 1997". Reestruturação do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Estaduais da Saúde.

O parecer da consulta 772 foi no mesmo sentido deste.

Ou seja, ambas as consultas 772 e 782 não colocam impedimento para aumentos salariais advindos de reestruturação de carreira de servidores, uma vez que a reestruturação de carreira objetiva a correção de situações de injustiça ou a revalorização profissional de carreiras específicas.

Estes entendimentos foram aplicados durante tramite da Medida Provisória 295/2006 do Governo Federal, convertida na Lei 11.344/2006, que estabeleceu gratificações a professores do Magistério Superior, entre outras alterações.

Por outro lado, temos a situação atual dos servidores estaduais da saúde, cujo plano de carreira foi aprovado em 2006 e não sofreu nenhuma reestruturação até o presente momento. Esse plano foi fruto de dez anos de discussão entre trabalhadores e governo do estado, o que culminou na estrutura de carreira atual dos servidores da saúde que possibilita a ascensão profissional em níveis e referências.

Contudo, depois de sua implantação várias mudanças nas políticas e programas do Ministério da Saúde vem ocorrendo e trazem cada vez mais novas atribuições e demandas aos servidores da saúde. Infelizmente o debate e a reflexão sobre a Lei 323/06 não acompanharam a dinamicidade dessas novas diretrizes do Ministério da Saúde.

Uma das maiores incongruências dentro do plano de carreira é o visível achatamento de uma grande parcela de servidores, que é a impossibilidade de crescimento profissional de modo igual para todos.

No que diz respeito à ascensão profissional uma grande parcela de servidores encontram-se nas posições finais da tabela salarial e estão longe de se aposentar.

Além disso, um plano de carreira que valorize os servidores e possa ser instrumento de uma boa prestação do serviço à sociedade precisa obrigatoriamente acompanhar a atualidade.

Nesse sentido, vários programas e planos do Ministério da Saúde podem ser citados como exemplo: Humaniza SUS, Desprecariza SUS, QualiSUS, Reestruturação da Assistência Hospitalar Psiquiátrica, entre outros. Podemos citar ainda o Pacto pelo SUS, que trouxe novas modalidades de gestão para os serviços de saúde e foi aceito pela Secretaria de Estado da Saúde em 2008.

Portanto, o plano de cargos e vencimentos dos servidores da saúde está aquém das possibilidades para os servidores manterem uma política de trabalho condizente com a realidade, comprometendo a qualidade da carreira e contradizendo a própria Lei 323/06, em seu artigo 1, parágrafo primeiro que trata do objetivo maior do PCV que é a melhoria na prestação dos serviços de saúde e a valorização dos servidores.

Importante esclarecer que cada projeto, programa ou plano do Ministério da Saúde possui custeio próprio, direcionado ao Fundo Estadual de Saúde, possibilitando aumento do repasse das verbas do SUS para o estado de Santa Catarina.

Embora o artigo 3º da Lei nº 5.254/76, alterado pela Lei nº 7.548/89, que regulamenta o Fundo Estadual de Saúde não autorize a concessão de gratificação; o artigo 85, inciso VIII da Lei nº 6.745/85 autoriza a concessão aos servidores de gratificação pelo desempenho de atividade especial, desde que devidamente regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Portando, a legislação do fundo estadual de saúde permite o aporte financeiro para a reestruturação da carreira dos servidores estaduais da saúde.

São novos desafios e exigências dos trabalhadores da saúde que precisam ser valorizados e contemplados no Plano de Carreira. Diante disso tudo, é necessário a reestruturação do Plano de Carreira dos servidores da saúde, para a valorização dos profissionais envolvidos direta e indiretamente na execução dos programas, planos e ações do Ministério da Saúde que foram criados para a melhoria e maior qualidade de atendimento do Sistema Único de Saúde. Afinal, quem mais envolvido, e portando imprescindível para a execução da política do SUS que os profissionais das instituições?

Por todos os motivos expostos, a diretoria do SindSaúde SC em conjunto com sua assessoria jurídica visualizam duas possibilidades para sanar o impasse criado diante das duas Medidas Provisórias em tramitação na ALESC quais sejam:

1 - o envio de Medida Provisória pelo Governador Leonel Pavan para a ALESC estabelecendo Gratificação por atividade do Sistema Único de Saúde aos servidores estaduais da saúde ocupantes de cargos constantes dos níveis e referências 1A a 12J, no percentual de 83,333% com base de cálculo sob o nível e referência inicial de cada nível de formação (1A, 5A, 9A), com pagamento em duas parcelas durante o ano de 2010, inclusive para todos os servidores inativos da pasta da saúde.

2 - Reenquadramento vertical (níveis) dos servidores enquadrados no níveis e referências 1A a 12J, além da progressão por curso prevista para o ano de 2010 e para todos os inativos da Secretaria de Estado da Saúde. Para os servidores lotados no último nível de cada faixa salarial, é necessária a criação de outro nível (ou subnível) para garantir que todos tenham a oportunidade de ascensão vertical em decorrência de enquadramento.

São essas as sugestões dessa entidade sindical para o bem comum da categoria e sociedade catarinense, sendo que acreditamos na boa vontade política do Governo do Estado para a solução desse impasse, que se não resolvido vai causar transtorno para todos os lados.

Por fim, reforçamos o compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores da saúde e com o bom funcionamento do serviço de saúde de Santa Catarina. Nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Edileuza Garcia Fortuna

Presidente do SindSaúde SC

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 180, de 28 de abril de 2010

Revoga a Medida Provisória nº 174, de 2010, que institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica revogada a Medida Provisória nº 174, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial nº 18.817, que institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a partir de 30 de março de 2010.

Florianópolis, 28 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 181/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1611

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências,

acompanhada de exposição de motivos, que "Revoga a Medida Provisória nº 178, de 2010, que institui Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências".

Florianópolis, 28 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Florianópolis, 28 de abril de 2010

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossas Excelências a Medida Provisória que "Revoga a Medida Provisória nº 178, de 2010, que institui Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências".

A presente Medida Provisória é apresentada em consonância com os motivos descritos pelo Sindicato dos trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde privado e público estadual - SINDSAÚDE, conforme ofício anexo, que justifica a necessidade da edição desta Medida Provisória.

Estes são os motivos justificadores e que legitimam a Medida Provisória ora apresentada, a qual submeto à deliberação da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

SINDSAÚDE - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis

Ilmo. Sr. Deputado Estadual

Dado Cherem

O Sindsaúde SC, entidade sindical de primeiro grau que representa todos os servidores estaduais da saúde, vem através deste apresentar proposta para que seja possível corrigir as distorções dentro a categoria da saúde pelas MP's 174 e 178.

Queremos aproveitar a oportunidade e informar que a Assembleia Geral dos servidores realizada no dia 12 de abril decidiu pelo pedido de **retirada de todas as MP's** da saúde pela construção de um projeto que contemple de modo igualitário a todos os servidores.

Informamos ainda, que os servidores da saúde estão a partir de hoje em estado de greve, com nova assembleia marcada para o dia 20 de abril, momento durante o qual, aguardamos um retorno do Governo do Estado.

O presente documento foi fruto de consulta à legislação federal e fruto de exaustivo estudo da diretoria do Sindsaúde SC e sua assessoria jurídica, sendo como objetivo principal o clareamento de proposta para que o impasse que está colocado entre o Governo do Estado e servidores da saúde não culmine em movimento paredista, com sérios desgastes para ambos os lados e prejuízo para a população.

Portando, segue algumas particularidades que o Sindsaúde SC e sua assessoria jurídica encontraram nas legislações e pareceres do Tribunal Superior Eleitoral.

Consta por exemplo, na Consulta ao TSE n 772, de 2002, o conceito do Prof.Celso Ribeiro Bastos, acerca de revisão geral, transcrita abaixo:

"Por revisão geral deve-se entender aquele aumento que é concedido em razão de perda do poder aquisitivo da moeda. Não visa a corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de determinadas carreiras mercê de alterações ocorridas no próprio mercado de trabalho, nem objetiva contrapesar pecuniamente níveis superiores de responsabilidades advindas de reestruturação ou reclassificações funcionais. Restam portando, abertas as portas para esse tipo de aumento restrito aos cargos e carreiras especificamente atingidos por estas medidas"

Ainda, outra consulta ao TSE, a de número 782, de 2006 consta o seguinte parecer do Ministro Relator Fernando Neves: "a aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração, e portando, não encontra obstáculo na proibição contida no art. 73, inciso VIII, da Lei n. 9.504, de 1997". Reestruturação do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Estaduais da Saúde.

O parecer da consulta 772 foi no mesmo sentido deste.

Ou seja, ambas as consultas 772 e 782 não colocam impedimento para aumentos salariais advindos de reestruturação de carreira de servidores, uma vez que a reestruturação de carreira objetiva a correção de situações de injustiça ou a revalorização profissional de carreiras específicas.

Estes entendimentos foram aplicados durante tramite da Medida Provisória 295/2006 do Governo Federal, convertida na Lei

11.344/2006, que estabeleceu gratificações a professores do Magistério Superior, entre outras alterações.

Por outro lado, temos a situação atual dos servidores estaduais da saúde, cujo plano de carreira foi aprovado em 2006 e não sofreu nenhuma reestruturação até o presente momento. Esse plano foi fruto de dez anos de discussão entre trabalhadores e governo do estado, o que culminou na estrutura de carreira atual dos servidores da saúde que possibilita a ascensão profissional em níveis e referências.

Contudo, depois de sua implantação várias mudanças nas políticas e programas do Ministério da Saúde vem ocorrendo e trazem cada vez mais novas atribuições e demandas aos servidores da saúde. Infelizmente o debate e a reflexão sobre a Lei 323/06 não acompanharam a dinamicidade dessas novas diretrizes do Ministério da Saúde.

Uma das maiores incongruências dentro do plano de carreira é o visível achatamento de uma grande parcela de servidores, que é a impossibilidade de crescimento profissional de modo igual para todos.

No que diz respeito à ascensão profissional uma grande parcela de servidores encontram-se nas posições finais da tabela salarial e estão longe de se aposentar.

Além disso, um plano de carreira que valorize os servidores e possa ser instrumento de uma boa prestação do serviço à sociedade precisa obrigatoriamente acompanhar a atualidade.

Nesse sentido, vários programas e planos do Ministério da Saúde podem ser citados como exemplo: Humaniza SUS, Desprecariza SUS, QualiSUS, Reestruturação da Assistência Hospitalar Psiquiátrica, entre outros. Podemos citar ainda o Pacto pelo SUS, que trouxe novas modalidades de gestão para os serviços de saúde e foi aceito pela Secretaria de Estado da Saúde em 2008.

Portando, o plano de cargos e vencimentos dos servidores da saúde está aquém das possibilidades para servidores manterem uma política de trabalho condizente com a realidade, comprometendo a qualidade da carreira e contradizendo a própria Lei 323/06, em seu artigo 1, parágrafo primeiro que trata do objetivo maior do PCV que é a melhoria na prestação dos serviços de saúde e a valorização dos servidores.

Importante esclarecer que cada projeto, programa ou plano do Ministério da Saúde possui custeio próprio, direcionado ao Fundo Estadual de Saúde, possibilitando aumento do repasse das verbas do SUS para o estado de Santa Catarina.

Embora o artigo 3º da Lei nº 5.254/76, alterado pela Lei nº 7.548/89, que regulamenta o Fundo Estadual de Saúde não autorize a concessão de gratificação; o artigo 85, inciso VIII da Lei nº 6.745/85 autoriza a concessão aos servidores de gratificação pelo desempenho de atividade especial, desde que devidamente regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Portando, a legislação do fundo estadual de saúde permite o aporte financeiro para a reestruturação da carreira dos servidores estaduais da saúde.

São novos desafios e exigências dos trabalhadores da saúde que precisam ser valorizados e contemplados no Plano de Carreira. Diante disso tudo, é necessário a reestruturação do Plano de Carreira dos servidores da saúde, para a valorização dos profissionais envolvidos direta e indiretamente na execução dos programas, planos e ações do Ministério da Saúde que foram criados para a melhoria e maior qualidade de atendimento do Sistema Único de Saúde. Afinal, quem mais envolvido, e portando imprescindível para a execução da política do SUS que os profissionais das instituições?

Por todos os motivos expostos, a diretoria do SindSaúde SC em conjunto com sua assessoria jurídica visualizam duas possibilidades para sanar o impasse criado diante das duas Medidas Provisórias em tramitação na ALESC quais sejam:

1 - o envio de Medida Provisória pelo Governador Leonel Pavan para a ALESC estabelecendo Gratificação por atividade do Sistema Único de Saúde aos servidores estaduais da saúde ocupantes de cargos constantes dos níveis e referências 1A a 12J, no percentual de 83,333% com base de cálculo sob o nível e referência inicial de cada nível de formação (1A, 5A, 9A), com pagamento em duas parcelas durante o ano de 2010, inclusive para todos os servidores inativos da pasta da saúde.

2 - Reenquadramento vertical (níveis) dos servidores enquadrados no níveis e referências 1A a 12J, além da progressão por curso prevista para o ano de 2010 e para todos os inativos da Secretaria de Estado da Saúde. Para os servidores lotados no último nível de cada faixa salarial, é necessária a criação de outro nível (ou subnível) para garantir que todos tenham a oportunidade de ascensão vertical em decorrência de enquadramento.

São essas as sugestões dessa entidade sindical para o bem comum da categoria e sociedade catarinense, sendo que acreditamos na boa vontade política do Governo do Estado para a solução desse impasse, que se não resolvido vai causar transtorno para todos os lados.

Por fim, reforçamos o compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores da saúde e com o bom funcionamento do serviço de

saúde de Santa Catarina. Nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,
Edileuza Garcia Fortuna
Presidente do SindSaúde SC

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 181, de 28 de abril de 2010

Revoga a Medida Provisória nº 178, de 2010, que institui a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica revogada a Medida Provisória nº 178, de 05 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial nº 18.819, que institui a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2010.

Florianópolis, 28 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 079/10

Hospital de Caridade São Braz

Rua Frei Rogério 579-Porto União (SC) - CNPJ 85.604.395/0001-94
Porto União, 20 de abril de 2010

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A/C V. EXCELÊNCIA DEPUTADO AGUIAR

Prezado Senhor:

Pela presente, remetemos a V. Sas. a prestação de contas referente ao exercício de 2009. Aproveitamos a oportunidade para solicitar a emissão da **Certidão que faz jus a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual**, que se possível, deverá ser remetida ao nosso endereço.

Enviamos, em anexo, os documentos abaixo relacionados:

- Cópia do Estatuto da Entidade.
 - Cópia da Certidão que faz jus ao título de Utilidade Pública Federal;
 - Cópia Certidão de Renovação no CEAS
 - Cópia Certificada de Inscrição referente ao Registro no Conselho Municipal de Assistência Social;
 - Cópia da Ata de Eleição da Diretoria - mandato de 31/03/2009 a 30/03/2011;
 - Cópia do Atestado de Funcionamento;
 - Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2009;
 - Cópia do Protocolo p/ Renovação do Alvará de Licença Sanitária;
 - Projeto de Lei que concede a entidade o Título de Utilidade Pública Estadual;
 - Movimento Estatístico referente ao exercício 2009;
- Sem outro particular subscrevemo-nos,
Atenciosamente,

MARIA CRISTINA METZLER

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 080/10

Blumenau, 27 de abril de 2010

Ilmo. Sr.

Primeiro Secretário da

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Na qualidade de Presidente no exercício da Presidência da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Blumenau, a fim de fazer cumprir a determinação normativa das Leis nº 10.436/97, e 13.663/2005 que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual, apresentamos o Relatório de Atividades da entidade, relativo ao ano de 2009.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Cordialmente,

Aglaê Nazário de Oliveira

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 081/10

ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville

Joinville, 04 de março de 2010

Ao

ILMO SENHOR NILSON GONÇALVES

M.D. DEPUTADO ESTADUAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Prezado Senhor Nilson,

A ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville.

Nossa Associação surgiu para agrupar, orientar, atender e dar assistência ao Aposentado, Pensionistas, Grupos de Terceira Idade e Idosos, população essa cuja renda em sua maioria atinge somente um salário mínimo, que buscam seus direitos com Ações Previdenciárias, Médico/ambulatorial, Farmacêutico, Orientação ao Laser, Cursos de Culinária, Artesanato, Alfabetização, Palestras em diversas áreas (Cultura, Nutrição, Educação, Esporte, Motivação etc) e Entretenimento, hoje atendemos mais de 3000 associados e 41 Grupos de Terceira Idade correspondendo a 2000 integrantes onde 1500 Idosos não são associados.

Vimos através deste, apresentar nosso Relatório Financeiro do exercício 2009, Plano de Ação, Trabalho e Atividades 2010 para seu governo, conforme documento anexo e de acordo com a Lei de reconhecimento de Utilidade Pública. Sem mais, agradecemos desde já e expressamos nosso apreço e desejo de sucesso.

Cordialmente,

Horácio de Oliveira Ramos - Presidente

ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de

Joinville

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 082/10

FBET

Fundação Blumenauense de Estudos Têxteis

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Cumprindo as determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação do senhor, o Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados e demais documentos, referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Outrossim, colocamo-nos ao inteiro dispor do senhor, para quaisquer esclarecimentos ou informações que forem julgadas necessários.

Blumenau / março / 2010

Alvin Rauh Neto

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 083/10

Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição

RELATÓRIO CIRCUNSTÂNCIADO

DAS ATIVIDADES

EXERCÍCIO

2009

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO 084/10

Instituição Cidade da Esperança

Rancho Queimado, 30 de abril de 2010

Ofício 036/2010

Exmo. Deputado

Rogério Mendonça

Primeiro Secretário

Gabinete da Primeira Secretária

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Prestação de contas ano base 2008

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando a documentação da **prestação de contas**, ano base **2009**, conforme exigência da Lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007.

Gratos por sua atenção, agradecemos.

Atenciosamente.

Luciano Pereira Paiva

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 085/10

CONSELHO COMUNITÁRIO DO ITAUM

Centro Social Urbano "Henrique Meyer Júnior"

Rua Arlindo Pereira de Macedo, 225 - Fone (47) 3436-0481

OFÍCIO/CSU/GE0021/2010

Prezado Senhor

MOACIR SOPELSA

SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis

Assunto: Encaminhamento

Joinville, 22 de abril de 2010

Prezado Secretário,

Em anexo estamos encaminhando a Vossa Senhoria documentos relacionados a renovação do Certificado de Utilidade Pública Estadual, como segue:

- Ata da Eleição da atual Diretoria
- Cópia autenticada do Balancete Contabil - Prestação de Contas - Ano 2009.
- Relatório de Atividades 2009 assinado pelo Presidente.
- Cópia do Certificado do CMAS
- Declaração de Impacto Social CMAS
- Atestado de Funcionamento CMAS
- Atestado de Funcionamento e de não remuneração de seus Conselheiros assinados pelo Presidente.
- Declaração de funcionamento - Câmara de Vereadores
- CNPJ
- Certificado de Utilidade Pública Municipal
- Folha corrida da Diretoria Executiva
- Estatuto

Sem mais, com nossas cordiais saudações.

Silvestre Hawerth

Presidente (Cons. Comunitário Itaum)

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 086/10

OBRA KOLPING ESTADUAL DE SANTA CATARINA

A

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Finalidade:

- I - Informações Cadastrais anexo XVI
- II - Resumo das informações de Assistência Social anexo XVII
- III - Relatório Circunstanciado das atividades
- IV - Cópia do CEAS
- V - Cópia COMAS
- VI - Cópia Certificado Utilidade Municipal
- VII - Cópia Coletiva do Trabalho
- VIII - Cópia Balanço Financeiro
- IX - Cópia Atestado de funcionamento
- X - Cópia Inscrição de Entidade de fins Filantrópicos
- XI - Cópia Certidão Estadual
- XII - Cópia Relatório 2009 enviada via on line

Rio do Sul, 27/04/2010

Idalio Sartori

-presidente-

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 087/10

COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - CEL

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2010

AO

ILUSTRÍSSIMO SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados Senhores,

Ref: MANUTENÇÃO E CONTROLE DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

A COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL, com sede na Rua Esthéria Lenzi Friedrich, nº 18 - Centro, neste município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, vem mui respeitosamente atender ao Art. 3º da LEI ESTADUAL nº 14.182/2007 encaminhando em anexo, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º, desta Lei, sob pena de revogação da declaração, face a sua condição de entidade declarada de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 2949, de 23 de dezembro de 1961, anexa os seguintes documentos para prestação de contas referentes ao exercício de 2009:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada de seu último estatuto;
 IV - Cópia autenticada de sua última Ata, eleição da Diretoria;
 V - Balancete contábil, Dre, Doar, Dmpl e notas Explicativas;
 Atenciosamente,

Waldemar Behling - Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 088/10

ADIJO - Associação dos Diabéticos de Joinville
 Joinville, 06 de abril de 2010

A

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Encaminhamento de Documentos.

Prezados Senhores,

ADIJO - Associação dos Diabéticos de Joinville, vem através desta encaminhar os documentos abaixo citados para análise e providências.

- 1) - Relatório de Atividades do Ano de 2009.
- 2) - Cronograma de Atividades para o ano de 2010.
- 3) - Balanço Patrimonial exercício de 2009

Atenciosamente:

Gilmar A. da Costa
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 089/10
HOSPITAL DE LAGUNA

Ofício nº 087/10 Laguna, SC 29 de Abril de 2010
 Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Com nossos cumprimentos cordais, vimos através do presente apresentar o **Relatório de Atividades deste Hospital no exercício de 2009**, bem como o **Demonstrativo de Receitas e Despesas de ano de 2009**, devidamente publicado, visando a **Manutenção de Título de Utilidade Pública Estadual**, em conformidade com as Leis e Decretos pertinentes.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar à V.Excia., uma Certidão de Regularidade da Titularidade de Utilidade Pública Estadual deste Hospital, perante este órgão.

Atenciosamente.

Regina Ramos dos Santos
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/2010

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 090/10
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Of. Nº 072/2010 Brusque, 27 de abril de 2010.
 Exmo.

Sr. Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando anexo à V. Exa., documentação exigida para renovação de regularidade da entidade declarada de Utilidade Pública Estadual. Os documentos que segue são:

- * Relatório de Atividades 2009;
- * Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da Declaração de Utilidade Pública;
- * Balanço Contábil.

Sem mais para o momento, nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,
 Maria Lourdes Schulenburg
 Diretora Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/2010

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 091/10
FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE
FUNDAÇÃO UNIPLAC
UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

Of. INT. nº 066-10 Lages, 26 de abril de 2010

Exmo. Sr. Deputado Jorginho Mello

Assembléia Legislativa

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Com nossas cordiais saudações, e em concordância com a

Lei Estadual nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, estamos encaminhando-lhes a documentação para o devido controle e identificação do cumprimento sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual, da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - Fundação Uniplac mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac, sendo eles:

1. Relatório de Atividades de 2009.
2. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública estadual.
3. Balanço patrimonial publicado em jornal.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos desde já, e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente
 Walter Manfro
 Interventor

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/2010

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 092/10
SOCIEDADE BENEFICIENTE SANTA TERESINHA
HOSPITAL SANTA TERESINHA

Of. Nº 049/2010 Braço do Norte (SC), 26 de abril de 2010.

Ilmo Senhor

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente enviar relatório de prestação de contas através do relatório anual de atividades do exercício de 2009 para permanência da Utilidade Pública Estadual, em cumprimento a Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

Enviamos também Cópia autenticada da ata da eleição e tomada de posse da atual diretoria, Declaração assinada pelo Presidente, Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício e Publicação Legal.

O Estatuto da SBST no exercício de 2009: não houve nenhuma alteração por isso continua na íntegra o documento já enviado em 2009.

Solicitamos que após conferência e aprovação dos relatórios seja enviada a Instituição CERTIDÃO para comprovação de permanência do Título de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento e certos de Vossa compreensão e atendimento, elevamos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,
 Edemir Della Giustina
 Presidente da Sociedade Beneficente Santa Teresinha

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 093/10
ASSOCIAÇÃO CORVILLE DE ATLETISMO

Ofício 40/2010 Joinville, SC 27 de Abril de 2010

À

Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Rua Dr. Jorge Luiz Fontes, 310

1º Secretaria - Gabinete 102

Prezados (as) Senhores (as)

Ref.: Utilidade Pública Estadual

Associação Corville de Atletismo

Conforme dispositivo em vigor, estamos enviando em anexo, para análise, a documentação comprobatória, contendo:

- a) "Novo Estatuto Social;
- b) Ata 02/2010 - Posse da Diretoria
- c) Ata 01/2010 - Prestação de Contas 2009
- d) Calendário de Atividades.

Sendo o que apresentamos

Atenciosamente
 Associação Corville de Atletismo

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 094/10
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL EVANGÉLICA

Of. Nº 24/10 Brusque (SC), 26 de abril de 2010

À Assembléia Legislativa

Florianópolis - SC

A Fundação Educacional Evangélica, sediada na Av. Monte Castelo, 81 - Brusque - SC, CNPJ nº 82.984.725/0001-26 vem respeitosamente apresentar o Relatório e Balanços relativos às atividades do exercício de 2009, Declaração e Cópia do Estatuto face a sua condição de entidade Declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL através da Lei nº 342, de 20 de maio de 1958 alterada pela Lei 14.629 de 07 de janeiro de 2009, para fins de cumprimento aos ditames do Art. 3º da Lei Estadual 14.182/2007.

Na expectativa de que estes documentos produzem seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Marcus Schlosser - Presidente

ANEXOS:

- Relatório de Atividades de 2009;
- Balanço Geral e Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) de 2009.
- Declaração do Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 095/10

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Campo Belo do Sul, 27/04/2010

Ofício nº 23/2010

Para: Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Através do mesmo estamos encaminhando à Vossa Senhoria, o Relatório de Gestão/2009, Atividades desenvolvidas no ano de 2009; Plano de Ação da Diretoria Biênio 2008/2010; Relatório Circunstanciado e Balancete Contábil, documentos estes referentes ao ano de 2009, para que possamos ter o Título de reconhecimento de Utilidade Pública Estadual de nossa Entidade conforme Lei Estadual nº 14.182/2007

Atenciosamente

Iara Regina Ramos de A. Branco

Presidente da APAE

Campo Belo do Sul

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 096/10

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Jaraguá do Sul, 26 de Abril de 2010

Ofício nº 019/2010

A

Assembleia Legislativa

Att. Sr. GELSON MERISIO

DD. Presidente

Prezado Senhor:

Através desta a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul - SC, está enviando documentação para manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Ficamos a disposição para melhores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Maria Tereza de Amorim Nora

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 097/10

FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL DE RIO FORTUNA

Ofício nº 018/2010

Rio Fortuna, 22 de abril de 2010.

Ilmo Senhor.

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Vimos por meio deste encaminhar a documentação solicitada através da Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2.007, da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 5.743 de 30 de junho de 1.980:

* Relatório anual de atividades;

* Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

* Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2009.

Atenciosamente,

Benício Vandresen

Presidente da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 098/10

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO TUBARONENSE - APROET

Of. Nº 016/2010

Tubarão, 27 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis/SC

Senhor Presidente.

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos à Vossa Senhoria, relatório circunstanciado do exercício 2009 e Ata da atual Diretoria da Associação de Promoção e Educação Tubaronense - APROET.

Sem mais a relatar, renovamos nossos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente.

Waldemar Colonetti

Presidente da APROET

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 099/10

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM

OFÍCIO Nº 016/2010/AHMDJ

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON LUIZ MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos à elevada presença de V. Ex.ª, em nome da **Associação Hospital e Maternidade Dom Joaquim**, inscrita no CNPJ sob o nº 82.991.860/0001-07, encaminhar em epígrafe os documentos relativos ano de 2009, requeridos pelo Art. 3º da Lei nº 14.182, de 01/11/2007, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei nº 3.853, de 30/06/1966, alterada pela Lei nº 9.708, de 30/09/1994.

Na certeza do efetivo cumprimento da norma legal, ficamos no aguardo de vossa manifestação.

Respeitosamente,

ADÃO CARLOS MACHADO MARCELINO

Presidente

FÁBIO MAESTRI BAGIO

Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 100/10

CRECHE SANTA RITA DE CÁSSIA

Of. Nº 013/2010

Orleans, 28 de abril de 2010.

Ilmo Sr.

Jean Kuhlmann

Presidente da Comissão de Trabalho,

Administração e Serviços Públicos

Prezado Senhor:

Estamos enviando o Relatório das Atividades Desenvolvidas no ano 2009 conforme solicitação desta Assembleia Legislativa.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos os votos de elevada estima e consideração.

OBS: SENHOR DEPUTADO NOSSA INSTITUIÇÃO SOBREVIVE DESDE SUA FUNDAÇÃO ATRAVÉS DE DOAÇÃO E PROMOÇÕES, QUE O SENHOR E SEUS COMPANHEIROS TENHAM A SENSIBILIDADE DE NOS REPASSAR CONFORME AS APAES, O FUNDO SOCIAL.

Atenciosamente

Maria Helena Durante Croceta

Presidente

"Dizem que sou o futuro, não me desampare no presente"

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 101/10

Associação Italiana Coral São José de Botuverá

Ofício nº 006/2010/AICSJB

Botuverá/SC, 28 de abril de 2010.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Luiz Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente:

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos à elevada presença de V. Ex.ª, em nome da **Associação Italiana Coral São José de Botuverá**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.700.383/0001-24, encaminhar em epígrafe os documentos relativos ano de 2009, requeridos pelo art. 3º da Lei nº 14.182, de 01/11/2007, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei nº 13.067, de 08/07/2004.

Na certeza do efetivo cumprimento da norma legal ficamos no aguardo de vossa manifestação.

Respeitosamente,

VILSON LUIZ FACHINI

Presidente

FÁBIO MAESTRI BAGIO

Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO 102/10

AÇÃO SOCIAL LEÃO DEHON

Ofício nº 004/2010/ASPSJB

Botuverá/SC, 28 de abril de 2010

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Luiz Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Senhor Presidente:

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos à elevada presença de V.Exª, em nome da **Ação Social Paroquial São José de Botuverá**, inscrita no CNPJ sob nº 02.539.034/0001-84, encaminhar em epígrafe os documentos relativos ano de 2009, requeridos pelo Art. 3º da Lei nº 14.182, de 01/11/2007, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei nº 10.023, de 11/06/2007.

Na certeza do efetivo cumprimento da norma legal, ficamos no aguardo de vossa manifestação.

Respeitosamente,

VALÉRIO ELLER
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 103/10
ONG SÃO ROQUE

Of. nº 2662/10 Blumenau, 28 de abril de 2010

A
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Cumprimentando-o cordialmente vimos por intermédio deste encaminhar o Relatório de Atividade, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas referentes ao exercício de 2009, para Renovação do Título de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento, colocamos-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Gertrudes Terezinha H. Salm
Presidente ONG São Roque

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 104/10

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM ATLÂNTICO - AMA
JARDIM ATLÂNTICO - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

OFÍCIO AMJA 78/2010 Florianópolis, 19 de Abril de 2010

Ilustríssimo Senhor

Manoel Mota

Deputado e Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Prezado Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente manifesto-me inicialmente pedindo desculpas pela demora em enviar estes documentos.

Devido a um erro de minha parte, pensei que já tivesse encaminhado estes documentos a comissão. Acabei confundindo com outros relatórios entregue a esta casa bem como a câmara de vereadores de Florianópolis.

Quero aproveitar e agradecer a nova chance de apresentar estas documentações.

Isso mostra o respeito e a consideração que esta casa tem com as entidades que prestam trabalhos de integração social e que buscam reestruturar as bases da comunidade edificando uma sociedade mais próspera.

Para tanto, segue em anexo as devidas solicitações e me coloco a disposição desta casa que vem prestando um belíssimo trabalho.

Atenciosamente,

Marco Marchi
Presidente da AMJA

Lido no Expediente
Sessão de 05/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 105/10

ACACEFAX - Associação Cultural Amigos da Casa Enxaimel Família AX
Dona Emma, 19 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO ESTADUAL MANOEL MOTA

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, atendendo o que preceitua a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, informo que a ACACEFAX tem a imensa satisfação de apresentar:

- . Relatório de Atividades exercício 2009;
- . Atestado de funcionamento atualizado;
- . Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- . Balancete contábil exercício 2009

Sendo o que se apresenta, renovamos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Niraci Chiminelli

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 106/10

CIA TEATRAL BOCARELA DAS PALAVRADAS

Araranguá, 28 de Abril de 2010

A

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Caro Senhores,

Nós, da **CIA TEATRAL BOCARELA DAS PALAVRADAS, reconhecida de Utilidade Pública Estadual, sob o nº 14.684 de 05 de Maio de 2009**, vimos através desta, em cumprimento a Lei nº 13.663, de 28 de Dezembro de 2005, artigo 3º, que diz respeito a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, encaminhar nosso Relatório de atividades (Exercício 2009) e o Demonstrativo de Receitas e Despesas referentes ao ano de 2009, e matérias em jornais dos trabalhos executados em por nossa entidade, com o objetivo de solicitar a Renovação do Certificado do Título de Utilidade Pública para 2010.

Sem mais para o momento aguardamos respostas.

Atenciosamente,

Alexssandro Gomes Teixeira

Diretor /Presidente

Cia Teatral Bocarela das Palavras

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 107/10

Instituição Espírita Casa da Fraternidade

Araranguá, 28 de Abril de 2010

A

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Caro Senhores,

Nós, da **Instituição Espírita Casa da Fraternidade, reconhecida de Utilidade Pública Estadual desde 1988, sob o nº 7489/88**, vimos através desta, em cumprimento a Lei nº 13.663, de 28 de Dezembro de 2005, artigo 3º, que diz respeito a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, encaminhar nosso Relatório Circunstanciado de atividades (Exercício 2009) e o Demonstrativo de Receitas e Despesas referentes ao ano de 2009, bem como nosso relatório de Atividades Sociais com matérias em jornais dos trabalhos executados em nossa entidade, com o objetivo de solicitar a Renovação do Certificado do Título de Utilidade Pública para 2010

Sem mais para o momento aguardamos respostas.

Atenciosamente,

Cátia S. G. Hahn

Presidente e Coordenadora Pedagógica

Instituição Espírita Casa da Fraternidade

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO 108/10

SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA
CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA

Florianópolis, 29 de abril de 2010

Of. 31/2010

De: Sociedade Divina Providência - SDP

Para: Dep. Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Ref.a: Utilidade Pública Estadual - Prestação de Contas

Relatório de Atividades - Exercício de 2009

Ilmo. Senhor;

A Sociedade Divina Providência, estabelecida à Rua Hermann Blumenau, nº 102 - Centro - Florianópolis - SC, enquanto Instituição Beneficente de Assistência Social e declarada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, encaminha a Vossa Senhoria, de acordo com as exigências estabelecidas na legislação em vigor, o *Relatório de Atividades - Exercício de 2009* e respectivos documentos anexos. As informações constantes neste relatório visam comprovar os serviços assistenciais prestados nas diferentes áreas de atuação da SDP.

Buscando cumprir todas as atribuições legais que nos competem, subscrevemo-nos, reiterando os votos de estima e consideração

Atenciosamente;

Ilda Sacheti (Ir. Enedina)

Presidente da SDP

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 109/10**CENTRO EDUCACIONAL E CRECHE "CONDE MODESTO LEAL"**

Ofício nº 026/2010

Joinville, 29 de Abril de 2010

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Att. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Ref.: **ENCAMINHA RELATÓRIO DE ATIVIDADES/2009**

Cumprimentando-os cordialmente, estamos através do presente encaminhando a V. S^a., o **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2009**, bem como os respectivos Balancetes Financeiros e demais documentos que se fazem necessários.

Cordialmente,

BERNARDO KUERTEN

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 110/10

Florianópolis, 11 de março de 2010.

Ofício n.035-2010

A Sua Excelência o Senhor

Dr. GELSON LUIZ MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Palácio Barriga Verde

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Centro - Florianópolis/SC

CEP 88020-900

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a Vossa Excelência memorando narrando fatos graves envolvendo integrantes do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, principalmente no que tange a irregularidade na transferência de servidores públicos da Secretaria do Estado da Educação a Procuradoria - Geral do Estado, para conhecimento e tomada de medidas penais, civis e administrativa cabíveis por parte desse órgão, para que a justiça possa prevalecer.

Afirmo, ainda, que esses documentos foram encaminhados ao Procurador - Geral da República Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos; ao Procurador - Geral de Justiça Dr. Gercino Gerson Gomes Neto; Procurador Regional do Direito do Cidadão Dr. Celso Antônio Três; ao Corregedor Nacional de Justiça Ministro Gilson Dipp e ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça Ministro Gilmar Ferreira Mendes.

Respeitosamente,

CARLOS ENEAS GUIMARAES

CPF 404.435.669-68

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 111/10**CONSELHO COMUNITÁRIO DE JAGUARUNA**

CNPJ Nº 83.868.794/000137

Ofício nº 030/2010

Exmo Sr:

Deputado Jean Kuhlmann

DD. Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos

Nesta

Prezado Senhor;

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência a documentação da Entidade Conselho Comunitário de Jaguaruna de acordo com a Lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007 para comprovação do Título de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente;

ABGAIR DA SILVA RICARDO

Presidente

CPF 415.687.109 - 68

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 112/10**"APAE" - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Nº 11/2010

Praia Grande, 28 de abril de 2010

EXMO. SR.

GELSON MERÍSIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente,

A **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Praia Grande**, inscrita no CNPJ sob o Nº 76.853.472/0001-

59, conforme orientação da Federação Estadual das APAE's de Santa Catarina e atendendo a Lei nº 14.182/2007, encaminha em anexo documentos necessários para mantermos o status de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição.

Atenciosamente,

Maria Schirley Rodrigues

Presidente da APAE de Praia Grande

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 113/10**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE**

Sinodo do Vale do Itajaí

89107-000 - POMORODE - SC

Pomerode - SC, 28 de abril de 2010.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A/C Deputado Gelson Luiz Merísio - Presidente

Palácio Barriga Verde

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis-SC

A Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode, ex-Paróquia Evangélica de Rio do Teste, sediada na Rua Hermann Weege nº 2727 - Centro - CEP 89107-000 - Pomerode - Santa Catarina, vem apresentar, o Balanço Patrimonial, as Notas Explicativas, cópia do Estatuto em vigor e declaração registrada em cartório do Estatuto e das últimas alterações estatutárias, e de que não está remunerando por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, relativos ao ano exrcécio de **2009**, face a sua condição de entidade Declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, conforme Lei nº 2.985 de 23 de dezembro de 1961.

Atenciosamente

Fredolf Raduenz

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 114/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA**

CNPJ Nº 82.829.284/0001-98

Videira, 30 de Abril de 2010.

Ofício nº 045/2010

Ao Exmo Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente estamos enviando o relatório anual, referente ao ano de 2009, bem como toda a documentação necessária para a manutenção da Declaração de Utilidade Pública Estadual, seguindo as orientações da Lei Estadual nº 14.182/2007.

Esperando estar de acordo com o exigido, colocamo-nos a disposição para quaiquer duvidas.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

MARIA FÁTIMA NARDI BECKER

PRESIDENTE

CPF 195.752.709-91

APAE- VIDEIRA

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/10*

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO****OFÍCIO Nº 3618/ SCA-DIAL-GEMAT**

Florianópolis, 30 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, cópia da Lei nº 15.133, publicada no Diário Oficial nº 18.770, de 19 de janeiro de 2010, e republicada no Diário Oficial de nº 18.816, juntamente com a errata à mensagem nº 1495 de 19 de janeiro de 2010 e o parecer da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, por constatar equívoco do inciso vetado, decorrente de erro de digitação. Ressalto que o parecer da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, norteador do veto é claro ao sugerir o veto dos incisos II e VI do art. 14 da referida Lei e não do inciso III.

Atenciosamente,

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação

LEANDRO ZANINI

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/10

LEI Nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010.

Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece formas de controle, gestão e financiamento deste Programa.

Art. 2º O Programa será implementado por meio de Subprogramas de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, com vistas a atender aos critérios de prioridade de conservação dos recursos naturais que garantam a prestação de serviços ambientais.

Art. 3º Para os fins desta Lei consideram-se:

I - serviços ambientais: as funções ecossistêmicas desempenhadas pelos sistemas naturais que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida, constituindo as seguintes modalidades:

a) serviços de provisionamento: serviços que resultam em bens ou produtos ambientais com valor econômico, obtidos diretamente pelo uso e manejo sustentável dos ecossistemas; e

b) serviços de suporte e regulação: serviços que mantêm os processos ecossistêmicos e as condições dos recursos ambientais naturais, de modo a garantir a integridade dos seus atributos para as presentes e futuras gerações;

II - pagamento por serviços ambientais: a retribuição monetária ou não, referente às atividades humanas de preservação, conservação, manutenção, proteção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais, amparados por programas específicos;

III - pagador de serviços ambientais: aquele que provê o pagamento dos serviços ambientais nos termos do inciso II, podendo ser agente público ou privado; e

IV - receptor do pagamento pelos serviços ambientais: aquele que preserva, conserva, mantém, protege, restabelece, recupera e/ou melhora os ecossistemas no âmbito de planos e programas específicos, podendo perceber o pagamento de que trata o inciso II.

Art. 4º São diretrizes da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais:

I - utilização do pagamento por serviços ambientais como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável;

II - o restabelecimento, recuperação, proteção, preservação, manutenção ou melhoramento de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade ou para preservação da beleza cênica;

III - o reconhecimento da contribuição da agricultura familiar, pesca artesanal, povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação ambiental;

IV - a prioridade para áreas sob maior risco ambiental;

V - a promoção da gestão de áreas prioritárias para conservação dos solos, água e biodiversidade, além de atividades de uso sustentável; e

VI - o fomento às ações humanas voltadas à promoção e manutenção de serviços ambientais.

Art. 5º Para os fins desta Lei, e observadas as diretrizes nela dispostas, poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

I - planos e programas de pagamento por serviços ambientais;

II - captação, gestão e transferência de recursos, monetários ou não, públicos ou privados, dirigidos ao pagamento dos serviços ambientais;

III - assistência técnica e capacitação voltada à promoção dos serviços ambientais;

IV - inventário de áreas potenciais para a promoção de serviços ambientais; e

V - Cadastro Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Parágrafo único. O Cadastro a que se refere o inciso V conterá, no mínimo, a delimitação da área territorial com os dados de todas as áreas contempladas, os respectivos serviços ambientais prestados e as informações sobre os planos, programas e projetos que integram a Política Estadual de Serviços Ambientais.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA ESTADUAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Art. 6º Fica criado o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, com o objetivo de implementar, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o pagamento das atividades humanas de preservação, conservação, manutenção, proteção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais por meio dos seguintes Subprogramas:

I - Subprograma Unidades de Conservação;

II - Subprograma Formações Vegetais, e

III - Subprograma Água.

Parágrafo único. Fica vedada a vinculação de uma mesma área de prestação de serviços ambientais a mais de um subprograma previsto nesta Lei.

Art. 7º São requisitos gerais para participar do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais:

I - o interessado em participar do PEPSA deverá realizar o seu enquadramento e habilitação em projeto específico visando garantir a prestação dos Serviços Ambientais;

II - comprovação do uso e ocupação regular do imóvel a ser contemplado no âmbito do PEPSA; e

III - formalização de instrumento contratual específico.

Parágrafo único. Os projetos referenciados no inciso I, deverão possuir parecer favorável da Comissão Técnica Permanente de Avaliação do PEPSA, que será regulamentada por instrumento específico. Tal comissão possuirá representantes da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A., FATMA - Fundação do Meio Ambiente, SAR - Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, SPG - Secretaria de Estado do Planejamento e, SDS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 8º Nos procedimentos de elegibilidade dos projetos, o interessado deverá comprovar seu vínculo inequívoco com o bem ambiental objeto do pleito, de forma a evitar pagamento indevido ou duplicidade de pagamento sobre o mesmo objeto.

§ 1º O projeto deverá demonstrar:

a) com relação ao bem ambiental, a sua essencialidade dentro do bioma em que está inserido, assim como a importância da sua função ecológica;

b) com relação ao prestador do serviço, a sua condição social, quando se tratar de pessoa física, e os seus atos constitutivos, quando se tratar de pessoa jurídica;

c) com relação ao serviço, a sua relevância, através dos aspectos comparativos entre a importância da sua prestação e as características do seu entorno, assim como os resultados positivos e o ganho ambiental efetivo auferido com o serviço ambiental.

§ 2º Mediante a análise conjunta dos critérios enumerados no parágrafo anterior, a Comissão Técnica Permanente encarregada pelo PEPSA chegará ao enquadramento dos serviços, que deverá ser feito nas Classes I, II e III.

§ 3º A Classe I dará direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do Valor da Unidade de Referência.

§ 4º A Classe II dará direito ao recebimento de 50% (cinquenta por cento) do Valor da Unidade de Referência.

§ 5º A Classe III dará direito ao recebimento de 20% (vinte por cento) do Valor da Unidade de Referência.

§ 6º Nas Classes I e II será dada prioridade aos proprietários rurais que atendam ao disposto no art. 3º da Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

§ 7º A Unidade de Referência adotada nos parágrafos anteriores para fins de pagamento por serviços ambientais corresponderá ao valor pecuniário equivalente a 30 (trinta) sacas de milho para cada hectare/ano da propriedade, fixado conforme avaliação de preço mínimo estabelecido pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, do Governo Federal.

Art. 9º Caso o receptor dos serviços ambientais descumpra qualquer das cláusulas do projeto apresentado ou exerça condutas lesivas ao meio ambiente, os pagamentos serão imediatamente suspensos.

CAPÍTULO III

DOS SUBPROGRAMAS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Art. 10. O Subprograma Unidades de Conservação (UC) de PSA tem por finalidade gerir ações de pagamento, atendendo as seguintes situações:

I - residentes no interior de unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral nas formas previstas em

lei;

II - pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de reservas particulares do patrimônio natural; e

III - proprietários rurais residentes na zona de amortecimento de unidades de conservação ou corredores ecológicos.

Parágrafo único. Os candidatos a este Subprograma devem

atender à diretriz de conservação ou recuperação de áreas prioritárias para fins de conservação da biodiversidade.

Art. 11. O Subprograma Formações Vegetais de PSA tem por finalidade gerir ações de pagamento, prioritariamente aos agricultores familiares, comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados de reforma agrária, atendidas as seguintes diretrizes:

- I - recomposição ou restauração de áreas degradadas com espécies nativas, florestais ou não;
- II - conservação da biodiversidade em áreas consideradas prioritárias para o fluxo gênico das espécies da fauna e flora;
- III - preservação da beleza cênica relacionada ao desenvolvimento cultural e do turismo ecológico;
- IV - formação e melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade; e
- V - vedação à conversão de áreas florestais para uso agrícola ou pecuária.

Art. 12. O Subprograma Água de PSA tem por finalidade gerir ações de pagamento aos ocupantes de áreas situadas em bacias ou sub-bacias hidrográficas, preferencialmente em áreas de recarga de aquíferos e mananciais de baixa disponibilidade e qualidade hídrica, atendidas as seguintes diretrizes e prioridades:

- I - bacias ou sub-bacias abastecedoras de sistemas públicos de fornecimento de água para consumo humano ou contribuintes de reservatórios;
- II - diminuição de processos erosivos, redução de sedimentação, aumento da infiltração de água no solo, melhoria qualitativa de água, constância no regime de vazão e diminuição da poluição;
- III - bacias com déficit de cobertura vegetal em áreas de preservação permanente; e
- IV - bacias onde estejam implementados os instrumentos de gestão previstos na Lei federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO ESTADUAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E AS

FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 13. Fica criado o Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - FEPSA, de natureza contábil, com a finalidade de financiar as ações do PEPSA, dentro dos critérios estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 14. Os recursos necessários ao pagamento por serviços ambientais destinados ao FEPSA serão originados das seguintes fontes: I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual do Estado e de seus critérios adicionais;

II - VETADO;

III - no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos oriundos da Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de Santa Catarina - TFASC, devidos a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, em conformidade ao art. 10 da Lei nº 14.601,

de 29 de dezembro de 2008;

IV - recursos decorrentes de acordos, contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal;

V - doações realizadas por entidades nacionais e agências bilaterais e multilaterais de cooperação internacional ou, na forma do regulamento, de outras pessoas físicas ou jurídicas;

VI - VETADO;

VII - no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos oriundos do Fundo Especial do Petróleo de que trata a Lei federal nº 7.990, de 1989; e

VIII - no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos oriundos da cota parte da compensação financeira dos recursos minerais, relativamente à parcela destinada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, de que trata a Lei federal nº 7.990, de 1989.

Parágrafo único. Os percentuais de que tratam os incisos II, III, VI, VII e VIII deste artigo serão definidos por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE E GESTÃO

Art. 15. Fica instituído o Sistema de Informações Gerenciais para fins de controle, monitoramento e avaliação dos serviços ambientais, assim como o Cadastro Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, no qual deverão ser registrados todos aqueles que tiverem seus projetos aprovados pelo PEPSA.

Parágrafo único. O Sistema de Informações deverá gerenciar os dados do Cadastro Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, sob a gestão da EPAGRI e da FATMA.

Art. 16. Os serviços ambientais deverão ser monitorados pela EPAGRI e pela FATMA, assim como por entidade técnico-científica credenciada pelo Estado e adequada às características de cada Subprograma previsto nesta Lei.

Art. 17. A EPAGRI realizará periodicamente o inventário de

áreas potenciais para a promoção de serviços ambientais no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 18. As despesas de monitoramento, planejamento, avaliação e divulgação dos resultados relativos ao Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais não poderão ultrapassar o montante correspondente a 10% (dez por cento) das disponibilidades do FEPSA.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Fica constituído o Comitê Gestor do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, composto por representantes de instituições e empresas públicas do Estado de Santa Catarina e da sociedade civil organizada, cabendo-lhe acompanhar a implementação e propor aperfeiçoamentos ao PEPSA, bem como avaliar o cumprimento das metas estabelecidas nos projetos.

Parágrafo único. A composição, organização e funcionamento do Comitê Gestor será disposto em regulamento específico.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 21. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar unidade orçamentária e abrir crédito especial em favor do Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - FEPSA.

Parágrafo único. Para a abertura do crédito especial de que trata o *caput* deste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual - PPA 2008-2011.

Art. 22. Revogam-se os incisos IV e V do art. 25 e inciso III do art. 26, todos referentes à Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 19 de janeiro de 2010.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

JOSÉ ARI VEQUI, em exercício

ONOFRE SANTO AGOSTINI

LEI COMPLEMENTAR Nº 487, de 19 de janeiro de 2010.

Estabelece critérios para a municipalização da Educação Infantil da rede pública do Estado e a movimentação de servidores e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a municipalização da Educação Infantil da rede pública do Estado, por intermédio da transferência da responsabilidade administrativa, financeira e operacional para os municípios onde estas unidades estejam em funcionamento, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º A municipalização da Educação Infantil se constituirá por meio de convênio firmado entre o Estado e o município e será considerada efetivada no ano letivo de 2009 ou posterior, se for o caso.

Art. 3º A responsabilidade pelo corpo discente de cada unidade educacional municipalizada caberá ao município onde a mesma se encontra localizada.

Art. 4º Os servidores efetivos, lotados e em exercício na data da publicação desta Lei Complementar nas unidades a serem municipalizadas, permanecerão vinculados ao Estado através da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 5º O professor da rede estadual, regido pela Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, poderá optar em continuar atuando na unidade educacional municipalizada, exclusivamente para ministrar aulas, sem perda de quaisquer vencimentos e direitos do cargo.

Art. 6º O servidor ocupante do cargo de Agente em Atividades de Creche transformado em Analista em Gestão Educacional, regido pela Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, poderá optar pela permanência na unidade educacional municipalizada.

Art. 7º Os servidores que optarem pela permanência na unidade educacional municipalizada ficarão sujeitos ao horário de trabalho determinado

pelo município, sem prejuízo do disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 150, de 08 de julho de 1996.

Art. 8º A contratação e administração dos professores e demais profissionais em caráter temporário, inclusive para efeito de substituição decorrente de afastamentos legais do titular do cargo, ficará sob a responsabilidade do município que assumir a unidade educacional.

Art. 9º Os municípios deverão informar à Secretaria de Estado da Educação o número de alunos que estão sendo assistidos pelo professor da unidade educacional municipalizada, bem como a sua frequência.

Parágrafo único. Para efeitos de pagamento de regência de

classe e demais benefícios, a Secretaria de Estado da Educação fará uso das informações a que se refere o *caput* deste artigo, considerando-se os critérios de enturmação e outras situações previstas nas normas e diretrizes da educação municipal.

Art. 10. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da competente comunicação, ao professor do Quadro do Magistério Estadual que não manifestar interesse em atuar em unidade municipalizada, a Secretaria de Estado da Educação ofertará três unidades escolares estaduais, onde existam vagas, para opção de remoção.

Parágrafo único. Quando não houver vaga, ao professor será atribuído exercício em unidade escolar, tendo prioridade na primeira vaga que surgir no município. Art. 11. O professor estadual efetivo, que optar em não permanecer em unidade educacional municipalizada, com habilitação em Pedagogia - Série Iniciais ou Curso de Magistério, deverá ministrar aula nas séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública estadual ou atuar como segundo professor de turma, em unidade escolar que possuir aluno com necessidades especiais, sem prejuízo da remuneração.

Art. 12. Para o servidor regido pela Lei nº 6.745, de 1985, lotado e em exercício em unidade municipalizada, a Secretaria de Estado da Educação possibilitará:

I - a remoção para uma unidade escolar do Ensino Fundamental ou Médio, cabendo ao servidor a opção entre três unidades escolares disponibilizadas pelo órgão central; e

II - a disposição para outro órgão, com ônus para o destino, nos termos da lei.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 1º de janeiro de 2009.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2010.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

JOSÉ ARI VEQUI, em exercício

PAULO ROBERTO BAUER

ERRATA À MENSAGEM Nº 1495, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

PUBLICADA NO D.O.E. Nº 18.770, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

ONDE SE LÊ:

"...os incisos II e III, DO ART. 14, por ser contrário ao interesse público"

LEIA-SE:

"... os incisos II e VI, do art. 14, por ser contrário ao interesse público"

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETÁRIO DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO GABS nº 035/2010

Florianópolis, 13 de janeiro de 2010.

Ao Senhor

LEANDRO ZANINI

Diretor de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Florianópolis/SC

Senhor Diretor,

Em atendimento ao Ofício nº 3175/SCA-DIAL-GEMAT, manifesto-me favoravelmente com relação a sanção do PL 423/09 que instituiu a " Política Estadual de Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina", relativamente ao seu mérito.

Chamo, entretanto a atenção de Vossa Senhoria para o artigo 14 e incisos, posto que, quantificam percentuais de recursos, por fonte, a serem destinados ao Fundo Estadual de pagamento por Serviços Ambientais.

Atenciosamente,

ONOFRE SANTO AGOSTINI

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
SUBSÍDIO À RECOMENDAÇÃO DE VETO NO ARTIGO 14 DO PROJETO DE LEI Nº 423/09, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SERVIÇOS AMBIENTAIS, QUANTO AO USO DOS RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELA ÁGUA E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELOS APROVEITAMENTOS HIDROENERGÉTICOS

A Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, mediante o *caput* do artigo 31, criou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO com o objetivo de ser o suporte financeiro da política acima citada e das ações correspondentes. Afirma-se ainda, no texto que o referido Fundo reger-se-á pelas normas estabelecidas na Lei e em seu regulamento.

O Decreto nº 2.648, de 16 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, em seu art.2º consta que a finalidade do FEHIDRO é o de apoiar em caráter supletivo, estudos, implementação e manutenção de projetos de aproveitamento e gestão dos recursos hídricos do Estado, numa ótica de desenvolvimentos sustentável, incluindo, dentre outras, as seguintes áreas específicas:

- realização de estudos, pesquisas e levantamentos hídricos;
- mapeamento hídricos básicos;

- execução de planos de gestão e gerenciamento de bacias hidrográficas;

- implantação e gerenciamento de um sistema de informações em recurso hídricos;

- implantação de um sistema de outorga de direito de usos da água no Estado;

- implantação e gerenciamento de um sistema de cadastro de usuários de água no Estado;

- execução de políticas de proteção ambiental do Estado, com ênfase em recursos hídricos;

- apoio e fomento a projetos de aproveitamento dos recursos hídricos.

Além de outros recursos no art. 3º que regulamentou o FEHIDRO, reza que constituem recursos para o mesmo:

- compensação financeira que o Estado receber com relação aos aproveitamentos hidroenergéticos em seu território e compensações similares recebida por municípios e repassados ao Fundo mediante convênio;

- o resultado da cobrança pela utilização de recursos hídricos;

Outro dado importante com relação ao FEHIDRO, diz respeito a sua gestão, onde no art. 4º, do decreto de regulamentação, reza que o mesmo se orientará pela aplicação de recursos financeiros, na modalidade a fundo perdido, conforme diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos e atenderá aos objetivos e metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos estabelecidos por bacias hidrográficas.

O Projeto de Lei nº 423/09 que institui a Política Pública Estadual de Serviços Ambientais de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, cria o Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, onde em seu art. 14 assinala a fonte dos recursos que irão abastecer determinado Fundo, que entre outros contempla:

- no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, de que trata a Lei Federal nº 9.433, de 1997;

- no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos oriundos da compensação financeira pela geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

CONCLUSÃO:

O Projeto de Lei nº 423/09 que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais, peca em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros para abastecimento do Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é previsto, também, na Lei nº 9.748/94, que criou a Política Estadual de Recursos Hídricos, porém a mesma até o presente momento ainda não foi regulamentada.

Ainda, de acordo, com a Política Nacional de Recursos Hídricos os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que forma gerados e utilizados no financiamento de estudo, programas, projetos e obras concluídos nos Planos de Bacias Hidrográficas.

Assim sendo, torna-se inadequado e inclusive indo contra a própria legislação de recursos hídricos, a destinação de no mínimo 10% (dez por cento) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para o pagamento de serviços ambientais, já que o mesmo desvirtua do seu objetivo principal que é para aplicação em programas voltadas para recursos hídricos desde que aprovados nos respectivos Planos de Bacias Hidrográficas.

Cabe ressaltar que " a gestão de recursos hídricos, através de bacia hidrográfica, tem papel fundamental na gestão ambiental porque a água é um indicador que se presta a modelagens de simulação. É possível reproduzir o funcionário hidráulico e ambiental a partir de uma base técnica: informação sobre apropriação (uso e poluição) da água e características fisiográficas da bacia e do corpo d'água em si. A base técnica permite, por outro lado, acrescentar ao cenário futuro os interesses dos diversos atores envolvidos em determinada bacia. Consequentemente, avaliam-se quem ganha e quem perde nesses cenários extrapolados. Trata-se de uma base econômico-financeira que permitirá quantificar os investimentos necessários, bem como o valor a ser cobrado para a sua cobertura. A disposição do usuário em pagar advém, principalmente, da certeza de que a gestão do investimento para seu negócio. Quanto melhor a gestão lhe dá quanto à necessidade do investimento para seu negócio. Quanto melhor a qualidade da gestão, menor o caráter impositivo da cobrança".

Em relação aos 30% (trinta por cento) dos recursos oriundos da compensação financeira pela geração de energia hidrelétrica, é notório observar que na Lei 9.748/94, que criou a Política Estadual de Recursos Hídricos, já consta como crédito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos a compensação acima referida. Sendo assim, é importante assinalar que o FEHIDRO foi constituído através de uma lei portanto, somente outra lei poderá revogá-lo ou modificar suas características.

A lei fixou para o FEHIDRO um único objetivo: ser o suporte

financeiro da Política Estadual de Recursos Hídricos. Portanto, o uso de seus recursos, não pode afastar-se deste único objetivo.

Finalizando cabe resaltar que a Lei dos Recursos Hídricos, vem ao encontro dos principais aspectos do modelo sistêmico de integração participativa, que requer instrumentos legais específicos para sua implementação. Nessa etapa, não se pode prescindir do instrumento da outorga do uso da água, mecanismo pelo qual o governo estadual dispõe-se a promover seu uso adequado sob o ponto de vista da sociedade em geral.

Os investimentos em bacias hidrográficas são geralmente elevados e compreendem reservatórios, sistemas de abastecimento e de esgotos, sistemas de irrigação, criação e fiscalização de reservas etc. Portanto, as formas de financiar os investimentos em bacias hidrográficas são a cobrança pelo uso da água e o rateio dos custos dos investimentos entre os usuários ou beneficiários, bem como o uso da compensação financeira que o Estado recebe sobre o aproveitamento dos corpos de água para geração de energia elétrica em seu território.

Desde a criação da Política Estadual de Recursos Hídricos em 1994, somente no atual governo esta sendo implantados alguns instrumentos para a gestão das águas catarinenses, a exemplo da outorga de uso da água, planos das bacias. Para continuidade das ações preconizadas em lei torna-se importante que o Estado disponha de recursos financeiros para o funcionamento adequado do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a implantação definitiva de todos os instrumentos de gestão das águas catarinenses, a exemplo do comprometimento do Governo/SDS/DRH/FEHIDRO, com as atividades abaixo relacionadas:

- Sistema Estadual de Monitoramento Hidroclimatológico e de Qualidade;
- Mapeamento Hidrogeológico do Estado;
- Sistema Estadual de outorga de Direito do Uso da Água;
- Análise e Concessão de Reservas de Disponibilidade Hídrica para instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas do Estado (Geração de Energia Descentralizada);
- Concessão de Outorgas de Água para o Sistema de Abastecimento Público do Estado (CASAN e SEMAES no Abastecimento das Comunidades);
- Sistema Estadual de Informações em Recursos Hídricos - SIRHESC (www.aguas.sc.gov.br);
- Levantamento Aerofotogramétrico e Mapeamento Planialtimétrico do Estado;
- Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento para municípios com menos de 10.000 hab.
- Estruturação e Manutenção dos Comitês de Bacia e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
- Apoio aos Municípios atingidos por eventos climáticos severos (enchentes e estiagens);
- Apoio e projetos, obras de enfrentamentos de problemas hídricos nos municípios e bacias catarinenses;
- Execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacias Hidrográficas;

O comprometimento desses recursos nos projetos supracitados foi considerado prioritário pelo Banco Mundial, que os elegeu como estruturantes e estratégicos para o devido gerenciamento das águas de dominalidade do Estado de Santa Catarina. **Tendo gerado a proposição inovadora da Modalidade de Financiamento SWAP, onde o Banco Mundial devolverá 30% desses valores investidos pelo Estado, como premiação pelas metas e serem executadas, além de considerar esses investimentos como contrapartida do Estado ao Projeto Microbacias 3, num valor de quase trinta (30) milhões de Dólares nos próximos 6 anos** (que, portanto, não exigirá esse aporte específico de contrapartida pelo Estado Catarinense).

Concluindo, considera-se inviável a destinação de recursos já preconizados em legislações anteriores com objetivos específicos para uso na área de recursos hídricos, a exemplo das ações acima mencionadas, serem direcionados para outros fins, como disponibilizar no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, de que trata a Lei Federal nº 9.433, de 1997 e no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos oriundos da compensação financeira pela geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, conforme texto do Projeto de Lei nº 423/09 que instituiu a Política Pública Estadual de Serviços e regulamenta o Programa Estadual de pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina.

Sallientamos ainda que o referido Projeto de Lei, sendo sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, comprometerá todas as ações que já estão em execução na atual gestão, bem como o comprometimento do Governo do Estado com o Banco Mundial no que diz respeito ao Microbacias 3 - SC Rural 3, nos próximos 6 anos, e sua interface com a gestão de recursos hídricos do Estado.

Flavio Rene Brea Victoria
Diretor de Recursos Hídricos - SDS

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 660, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROBSON BARBOZA**, matrícula nº 4511, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de maio de 2010 (Gab Dep Décio Góes).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 661, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROBSON BARBOZA, matrícula nº 4511, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 5 de maio de 2010 (Gab Dep Décio Góes).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 662, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ATAMIR BRUNEL ALVES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Décio Góes).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 663, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RODOLPHO PAGANI MARTINS**, matrícula nº 4899, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de maio de 2010 (Gab Dep Cesar Souza Júnior).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 664, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO QUIRINO GOULART**, matrícula nº 5719, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de maio de 2010 (Gab Dep Wilson Vieira (Dentinho)).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 665, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCELO QUIRINO GOULART**, matrícula nº 5532, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de maio de 2010 (Gab Dep Wilson Vieira (Dentinho)).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 666, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCELO QUIRINO GOULART, matrícula nº 5532, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de maio de 2010 (Gab Dep Wilson Vieira (Dentinho)).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 667, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PATRICIA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Wilson Vieira (Dentinho)).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 668, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR INGRID ARRUDA DA ROSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ozair Coelho de Souza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 669, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAUDIOELI DA SILVA**, matrícula nº 2689, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 670, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DELICY NORBERTO BATISTA**, matrícula nº 6148, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 671, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JULIANA CADORE COUTINHO**, matrícula nº 4765, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 672, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA IZABEL DA SILVA BONI**, matrícula nº 6161, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 673, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RODRIGO ALVES PADILHA, matrícula nº 4864, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 674, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDSON FRANCA DA ROCHA, matrícula nº 4853, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 675, de 05 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR, matrícula nº 3252, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE CONVERSÃO EM LEI**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA medida provisória nº 00165/2010, DE 30 DE MARÇO DE 2010.**

Institui a Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual para os servidores do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA e Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE, dispõe sobre o valor total da despesa com a Gratificação de Serviços de Transportes para os servidores do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual destinada aos servidores lotados e em exercício no Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA e na Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE, a qual não poderá ser cumulada com a Gratificação de Fiscalização e Controle concedida pela Lei Complementar nº 342, de 16 de março de 2006, devendo o servidor efetuar a opção no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 2º O valor individual da Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual corresponderá à aplicação do índice de 0,84 (oitenta e quatro centésimos) sobre o valor do vencimento do cargo ocupado pelo servidor acrescido da Gratificação de Atividade, prevista na Lei Complementar nº 421, de 05 de agosto de 2008, em seu art.12.

§ 1º A gratificação prevista no *caput* deste artigo é fixada com base no valor calculado no mês de dezembro de 2009 e será reajustada quando da revisão geral de vencimentos de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

§ 2º A diferença entre a gratificação instituída pelo art. 1º desta Lei e a atual Gratificação de Fiscalização e Controle, será paga a partir do mês de abril de 2010.

Art. 3º Aos servidores inativos, o valor da Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual corresponderá ao atribuído aos ocupantes do mesmo cargo, classe, nível e referência, em atividade.

Art. 4º Aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou funções técnicas gerenciais, o valor da Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual corresponderá ao atribuído aos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão de Infraestrutura, Classe IV, Nível 4, Referência J.

Art. 5º Aos servidores que optaram pela lotação na forma do art. 31, § 3º, da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, será efetuado o enquadramento de acordo com a linha de correlação correspondente à classe, nível e referência do cargo já ocupado com o respectivo Quadro de Pessoal do órgão de destino.

Art. 6º O valor total da despesa com a Gratificação de Serviços de Transportes para os servidores do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, poderá ultrapassar o limite de 12% (doze por cento) da média aritmética simples da receita arrecadada pelo Departamento de Transportes e Terminais - DETER no exercício anterior, para manter a irredutibilidade remuneratória da vantagem.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 8º Ficam convalidados os pagamentos da Gratificação de Fiscalização e Controle concedida pela Lei Complementar nº 342, de 2006 e art. 20 da Lei Complementar nº 362, de 14 de setembro de 2006, efetuados a partir de 1º de janeiro de 2009.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 05 de maio de 2010.

MARCOS VIEIRA

Deputado Relator na Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA medida provisória nº 00169/2010, DE 30 DE MARÇO DE 2010.

Institui Gratificação de Representação para os Militares Estaduais e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Representação para os Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, ativos e inativos, devida mensalmente, no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único - A concessão da gratificação prevista no *caput* deste artigo será paga parceladamente, observando o seguinte cronograma:

I - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a partir do mês de maio de 2010; e

II - R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a partir do mês de dezembro de 2010;

Art. 2º Fica instituída a Gratificação de Representação para as Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, ativos e inativos, devida mensalmente, no valor total de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. A concessão da gratificação prevista no *caput* deste artigo será paga parceladamente, observando o seguinte cronograma:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais) a partir de maio de 2010;

II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a partir de setembro de 2010; e

III - R\$ 250,00 a partir de dezembro de 2010.

Art. 3º Sobre o valor das gratificações previstas nos arts. 1º e 2º desta Lei, não incidirá nenhum adicional, indenização, gratificação ou vantagem pecuniária, exceto a gratificação natalina, gratificação de férias e as consignações a que estiver sujeito o militar.

Art. 4º Os valores das gratificações previstas nos arts. 1º e 2º desta Lei serão concedidos aos militares sujeitos ao regime de quarenta horas semanais, sendo aplicada a proporcionalidade por carga horária e aos proventos da reserva ou reforma remunerada, e será reajustada quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão, respectivamente, à conta do Fundo de Melhoria da Polícia Militar e Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 07 de abril de 2010

MARCOS VIEIRA

Deputado Relator na Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº MPV/00171/2010

Institui a Gratificação de Gestão da Pesquisa e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Gestão da Pesquisa para os servidores em efetivo exercício na Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC.

Art. 2º A Gratificação de Gestão da Pesquisa corresponderá:

I - aos ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão de Direção e Gerenciamento Superior - DGS e aos designados para Funções Técnicas Gerenciais - FTG, a 90% (noventa por cento) dos valores das respectivas DGS/FTG;

II - aos ocupantes de cargos efetivos de nível superior, a 70% (setenta por cento) do valor da Gratificação de Gestão da Pesquisa devida aos servidores de nível DGS 2; e

III - Aos ocupantes de cargos efetivos de nível médio e fundamental, a 50% (cinquenta por cento) do valor da Gratificação de Gestão da Pesquisa devida aos servidores de nível DGS 2.

Art. 3º A Gratificação de Gestão da Pesquisa não será incorporada para quaisquer efeitos à remuneração percebida pelo servidor.

Art. 4º A despesa com pessoal da Fundação de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do orçamento anual.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Orçamento da Fundação de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 05 de maio de 2010.

Deputado Silvio Drevek

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 173/2010

Altera critério de cálculo das Gratificações que menciona e estabelece outras providências.

Art. 1º Os valores das gratificações estabelecidas no art. 1º da Lei nº 13.758, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº

13.759, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.760, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.764, de 22 de maio de 2006, art. 6º da Lei Complementar nº 421, de 05 de agosto de 2008, art. 1º da Lei nº 13.761, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.762, de 22 de maio de 2006 e art. 1º da Lei nº 13.763, de 22 de maio de 2006, passam a ser pagas no percentual de 60% (sessenta por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 1994.

Art. 2º A diferença entre o valor previsto no art. 1º e os valores vigentes na data anterior à publicação desta Medida Provisória serão pagos parceladamente, observando o seguinte cronograma:

- I - 15% (quinze por cento) em maio de 2010;
- II - 15% (quinze por cento) em agosto de 2010;
- III - 35% (trinta e cinco por cento) em fevereiro de 2011;
- IV - 35% (trinta e cinco por cento) em junho de 2011.

Art. 3º Aplica-se o disposto nos art. 1º e 2º desta Lei aos servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Art. 4º As disposições desta Lei não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com a alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, de maio de 2010

LEONEL PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA medida provisória nº 00176/2010, DE 05 DE ABRIL DE 2010.

Fixa o valor mensal das pensões especiais e do auxílio aos ex-combatentes, e adota outras providências.

Art. 1º O valor mensal das pensões instituídas pelas Leis nºs 3.389, de 27 de dezembro de 1963, 3.482, de 24 de julho de 1964, e pelo art. 1º da Lei nº 6.185, de 01 de novembro de 1982, modificado pelo art. 1º da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989, bem como do auxílio aos ex-combatentes amparados pela Lei nº 6.738, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 1.136, de 21 de agosto de 1992, fica estabelecido em R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), sendo reajustado quando ocorrer revisão geral do vencimento dos servidores públicos estaduais.

Parágrafo único. Fica extinto e absorvido pelo valor mensal fixado pelo *caput* deste artigo o abono instituído pela Lei nº 12.667, de 2003.

Art. 2º A diferença entre o valor previsto no art. 1º desta Lei e os valores vigentes na data anterior a publicação desta Lei serão pagos parceladamente, observando o seguinte cronograma:

- I - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de setembro de 2010;
- II - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de janeiro de 2011;
- III - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de março de 2011; e
- IV - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de maio de 2011

Art. 3º A partir da vigência desta Lei os atuais valores das pensões especiais ou graciosas serão alterados somente quando ocorrer revisão geral do vencimento dos servidores públicos estaduais, ficando revogados as vinculações, equiparações ou critérios diferenciados para fixação de seu valor.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 20 de abril de 2010.

MARCOS VIEIRA

Deputado Relator na Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 139/10

Regulamenta a colheita do pinhão.

Art. 1º Fica proibida a colheita de pinhão antes do dia 1º de abril, sendo proibido, ainda, antes desta data, seu transporte e comercialização.

Parágrafo único. A proibição se aplica inclusive ao pinhão destinado para sementeiras, assim como para alimento.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei incidirá em multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), revertidos ao Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente - Fepema.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la em sessenta dias.

Sala das Sessões,
Deputado Antônio Ceron
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Direceu Dresch
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Jorginho Mello
Deputado Renato Hinnig
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

Lido no Expediente
Sessão de 05/05/10

JUSTIFICATIVA

Apresento a presente proposição com o objetivo de disciplinar a colheita do pinhão em Santa Catarina, tendo em vista que a norma atualmente vigente é a Portaria Normativa Nº 20, de 27 de setembro de 1976 do então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, que em seu art. 2º estabelece:

Art. 2º Fica igualmente proibida a colheita do pinhão, por derrubada de pinhas imaturas antes do dia 15 de abril, data em que tem início o desprendimento das sementes.

Deste modo, fica claro que a Portaria proíbe a colheita de "pinhas imaturas".

No nosso Estado, a cadeia produtiva do pinhão envolve mais de cinco mil famílias e somente na região do Planalto Serrano Catarinense são mais de duas mil famílias que têm seu orçamento baseado na colheita do pinhão.

Estudos indicam que existem mais de vinte variedades de araucárias e que muitas destas cultivares são precoces, razão que torna a regra vigente inadequada. Na prática, é muito discutível o repovoamento por meio da semente debulhada da pinha, considerando que a fruta caída no chão é alimento para muitos animais que habitam a região.

Em Santa Catarina, o início da colheita é no dia 15 de abril, fato que não ajuda em nada, pois é muito tarde para colher, e também não ajuda em nada a conservação da espécie por falta de uma legislação mais atual de manejo.

Considerando que a regra atual decorre de uma Portaria, entende este Deputado que há motivos para que esta Casa aprove uma lei estadual, pois mesmo que a questão fosse normatizada por lei federal, a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso VI, estabelece a possibilidade de que o Estado legisle concorrentemente sobre a matéria.

Diz o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal:

Art. 24 Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI- florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Assim, trago esta proposta, que altera a data de colheita do pinhão para o dia 1º de abril, auxiliando o pequeno agricultor para que este não necessite abandonar sua atividade, e sem perder de vista a necessidade de preservação ambiental, estabelecendo uma regra clara para os próprios órgãos fiscalizadores.

*** X X X ***